

ALINE DE JESUS NASCIMENTO

**O Esquadrão da Morte no *clipping* e nas revistas semanais da Editora Abril
(1968-1985)**

**ASSIS
2020**

ALINE DE JESUS NASCIMENTO

**O Esquadrão da Morte no *clipping* e nas revistas semanais da Editora Abril
(1968-1985)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras - Assis, para a obtenção do título de Mestra em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tania Regina de Luca
Bolsista processo nº: 2017-15451-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

ASSIS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

N244e Nascimento, Aline de Jesus
O Esquadrão da Morte no clipping e nas revistas
semanais da Editora Abril (1968-1985) / Aline de Jesus
Nascimento. Assis, 2020.
113 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Profa. Dra. Tania Regina de Luca

1. Esquadrão da morte. 2. Abril Cultural. 3. Imprensa e
política. 4. Periódicos brasileiros. I. Título.

CDD 079.81

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O Esquadrão da Morte no *clipping* e nas revistas semanais da Editora Abril (1968-1985)

AUTORA: ALINE DE JESÚS NASCIMENTO

ORIENTADORA: TANIA REGINA DE LUCA



Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. TANIA REGINA DE LUCA
Departamento de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. ZÉLIA LOPES DA SILVA
Departamento de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. VERA LUCIA VIEIRA
Departamento de Pós-Graduação em História Social / PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SÃO PAULO

Assis, 12 de novembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Na trajetória deste mestrado, há muitos sujeitos que contribuíram ativamente para que fosse possível a conclusão de mais um ciclo. Um agradecimento especial à professora doutora Tania Regina de Luca, que me orientou desde a graduação e sempre foi um exemplo profissional. Aproveito para destacar o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do processo nº: 2017-15451-9.

Agradeço a leitura atenta e as sugestões da banca, constituída pela doutora Vera Lúcia Vieira e pela professora doutora Zélia Lopes da Silva, responsável por diversas considerações desde que a pesquisa era apenas um projeto.

À UNESP tenho gratidão por ter me oferecido uma nova visão de mundo durante a graduação e pós-graduação e, mesmo diante do sucateamento da universidade pública, tem resistido e conseguido oferecer oportunidades de permanência estudantil.

Agradeço ao Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (CEDAP), UNESP/Assis, local que me acolheu com muita simpatia e profissionalismo, sempre de portas abertas quando necessário consultar os documentos.

Não posso esquecer de agradecer o carinho e o suporte fornecido pela minha família, para qual represento um exemplo, visto que sou a primeira a possuir o título de mestre. Por fim, agradeço a todos os meus amigos, sejam aqueles que conheci na universidade, como aqueles da minha cidade de origem, por terem me escutado e feito meus dias mais alegres durante o caminho percorrido. Por medo do esquecimento ao mencionar os nomes, expresso de modo coletivo meu muito obrigada a todos.

NASCIMENTO, Aline de Jesus. **O Esquadrão da Morte no *clipping* e nas revistas semanais da Editora Abril (1968-1985)**. 2020. 113 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

RESUMO

Esta pesquisa propôs-se a analisar o Esquadrão da Morte (EM) a partir de uma fonte bastante específica: o *clipping* organizado pela Editora Abril entre 1968 e 1985. Trata-se de um conjunto de recortes de jornais, acondicionados em pastas específicas, que deveriam servir de apoio para os jornalistas responsáveis pela fatura de *Realidade*, que teve curta duração, e *Veja*. O esforço, que envolveu a criação de um Departamento de Documentação (DEDOC) e considerável investimento de capitais, justificava-se frente à ausência de meios eletrônicos de busca. Tal prática era comum nas grandes revistas de informação semanal ao redor do mundo. Sobretudo a partir de 1968, ano do lançamento de *Veja*, o cuidado com o *clipping* foi redobrado. Há várias pastas dedicadas ao EM, que foram descritas e analisadas de forma sistemática. Assim, não se trata propriamente de estudar a milícia em si, mas a forma como ela foi representada nesse conjunto. Um segundo objetivo, mais difícil de ser atingido, tentou relacionar o conteúdo publicado em *Veja* com o material disponível no *clipping*. O acervo reunido no *clipping* da Abril foi doado para o Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (CEDAP), UNESP/Assis, em dezembro de 2011. A coleção completa das edições de *Veja* está disponível *online*, sendo que o CEDAP também possui um conjunto significativo de exemplares.

Palavras-chave: Editora Abril. *Clipping*. *Veja*. Esquadrão da Morte.

NASCIMENTO, Aline de Jesus. **The Death Squad in clipping and in the weekly magazines of Editora Abril (1968-1985)**. 113 p. Dissertation (Masters in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2020.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the Death Squad (EM) from a very specific source: the clipping organized by the Editora Abril between 1968 and 1985. These are a set of newspaper clippings, packed in specific folders, which should serve as support for the journalists responsible and for the *Realidade* invoice, and *Veja*. The effort, which involved the creation of a Documentation Department (DEDOC) and capital investment, is justified in the absence of electronic means of searching. Such a practice was common in major weekly news magazines around the world. Especially since 1968, the year of *Veja*'s release, the care with clipping was redoubled. There are several dedicated EM folders that have been systematically described and analyzed. It is not exactly a matter of studying a militia itself, but how it was represented in this set. Another goal, more difficult to achieve, tried to report content published in *See* with material available in clipping. The collection gathered in the clipping of Abril was donated to the Research Support Documentation Center (CEDAP), UNESP / Assis, in December 2011. The complete collection of *Veja* editions is available online, and CEDAP also has a set significant number of copies.

KEYWORDS: Editora Abril. *Clipping*. *Veja*. Death Squad.

Sumário

Introdução	6
CAPÍTULO 1 - A Editora Abril e o <i>clipping</i> como instrumento da empresa.....	9
1. Origens da editora Abril e do seu <i>clipping</i>	10
2. A editora Abril no mercado de impressos periódicos brasileiros	13
3. O Esquadrão da Morte no <i>clipping</i> da editora Abril.....	21
CAPÍTULO 2 - Esquadrão da Morte: origem, contexto e modo de atuação	31
1. O Esquadrão da Morte no contexto da sociedade brasileira.....	32
2. Conjuntura de atuação do Esquadrão da Morte: violência e exclusão social	42
3. A organização do <i>clipping</i> e proposta de leitura do material	51
CAPÍTULO 3 - Esquadrão da Morte em <i>Veja</i> e no <i>clipping</i>: possíveis diálogos	61
1. O Esquadrão da Morte em <i>Veja</i> : as execuções	62
2. <i>Clipping</i> e <i>Veja</i> : o combate contra a milícia.....	82
Conclusão	97
Referências bibliográficas	101
1. Distribuição das matérias selecionadas de <i>Veja</i> sobre o Esquadrão da Morte	109
2. Pesquisa de opinião encomendada por <i>Veja</i>	110

Introdução

Os estudos sobre o Esquadrão da Morte (EM) mesclam-se à narrativa midiática, pois parcela significativa das informações a respeito do grupo provém do meio jornalístico, razão pela qual o conteúdo reunido no *clipping* da editora Abril constitui-se numa fonte das mais interessantes. Entende-se por *clipping* os materiais provenientes da imprensa e que foram reunidos de acordo com os interesses, necessidades e objetivos da organização ou indivíduo que o produz, responsável por determinar os critérios e a política de seleção, o que torna cada um dos conjuntos únicos. No caso dos recortes selecionados pela Abril, trata-se de amostragem de notícias extraídas dos mais diversos periódicos, a maioria deles, veículos de grande circulação no período, que se constituem em parcela significativa de tudo o que foi publicado sobre essa milícia na imprensa nacional.

O *clipping* foi um material de suporte para a Abril, uma importante fonte de dados em um momento em que ferramentas de pesquisas eram escassas. Este conjunto documental expressa quão ambiciosa foi a ideia de inserção das revistas de informação dentro do mercado editorial e o quanto a empresa não mediu esforços para garantir esses novos empreendimentos. Entretanto, é necessário refletir até que ponto os fragmentos coletados podem ser rastreados nas publicações do grupo.

Para tal feito, foi escolhido o material do *clipping* da editora Abril referente as ações do Esquadrão da Morte (1968-1985). As atividades da milícia precisam ser remetidas à conjuntura política e social do período em que esse grupo atuou e suas vinculações com o poder público. Apesar das especificidades de cada estado que teve em seu território ações do Esquadrão da Morte, o contexto econômico, político e jurídicos contêm elementos comuns que permitiram as milícias se proliferarem por todo o território brasileiro.

Ainda que sua origem anteceda à implantação do regime militar, foi nele e, sobretudo, a partir do Ato Institucional nº5, que se apresentaram as condições para as atividades dos integrantes desse bando, que contava com a conivência das autoridades. A crescente sensação de insegurança, fruto das condições sociais e econômicas, colaborou para que o discurso de defesa do extermínio dos chamados marginais encontrasse eco entre setores da população. Outro ponto a considerar diz respeito à organização das forças responsáveis pela manutenção da ordem, caso da divisão das corporações policiais e do envolvimento de parte delas com o tráfico de entorpecentes, o que revela o quão tênue era a separação entre contraventores e defensores da ordem.

Analisar a atuação do Esquadrão da Morte pelo viés do material do *clipping* da editora Abril convida a avaliar a maneira como diferentes órgãos de imprensa se posicionaram frente à questão, num contexto marcado pelo controle da informação. O conjunto permite, ainda, análises a respeito do espaço dedicado ao tema e como o mesmo variou no decorrer do tempo.

Esse período foi marcado por transformações no fazer jornalístico, uma vez que nas primeiras décadas do século passado, já era possível observar uma tendência à separação entre produção literária e jornalismo, com ênfase crescente nos fatos e nas notícias. Inovações em termos de diagramação, redação dos textos, inserção de fotografias colaboravam para que as folhas se tornassem mais atraentes do ponto de vista estético e ganhassem em legibilidade. Ao mesmo tempo, crescia a profissionalização dos envolvidos na fatura dos periódicos, ainda que a formação continuasse a ocorrer a partir da prática cotidiana no interior das redações.¹ Também é necessário considerar que o trabalho com imprensa tem suas peculiaridades, que demandam escolhas e caminhos que precisam ser remetidos em uma determinada conjuntura.²

A existência de um *clipping* que servia de base para a produção de revistas de informação da editora Abril, *Realidade* e, sobretudo, *Veja*, coloca a questão de como esse material reunido pela empresa foi (ou não) mobilizado para a elaboração das reportagens sobre o Esquadrão da Morte publicadas naquela que se transformou no principal periódico de informação semanal do país. Trata-se, portanto, de tentar descobrir os rastros deixados por possíveis consultas e utilização do que circulava na imprensa diária sobre a milícia e que foi cuidadosamente reunido nas pastas pelos funcionários da Abril. A tarefa também permite analisar a posição assumida por *Veja* diante das ilegalidades cometidas pelo Esquadrão da Morte.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro analisa a trajetória da editora Abril, assim como os projetos de seu fundador, Victor Civita, até o momento do mais audacioso, a criação de uma revista de informação semanal que se tornasse referência no contexto brasileiro. A idealização da revista não poderia prescindir de investimentos, como bem evidencia o conjunto reunido pela editora, num momento em que não se contava com a rede mundial de computadores. Tratava-se, sobretudo, de suprir as demandas para a produção de *Veja*. Entre a miríade de temas e personagens reunidos no *clipping* da empresa, não faltou

¹ Segundo PETRARCA, Fernanda Rios. *Jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 121, o ensino de jornalismo foi instituído por decreto em 1937, que demorou a ser regulamentado, o que impedia a abertura de cursos superiores nesta área. Somente em 1947 foi fundada a primeira faculdade de jornalismo, que levou o nome do proprietário do jornal *A Gazeta*, Casper Líbero, morto em 1943 num acidente aéreo e cujo testamento deu origem à Fundação Casper Líbero.

² CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez, 2007.

espaço para o Esquadrão da Morte, conforme se evidenciará. Estabelecidas as razões para a organização do *clipping*, o desafio foi o de analisar o conteúdo das pastas relativas ao EM: quais os títulos de jornais presentes, quantidade de recortes e sua variação no decorrer do tempo, personagens citados (vítimas, membros, testemunhas etc.), casos mais rumorosos.

O segundo capítulo, por seu turno, centra-se no contexto sócio político do período, que ensejou o crescimento das atividades do Esquadrão da Morte, que não teve dificuldades para agir num regime ditatorial e num contexto marcado pela degradação das condições de vida e trabalho nas cidades, que conheceram acelerado crescimento e o aprofundamento das desigualdades sociais e da violência. A partir do *clipping* e da bibliografia, tratou-se de reconstituir o *modus operandi* da milícia, os critérios de seleção das vítimas, o silêncio das autoridades, a despeito da multiplicação do número de corpos.

Fecha o trabalho capítulo que tenta estabelecer possíveis relações entre o material reunido no *clipping* e o conteúdo sobre o EM presente nas edições de *Veja*. A estratégia foi a de selecionar e analisar, de maneira comparativa, algumas matérias sobre o Esquadrão da Morte publicadas na revista entre 1968 e 1985, contrapondo-as ao conteúdo do *clipping*. A tarefa também permitiu verificar de que maneira a revista se posicionou frente à milícia.

CAPÍTULO 1

A EDITORA ABRIL E O *CLIPPING* COMO INSTRUMENTO DA EMPRESA

Esse capítulo tem por objetivo analisar a trajetória da editora Abril e as estratégias mobilizadas pela empresa para consolidar-se e assumir a liderança do mercado brasileiro de impressos periódicos, o que aconteceu sob a batuta de seu fundador, Victor Civita. Um dos projetos mais audaciosos foi o lançamento de uma revista semanal de informação, que conheceu um primeiro ensaio com *Realidade* e se consubstanciou com *Veja*. Esta última, não sem dificuldades, acabou por encontrar a fórmula ideal e tornar-se a principal revista brasileira no seu gênero. Para colocar em prática tal proposta, houve significativo investimentos de capitais e de esforços, entre os quais merece destaque a existência de um setor dedicado a selecionar, organizar e colocar à disposição, de editores e repórteres da casa, notícias as mais diversas, provenientes de outros órgãos de imprensa, do Brasil e do exterior, suporte para a fatura de *Veja*. O Esquadrão da Morte esteve entre os temas presentes no *clipping*, tal como se explicita no decorrer do texto.

1. Origens da editora Abril e do seu *clipping*

A editora Abril foi responsável por importantes transformações na imprensa brasileira a partir de meados do século XX.³ A empresa lançou um conjunto diversificado de produtos, que não se limitaram às revistas, destinados aos mais diversos públicos, como também recorreram ao tradicional almanaque, que ganhou nova roupagem, e às mais diversas coleções de livros e discos, que diversificaram a bancas de jornais e as tornaram locais de informação e entretenimento.⁴

³ Em 2007, os produtos da editora Abril contavam com cerca de 30 milhões de leitores. A empresa respondia pela publicação de 48 revistas, sendo que sete delas figuravam entre as mais lidas do país, com destaque para *Veja*, a principal revista de informação semanal brasileira em termos de exemplares vendidos. GRUPO ABRIL. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/midia/marcas-e-empresas/>. Acesso em: 20 jul. 2017. Entretanto, sabe-se que, desde 2013, a empresa enfrenta uma série de dificuldades que se agravaram em 2018, tanto que seus proprietários entraram com pedido de recuperação judicial. Várias de suas publicações foram encerradas, muitos funcionários demitidos e a suntuosa sede foi trocada por outra bem mais modesta. Consultar: https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,editora-abril-anuncia-fechamento-de-titulos-e-demissoes,70_0_02434015, <https://oglobo.globo.com/economia/editora-abril-decide-encerrar-dez-publicacoes22955548#ixzz5Q9piWJTQ>. Acesso em: 4 set 2018.

⁴ A Abril foi responsável pela diversificação dos produtos disponíveis nas bancas de jornais brasileiras, “com suas coleções de livros e de fascículos a serem encadernados. A *Bíblia mais bela do mundo* foi o primeiro empreendimento (1965) da Abril no setor de fascículos. Para sua distribuição e comercialização, a Abril utilizou a rede de dezoito mil bancas que já eslava montada no país em função da distribuição das revistas da editora. Seguiram-se muitas outras coleções, entre as quais a de livros de filosofia, intitulada *Os Pensadores* e iniciada em 1974, e outra dedicada a livros de economia, *Os economistas*, iniciada em 1982. As tiragens oscilavam entre cinquenta mil e quinhentos mil exemplares.” REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro, 1960-1990*. São Paulo: COM-ARTE FAPESP, 1996, p.63. Abril aventurou-se pelos mais diversos meios de comunicação, ou seja, foi responsável pelo primeiro canal segmentado da televisão brasileira, a MTV, e também foi pioneira na operação da televisão por assinatura, a TVA, investimentos caros para o Grupo e que não trouxeram o retorno esperado. O

O projeto de lançar revistas de informação, com matérias detalhadas e num registro ainda pouco usual no mercado brasileiro, demandava amplos recursos, inclusive um acervo que contivesse informações publicadas em outros órgãos de imprensa, fossem jornais ou revistas. Isso porque era necessário contar com dados que fundamentassem as matérias publicadas pelas diferentes revistas da Abril, fossem de informação, como *Realidade* e *Veja*, ou de outra natureza. O *clipping*, ou seja, um conjunto de recortes provenientes da imprensa, organizado tematicamente, surgiu para suprir tal demanda. Havia, já de saída, um processo de escolha e seleção, afinal, tratava-se de guardar o que se julgava que poderia ser útil para a empresa na confecção de seus produtos.

Este acervo físico, produzido de forma manual, foi alimentado até 2002, em função das novas tecnologias de acesso à informações, que tornaram todo o sistema obsoleto. Por não ter mais utilidade para a empresa, foi acondicionado em caixas e remetido para um “depósito” da Abril.⁵ Em 2011, o material foi doado à Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Câmpus de Assis, e encontra-se disponível no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP).

A inspiração para a criação do Departamento de Documentação (Dedoc), responsável por produzir o *clipping*, remonta ao início dos anos de 1960, ideia ancorada na prática de revistas estadunidenses, que se valiam desta estratégia para municiar seus repórteres e redatores, o que dava origem a enormes acervos documentais. Formado por centenas e centenas de pastas, com recortes sobre os mais diversos temas, os *clippings* das empresas jornalísticas, em diferentes locais do mundo, auxiliavam as redações num momento em que ainda não existia a internet e os acervos virtuais.

Cabe ressaltar, contudo, a importância desse acervo reunido ao longo de décadas e que fornece indícios dos interesses da empresa. O *clipping* não se limitava às publicações nacionais, mas também reunia material de diversos impressos publicados do exterior.⁶ É bom ter presente

grupo também se fez presente na educação, com diversos produtos da editora voltados para a área e utilizados em sistemas de ensino, colégios e cursos preparatórios.

⁵ No caso da Abril, data de 2002 a demissão de todos os funcionários do DEDOC, o que expressa o impacto da criação da empresa Google em 1998, que modificou o sistema de buscas, tornando todo o processo muito mais rápido e sem necessidade de acumular papéis e pastas. Informações retiradas da entrevista concedida por Antonio Augusto Ferreira, que trabalhou na base de dados da Abril, para Beatriz Azevedo Castro e Tania Regina de Luca em 13/10/2015. Disponível no Acervo do Cedap-Assis.

⁶ Além da existência dos recortes de jornais, existem documentos que foram produzidos pela empresa, a exemplo de pesquisas de opinião realizadas pela Abril, o que revela a complexidade desse acervo. A Abril organizou o seu *clipping* em três conjuntos: Empresas, Personalidades e Assuntos de A a Z., acondicionados em caixas que contém pastas individuais com recortes relativos a temas específicos, ordenados em ordem cronológica e que podem conter dossiês no seu interior. No conjunto, há pastas com alguns recortes e outras que somam centenas. Informações acerca de todas as pastas que contemplam o material do *clipping* estão disponíveis no site do CEDAP. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-de-documentacao-e-apoio-a-pesquisa/acervo-do-cedap/colecoes/clipping-da-editora-abril/>. Acesso em: 19 set. 2018.

que o *clipping* não tinha por fim construir um arquivo histórico, antes tratava-se de um arquivo jornalístico, cujas pastas eram formadas de acordo com a necessidade da redação, devendo, portanto, servir a um fim específico, a produção de revistas de informação e também para as demais publicações periódicas da empresa, uma vez que o material poderia ser consultado por qualquer jornalista da editora.

Este era um empreendimento custoso e cuja existência informa a respeito da ambição que cercou a criação de *Realidade* e, sobretudo, de *Veja*, que tomou o lugar da antecessora e se firmou como a principal revista do país, em termos de vendagem e de assinatura, posto que ainda continua a desfrutar. Não surpreende que se tratasse de um departamento caro e que, do ponto de vista estritamente empresarial, não gerava lucros, uma vez que implicava em ler, selecionar e acondicionar notícias, sendo que chegou a contar com mais de setenta jornalistas, além de uma equipe de apoio.⁷

A diversidade é a marca desse acervo, cujo conteúdo não primava pela uniformidade: há temas que contam com poucos recortes, outros com dezenas de pastas. Afinal, as dimensões dos textos, assim como o tratamento dado ao conteúdo, não dependiam da Abril, que apenas o coletava e organizava. Assim, trabalhar com essa fonte implica em lidar não com um título, mas com tudo o que foi reunido pelos jornalistas que passavam seus dias a ler, cortar, colar e organizar em pastas tudo o que era publicado na imprensa e que poderia, um dia, interessar a quem trabalhava na empresa. O *clipping* representa um rol vasto e abrangente, que cobre a imprensa brasileira como um todo, sem esquecer que é preciso não perder de vista os silêncios existentes, uma vez que se trata da escolha que a Abril fez, dos periódicos que seus dirigentes consideraram merecedores de estar na sua base de informações.

A temática violência não poderia deixar de comparecer no material, tendo sido recolhidos fragmentos sobre os seus mais diversos aspectos.⁸ Entre eles, é possível encontrar com extensa quantidade de recortes sobre o Esquadrão da Morte (EM), milícia que atuou intensamente durante a década de 1970. Nada menos do que um total de 641 fragmentos foram reunidos sobre o tema ao longo de dezessete anos.

Os estudos sobre o EM valem-se bastante da produção proveniente dos meios de comunicação, sobretudo a imprensa escrita, uma vez que parcela significativa das informações a respeito da milícia provém do meio jornalístico, razão pela qual o conteúdo reunido no

⁷ Informações retiradas da entrevista concedida por Jorge Miguel Acosta Soares, que trabalhou por anos no Dedoc, para Beatriz Azevedo Castro e Tania Regina de Luca, em 31 ago. 2015. Disponível no Acervo do Cedap-Assis.

⁸ O conteúdo das pastas que tratam do tema violência são muito variados, havendo dossiês acerca de crimes famosos, como o assassinato da atriz Daniella Perez. O resultado foi um conjunto com enorme quantidade de informações a respeito do que ocorria no Brasil e no mundo.

clipping da editora Abril constitui-se em fonte das mais interessantes. No caso dos recortes selecionados pela Abril, tratam-se de notícias extraídas dos mais diversos periódicos, a maioria deles veículos de grande circulação, que se constituem em parcela significativa de tudo o que foi publicado sobre essa milícia na imprensa nacional.

No *clipping*, os informes sobre o Esquadrão da Morte estão dispersos em oito pastas, que contém no mínimo 16 e no máximo 133 recortes, organizados em ordem cronológica e que abarcam o período compreendido entre 1968 e 1996, do que resulta um total de 657 fragmentos. Mencione-se, ainda, a existência de dezesseis recortes não contabilizados, por se referirem a período posterior ao aqui analisado.

2. A editora Abril no mercado de impressos periódicos brasileiros

A importância da editora Abril para o mercado brasileiro pode ser avaliada quando se leva em conta que, antes da empresa, reinava soberana a publicação lançada por Assis Chateaubriand, *O Cruzeiro* (1928-1975):

O Cruzeiro foi a primeira revista de circulação nacional de fatos diversos a introduzir a linguagem da fotorreportagem. Criado em 1928 e reformulado em 1945, esse periódico revolucionou a técnica e o espírito do jornalismo ao romper com a influência das escolas europeias na imprensa brasileira. Dominou esse mercado por algumas décadas, uma vez que possuía uma excelente rede de distribuição. [...] A partir de 1952, a revista *Manchete* tornou-se a principal concorrente de *O Cruzeiro*. Ambas, afora serem publicadas na cidade do Rio de Janeiro, recorriam à linguagem da fotojornalismo, incluindo em todos os números bem elaboradas fotorreportagens, tal como a *Life* e a *Paris Match* o faziam. Não por coincidência, o processo de decadência de *O Cruzeiro* se iniciou quando a *Manchete*, em meados dessa década, contratou jornalistas que se demitiram da revista concorrente e aprimorou a qualidade gráfica para ficar cada vez mais colorida, atraente e fácil de ler.⁹

A mudança nesse quadro ocorreu quando o fundador da editora,¹⁰ Victor Civita,¹¹ lançou, em junho de 1950, o *Pato Donald*: “nascia ali a empresa editorial que dominaria o mercado em

⁹ ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leadro Rocha. Aconteceu, virou manchete. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 243-264, 2001.

¹⁰ A editora foi fundada por Victor Civita em maio de 1950 e intitulava-se Editora Primavera. Sua primeira publicação foi revista em quadrinhos *Raio Vermelho*. Em julho do mesmo ano, o nome foi alterado para Editora Abril, momento em que também a empresa adquiriu o direito de reprodução da revista norte-americana *Pato Donald*.

¹¹ Victor Civita nasceu em Nova Iorque, em 9 de fevereiro de 1907, mas foi criado na Itália. Chegou ao Brasil no final da década de 1940, a conselho do irmão mais velho, César, que já havia fundado na Argentina uma editora. Ao chegar ao Brasil, já tinha dois filhos, Roberto e Richard. Faleceu em São Paulo em 24 de agosto de 1990. “Em 1982, já com um império montado no Brasil, há um impasse entre Roberto e Richard Civita, herdeiros de Victor Civita, levando à divisão do conglomerado. Na divisão dos bens de Victor Civita, as revistas foram deixadas a cargo de Roberto e os fascículos e livros, além da parte não-editorial do grupo, como hotéis e frigoríficos ao filho mais novo, Richard. O Grupo Abril – tal como se conhece atualmente – é formado pelas empresas de Roberto

poucos anos”.¹² A sede da empresa sempre foi São Paulo, estado que se destacava do ponto de vista econômico e que então contava pouco mais de dois milhões de habitantes. O mundo do jornalismo, assim como o da cultura e da produção intelectual, era largamente dominado pelo eixo Rio de Janeiro/São Paulo e a capital paulista foi uma aposta do fundador que acabou por se revelar bastante acertada.

Civita normalmente é caracterizado como um empresário visionário ao perceber a potencialidade do mercado brasileiro direcionado para o público infantil e que ainda não contava com os personagens do Walt Disney, sucesso nos Estados Unidos.¹³ As aventuras do Pato *Donald*, publicadas mensalmente, obtiveram êxito imediato, tanto que a periodicidade logo tornou-se semanal. Outras personagens passaram a compor o mundo das histórias em quadrinhos da Abril: *Mickey Mouse* (1952), *Zé Carioca* (1961), *Tio Patinhas* (1963). Não tardou para que a editora aumentasse a gama de revistas:

Em 1952, *O Pato Donald* tornou-se semanal e foi lançada a revista de fotonovelas *Capricho*, dirigida por uma colaboradora da Abril argentina, a fim de contribuir para o lançamento de novas revistas. *Capricho* obteve grande sucesso. Após uma mudança de formato e o início da publicação de histórias completas em cada número, chegou a uma tiragem de 500 mil cópias e uma versão em espanhol passou a ser distribuída na Argentina.¹⁴

A editora Abril não representou um grande empreendimento somente no contexto brasileiro, cabe ressaltar o papel que desempenhou na Argentina, sendo possível estabelecer traços comuns entre os dois países:

O desenvolvimento paralelo da editora Abril do Brasil e da editora Abril da Argentina prosseguiu por todos os anos de 1950. Em 1959, foi lançada em São Paulo a primeira revista de moda, *Manequim*, que utilizava material fotográfico proveniente de Buenos Aires [...]

Em agosto de 1960, a Abril de São Paulo lançou a revista *Quatro Rodas*, uma publicação mensal especializada em turismo e automóveis e, como a *Parabrisas* argentina, relacionada ao desenvolvimento da indústria automobilística no país. O

Civita, o herdeiro mais velho, que diversificou as atividades do Grupo.” CABRAL, Eula Dantas Taveira. Internacionalização da mídia brasileira: análise do Grupo Abril. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. ano 3, p. 142-152, 2006. Para a biografia completa de Victor Civita, consultar: TOLEDO, Roberto Pompeu de. *Victor Civita, o resolvidor de problemas*. Disponível em: <http://abril.assineabril.com.br/grupoabril/victorcivita.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

¹² CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 207.

¹³ “Desde o seu nascimento no cinema, em 1928, Mickey Mouse, ao lado de outros animais falantes como o Pato Donald (1935), tornar-se-ia uma das marcas culturais mais representativas do século XX. Atravessando fronteiras de tempo e espaço, os bichos falantes e histórias da carochinha de Disney se mundializam com a expansão norte-americana, circulando por todos os meios: do desenho animado para as histórias em quadrinhos e daí para os livros, álbuns de figurinhas, souvenirs, brinquedos, programas de televisão, parques de diversões, filmes em vídeo, videogames e milhares de outros produtos com a sua imagem.” MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas : a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água - FAPESP, 2001, p.29.

¹⁴ SCARZANELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina: O grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 176.

jornalista Mino Carta foi chamado para ser diretor. Enfim, em 1961 surgiu nas bancas, também sob a direção de Mino Carta, uma revista homônima àquela argentina, *Claudia*.¹⁵

A Abril firmou-se no mercado em função de projetos grandiosos e inovadores. Para garantir maior eficiência na distribuição, a editora criou uma rede própria, comprou bancas e financiou jornalistas para os quais também organizou cursos de formação.¹⁶ A Abril brasileira soube inserir-se no mercado das concorrências públicas, cabendo destacar que, entre 1960 e 1963, ao lado das revistas de lazer para crianças, a editora também publicou revistinha destinada a apoiar as atividades escolares.¹⁷

A primeira revista sem fotonovelas e sem quadrinhos foi *Manequim* (1959), lançada num momento em que novos tecidos chegavam ao mercado brasileiro, fruto das inovações na produção têxtil, logo seguida de *Claudia* (1961), primeira revista feminina que trazia no título um nome próprio e que renovou o gênero, em sintonia com o crescimento da urbanização e das camadas médias. Destinada à mulher casada, deu origem a subprodutos como *Casa Cláudia* e ainda se mantém no mercado. Segue como um dos esteios da editora e a despeito da crise que a companhia atravessa, a revista está entre as que continuam a compor o portfólio da Abril. A consolidação da década de 1960 garantiu à empresa lugar de destaque no mercado de impressos periódicos:

A Abril no Brasil conheceu, a partir dos anos de 1960, um processo de desenvolvimento rápido e ininterrupto que faz dela hoje uma das mais importantes editoras latino-americanas. Pode-se levantar a hipótese de que tenha podido usufruir da vantagem das melhores relações com o poder público, mesmo com as dificuldades ligadas à limitação da liberdade da imprensa. O regime militar brasileiro foi provavelmente para os empresários um interlocutor mais estável e mais hábil na gestão da economia em relação ao regime militar argentino.¹⁸

Outro investimento frutífero foi a *Quatro Rodas* (1960), destinada ao segmento masculino, lançada no contexto de instauração da indústria automobilística, que demandava investimentos nas estradas. Única no seu gênero quando lançada, de imediato captou um público que começava a se interessar por carros e aventuras.¹⁹

A Abril segmentou seus produtos e passou a levar às bancas revistas dos mais variados tipos, que iam do esporte à moda, do gerenciamento e decoração da casa à informação semanal,

¹⁵ Ibidem, p. 177.

¹⁶ Ibidem, p. 180.

¹⁷ O intuito da revistinha *Diversões Escolares*, segundo se declarou na época do lançamento, era tornar o estudo "mais instrutivo" e "mais divertido" para as crianças e ser útil para as pesquisas estudantis. Em 1962, o título foi alterado para *Diversões Juvenis*. SCARZANELLA, Eugenia. *Op. cit.* p. 181.

¹⁸ Ibidem, p. 236.

¹⁹ MIRA, Maria Celeste. *Op. cit.* p.42.

enfim, uma diversidade de páginas que acabavam por agradar diferentes leitores e interesses, o que permitiu à empresa construir um verdadeiro império no campo editorial.

A editora cujo símbolo é uma árvore estilizada, foi aos poucos aumentando sua importância no mercado brasileiro, cabendo ressaltar, ainda, dois grandes projetos da empresa que acabaram por alterar o conceito de informação no período, as revistas semanais *Realidade* e *Veja*, lançadas quando a empresa já estava solidamente instalada no ramo dos impressos periódicos. A primeira circulou entre 1966 e 1976 e em suas páginas destacava-se a ousadia dos temas abordados, a investigação aprofundada, o texto elaborado e os ensaios fotográficos primorosos. Essas características eram inovadoras frente ao padrão das revistas do período. *Realidade*, de circulação mensal, tratou de questões tabus naquele momento: racismo, maconha, movimento estudantil, sexo e divórcio:

As reportagens longas e o texto cuidadosamente escrito fizeram de *Realidade* um marco na história da imprensa brasileira e revelam o interesse da revista em dialogar com o público capaz de compreender e repercutir tal expressão de um jornalismo inovador. Pesquisas para definição do público leitor – e *Realidade* também foi pioneira nessa prática – revelam que a revista dirigia-se predominantemente à elite nacional, ou seja, à chamada classe média, àqueles que além de poderem pagar por uma revista como *Realidade* tinham acesso à educação, às universidades, e participavam, enfim, dos grandes debates nacionais.²⁰

A estrutura dos textos, com seus longos parágrafos, exigia do público-leitor maior capacidade leitora e pelos vários recursos de que o periódico se valeu, é possível afirmar que ela se destinava à conquistar leitores intelectualizados. Em vista das questões delicadas que abordava, era comum que se valesse de pesquisas de opinião, estratégia que visava convencer os interlocutores a respeito da pertinência da postura que preconizava, prática destacada pelos estudiosos da publicação.²¹ A ousadia, entretanto, não conseguiu prosperar em plena ditadura militar e a revista, apesar de haver alcançado considerável sucesso editorial, sobreviveu apenas uma década e deixou de circular, em grande parte, em função das restrições impostas pela censura, pouco afeita aos temas polêmicos e que colocavam em evidência as contradições da sociedade brasileira. As tentativas de adaptar-se às limitações que vieram com os novos tempos acabou por empalidecer o seu brilho.²²

²⁰ MORAES, Letícia Nunes. *Leituras da revista Realidade: 1966-1968*. São Paulo: Alameda, 2007, p.18.

²¹ Idem, p.160. Para uma seleção dos textos publicados na revista, ver: MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, José Hamilton. *Realidade*. A história e as melhores matérias da revista que marcou o jornalismo e influenciou mudanças no país. Santos, SP: Realejo Editora, 2010. Especificamente sobre a prática jornalística levada a cabo na revista, ver: FARO, J. S. *Revista Realidade (1966-1968): tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas, RS: Ed. da Ulbra: AGE Editora, 1999.

²² MIRA, Maria Celeste. *Op. cit.* p.74.

Outro grande empreendimento foi *Veja* que, por alguns anos, circulou concomitantemente com *Realidade*. Dirigida por Roberto Civita,²³ tal como a antecessora, seu primeiro número veio a público em 9 de setembro de 1968.²⁴ O lançamento ficou sob a responsabilidade de Mino Carta.²⁵ Essa dupla trilhou a era do “novo jornalismo” no Brasil.²⁶

O lançamento de *Veja* contou com amplo aparato publicitário, que incluiu anúncios na televisão, o principal meio de comunicação de massa do período. Todo o *marketing* que cercou a revista demonstra o empenho da Abril em transformar a primeira revista brasileira de informação semanal num marco. Assim, não se mediram esforços para garantir a vendagem:

Igualmente inédito foi o esquema de distribuição, que lançou mão de todos os meios de transporte conhecidos, “frota de ônibus, caminhões, trens e aviões cargueiros especialmente fretados”, para fazer a nova revista chegar às bancas em quase todos os municípios brasileiros na segunda-feira, o primeiro dia útil da semana. Desde então, *Veja* passou a exigir de sua editora um esquema especial de impressão e distribuição, que deve agir com toda a rapidez da madrugada de sábado, dia do fechamento da revista, até a segunda-feira, quando já deverá tê-la entregue em 20 mil pontos de venda no país e nas casas de aproximadamente 800 mil assinantes.²⁷

Apesar da atenção dedicada à revista, as vendas de *Veja* não deslancharam e o triunfo do primeiro número não se repetiu e até mesmo o número de anúncios declinavam:

A edição nº1 fechou com 63 páginas de publicidade vendidas no escuro, sem os anunciantes saberem o que seria a revista. Dos 31 anunciantes programados para o segundo número, 20 desistiram, e dos 500 mil exemplares tirados, 250 mil foram vendidos: uma queda de quase 400 mil exemplares do primeiro para o segundo

²³ Roberto Civita começou suas atividades na Abril em outubro de 1958, recém-formado e aos 22 anos. Foi a partir de sua chegada que a editora lançou suas primeiras revistas jornalísticas. Esteve envolvido no lançamento de *Manequim*, *Quatro Rodas*, *Realidade* e *Veja*, *Playboy*. Assumiu a presidência do Grupo Abril em 1990, com a morte do pai e “Sob o seu comando, a Abril chegou ao cinquentenário, no ano 2000, com 219 títulos nas bancas, sete deles - *Veja*, *Playboy*, *Claudia*, *Manequim*, *Viva Mais!*, *Superinteressante* e *Caras*- entre os dez mais vendidos do Brasil, numa lista que inclui, ainda, *Seleções*, *Época* e *IstoÉ*. ABRIL. *A Revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000. Para a biografia completa, consultar. GRUPO ABRIL. Roberto Civita, uma vida dedicada à liberdade de expressão. Disponível em: <http://abril.assineabril.com.br/grupoabril/robertocivita.html>. Acesso em: 25 set. 2018. Recentemente, um ex-funcionário, que trabalhou mais de 40 anos na Abril, escreveu uma biografia de Roberto Civita, ver: MARANHÃO, Carlos. *Roberto Civita: O Dono da Banca*. A vida e as ideias do editor da *Veja* e da Abril. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

²⁴ No final do século passado, a tiragem da revista estava em torno de 1 milhão e 100 mil exemplares, o que a tornava uma das revistas mais conhecidas no mercado editorial brasileiro. Nos meses de maio a junho de 1997, *Veja* representava 79% do segmento das revistas semanais de informação no que respeita à circulação de exemplares. No ano seguinte (1998), com a entrada no mercado da revista *Época*, da Editora Globo, esse percentual caiu para 66%, mas ainda se manteve em primeiro lugar. NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em Revistas no Brasil: Um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo: Annablume, 2002, p.23.

²⁵ Mino Carta é um jornalista célebre, responsável por dirigir equipes que lançaram publicações de grande vendagem e impacto na imprensa brasileira, como *Quatro Rodas* (1960), *Jornal da Tarde* (1966), *Veja* (1968), *IstoÉ* (1976) e *CartaCapital* (1994), da qual ainda é diretor de redação. ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando, ROCHA, Dora (Orgs.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 184-185 e 193.

²⁶ SCARZANELLA, Eugenia. *Op. cit.* p.181-182.

²⁷ MIRA, Maria Celeste. *Op. cit.* p.177.

número. Durante cerca de 20 edições, a revista não vendeu mais do que 16 mil exemplares. Durante todo o ano de 1968 e boa parte de 1969, a quantidade de anúncios da revista era contada número a número até pelo pessoal da redação. Mas a contagem mal ultrapassava os dedos da mão.²⁸

As matérias eram muito densas, com excesso de texto e poucas imagens, e o público ainda não estava acostumado com esse formato de revista. De fato, a publicação enfrentou muitas dificuldades para encontrar uma fórmula que agradasse o público ainda pouco habituado à leitura. Somente no sexto ano de publicação o semanário tornou-se lucrativo, enquanto isso, os prejuízos financeiros foram cobertos pelo pato e as fotonovelas.²⁹

A *Veja*, na sua essência, foi imaginada como um periódico de informação, que deveria abordar diversos temas da atualidade, modelo esse que pretendia fazer da própria revista uma fonte de conhecimento, uma publicação que deveria ser um lugar privilegiado de saber frente a um suposto não-saber.³⁰

A partir das análises realizadas, julgamos que uma das principais características do discurso da *Veja* é pretender-se explicativo. A revista procura “explicar” as coisas do mundo para seus leitores e, para isso, recorre frequentemente ao “conhecimento legitimado”, por meio de vozes consideradas autorizadas (professores, especialistas em áreas específicas, universidades, institutos de pesquisa, etc.) e de dados comprobatórios (índices, porcentagens, gráficos, quantidades, datas). Explicar, adiantamos, é próprio de quem julga deter um saber.³¹

Ao longo dos anos 1970, *Veja* conseguiu conquistar espaço e atingir números de vendas mais significativos,³² atingindo tiragens de até 300 mil exemplares. Pesquisas frequentes foram o norte para que *Veja* conseguisse adequar-se ao público leitor:

²⁸ ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009, p.40.

²⁹ *Ibidem*, p. 45 e 56.

³⁰ NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Op. cit.* p.175.

³¹ *Ibidem*, p.174.

³² Uma campanha de assinaturas para a *Veja* foi desenvolvida a partir de 1971, com enfoque no público universitário. De acordo com Conti: “*Veja* começou a sair do buraco quando passou a vender assinaturas. Não se vendiam assinaturas de revistas porque os jornalheiros do Rio e de São Paulo não permitiam. Se uma publicação dava início a uma campanha de assinaturas, os jornalheiros a escondiam nas bancas, colocando-as embaixo de pilhas de concorrentes. Não vendiam nenhum exemplar de uma revista que trouxesse anúncio de assinaturas. A maioria dos donos de bancas de jornais em São Paulo e no Rio eram italianos ou filhos de italianos, quase todos vindos da Calábria. Os donos de várias bancas, ou controladores das bancas de uma região, eram chamados de “capatazes”. Roberto Civita organizou duas reuniões com capatazes, uma no Rio e outra em São Paulo. Nas duas, disse que *Veja* estava em dificuldade porque vendia pouco nas bancas. Perguntou se a Editora Abril não era uma grande empresa, cujas revistas proporcionavam a eles, capatazes, um bom faturamento. Todos concordaram. Explicou então que *Veja* era a sua revista preferida, a menina dos olhos de seu pai, e da Abril. Aí fez a proposta: queria a autorização deles para vender assinaturas de *Veja*, a única maneira de salvá-la. Se as assinaturas não a salvassem, fecharia a revista. Em troca da permissão, prometeu aos capatazes que nos dez anos seguintes não venderia assinaturas de nenhuma outra publicação da Abril. Os capatazes concordaram. Sem assinar um papel, apenas trocando um aperto de mão com o chefe dos capatazes, Roberto Civita fechou o acordo. Primeiro em São Paulo e depois no Rio. “Va bene, Roberto”, disse o capo da capatazia carioca ao apertar-lhe a mão. A Abril começou a vender assinaturas de *Veja* em cursinhos de vestibulares. Depois, em universidades. Conseguiu uma base de leitores e passou a dar lucro. Durante dez anos Roberto Civita não deixou que se vendessem assinaturas das outras revistas da Abril.” CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.78.

Quem lê *Veja* ou suas competidoras não se contentam com *fait divers*. Pretende que a informação que a consome seja inteiramente relevante, absolutamente necessária para se manter em dia com a realidade e efetivamente útil no dia-a-dia. Tal como sugerido em algumas peças publicitárias- segundo as quais ler *Veja* é “essencial”-, o projeto editorial da nova revista se volta para um consumidor cuja a imagem é a de quem não tem tempo a perder, mas não pode se manter alheio ao que se passa na política, na cultura, na economia etc. Ler, nesse caso, nunca é mera atividade de lazer. A contrário, é uma ocupação sem dúvida prazerosa, mas intrinsecamente útil, parte de um movimento de autovalorização do leitor: um leitor “moderno”, inserido (ou a se inserir) num mercado de trabalho competitivo, num mundo em evolução constante, onde os desafios e as oportunidades se multiplicam e se abrem justamente em função da quantidade e da qualidade da informação que se possa acumular e processar.³³

O momento de lançamento da *Veja* esteve longe de ser tranquilo do ponto de vista político. Em dezembro de 1968, ano de lançamento da revista, foi decretado o Ato Institucional n.5. Logo na semana da promulgação, o semanário enfrentou problemas. O número 15 foi apreendido nas bancas por trazer uma fotografia do General Costa e Silva sentado, sozinho, no plenário vazio da Câmara,³⁴ o que era bastante incômodo para um regime autoritário, sobretudo porque escancarava o esvaziamento do legislativo.³⁵

A revista tentou se esquivar da presença direta de censores na sua redação, tanto que se submeteu à autocensura, pelo menos num primeiro momento, tal como fizeram outros veículos de informação, atitude que nem sempre os livrava da tesoura da censura.³⁶ Numa segunda fase, *Veja* foi particularmente perseguida e teve que se submeter à censura prévia.³⁷ Assim,

A censura à *Veja* teve duas fases: a primeira de 1968 a 1973, e a segunda de 1974 a 1976. Nos primeiros anos a censura foi intermitente e não tão rigorosa como a que era imposta aos demais jornais e revistas. Entretanto, exatamente durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), no momento em que se iniciava uma fase de abrandamento da censura, *Veja* foi severamente cerceada, no sentido de ter um censor que lia todas as edições antes de seu envio para publicação.³⁸

Deste modo, a revista conseguiu passar relativamente incólume pelos censores, até o final de 1973, o que não significa que não tivesse enfrentado problemas nesse período, conforme se destacou.

³³ ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora. *Op. cit.*, p.181.

³⁴ *Veja*, 18/12/1968. Edição 15.

³⁵ GAZZOTTI, Juliana. A Revista *Veja* e o Obstáculo da Censura. *Revista Olhar*. Ano 03, p. 1-9, jan.-dez./2001, p. 2. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar5-6/artcensura.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018; PILAGALLO, Oscar. *História da Imprensa Paulista*. Jornalismo e Poder de D. Pedro a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p.185

³⁶ A autocensura diz respeito à aceitação, por parte das direções de jornais e de todos aqueles ligados na produção de matérias, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (1968-1978). Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 22.

³⁷ Entre os outros periódicos grandes de São Paulo que sofreram censura prévia *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. PILAGALLO, Oscar. *Op. cit.*

³⁸ ABREU, Alzira Alves de. Os anjos e os demônios da revista *Veja*. Um discurso contra a censura. IN: Menezes, Lena M. (org). *História e violência*. ANPUH- RJ. Rio de Janeiro: CCS-UERJ, 1996, p.1.

Em 1969, a revista teve problemas quando trouxe duas capas sobre a tortura (vol. 65 e vol. 66),³⁹ sendo que a segunda não passou pela censura. O volume 91 também incomodou por trazer uma matéria cujo o assunto era Carlos Lamarca,⁴⁰ dois mil exemplares foram apreendidos.⁴¹ No final de 1971, a edição que abordou a renúncia de Haroldo Leon Peres, governador do Paraná acusado de corrupção, também apreendida (vol. 169).⁴² *Veja* recebia bilhetes e telefonemas com os assuntos proibidos e que não deveriam ser publicados, assim como toda a imprensa durante o período da ditadura. Em março de 1973, uma matéria sobre sucessão presidencial (vol. 237) desagradou o poder,⁴³ como resposta, *Veja* teve que submeter qualquer matéria sobre esse assunto à censura prévia.⁴⁴

Apesar das apreensões e dos telefonemas, a revista conseguiu se manter no mercado, sem suspender sua circulação.⁴⁵ Uma explicação para os poucos números apreendidos, se comparados com outros periódicos, pode estar na pretensa neutralidade defendida pela revista e por ser um momento em que *Veja* está se firmando no mercado e, com isso, não poderia sofrer perdas constantes com edições apreendidas.⁴⁶ Foi a partir de 1974, com recrudescimento da censura em *Veja*, que os leitores foram informados do controle exercido pela censura, a partir da publicação de uma série de desenhos que faziam analogias entre anjos e demônios, estratégia que evidenciava o corte dos conteúdos. Por vezes, era o logo da empresa que aparecia no interior das matérias:⁴⁷

Os recursos gráficos e a utilização de linguagem metafórica foram os meios utilizados por *Veja* para tentar driblar a censura e mostrar o seu posicionamento diante das

³⁹ *Veja*, 03/12/1969. Edição 65: O presidente não admite torturas; 10/12/1969. Edição 66: Torturas.

⁴⁰ *Veja*, 03/06/1970. Edição 91: Segredos do terror.

⁴¹ “A matéria havia sido considerada incômoda e de algum modo promocional ao ex-capitão do Exército. Tal justificativa poderia ser aceita se não fosse um pequeno detalhe: a edição tinha passado pelo crivo do censor e sido autorizada pelo Primeiro Exército.” ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Op. cit.* p.114.

⁴² *Veja*, 01/12/1971. Edição 169: A queda do governador Haroldo Leon Peres.

⁴³ *Veja*, 07/03/1973. Edição 237: A volta do setembro negro.

⁴⁴ GAZZOTTI, Juliana. *Op. cit.* p.2.

⁴⁵ Em análise parcial, pois não trata de todas as edições censuradas, Paolo Marconi demonstrou a eficiência da censura em coibir determinados temas: “Durante 119 edições (do nº 285 ao nº 404 as últimas que estiveram sob censura prévia) a revista teve 10.352 linhas cortadas, 60 matérias vetadas na íntegra, assim como 44 fotografias e 20 desenhos e charges. Até mesmo peças publicitárias foram vítimas da censura: os censores vetaram um anúncio que falava do tecido Terbrim, outro sobre a revista *Nova* (também da Abril e também sob censura), um de um curso por correspondência e um último que enaltecia as qualidades do novo absorvente higiênico feminino O.B.” MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira* (1968-1978). São Paulo: Global, 1980, p.84.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ A revista desenvolveu formas de resistência à censura, a exemplo da charge do humorista Millôr Fernandes, que desenhou um prisioneiro torturado cheio de carimbos oficiais (“cancelado”, “pago”, “confidencial”, “lançado”, “urgente”, etc.) e abaixo o escrito “Nada consta”. *Veja* também usou o recurso de histórias metafóricas, com o uso dos anjos e demônios. A volta anjos se referia ao pedido do fim da censura e os demônios os censores. Outro recurso utilizado foi o logo da editora em forma de anúncio, em que se citava a história e o compromisso da Abril com o futuro da federação e com seu público leitor ABREU, Alzira Alves de. *Op. cit.* p.215; GAZZOTTI, Juliana. *Op. cit.* p.3; ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora. *Op. cit.* p.186; ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Op. cit.* p.137.

circunstâncias pelas quais passava o país. No entanto, como vimos, o que parecia um grande feito jornalístico, na verdade, revelou-se a vitória dos censores no sentido de cortar reportagens da revista relatando importantes acontecimentos daquele momento.⁴⁸

Em 1975, houve pressão sobre a direção, levada a efeito pelos militares, para que a revista abandonasse seu modelo de jornalismo crítico. A saída de Mino Carta, diretor de redação, pode ter sido uma exigência do regime,⁴⁹ como revelou o próprio jornalista em entrevista. Outros colegas, em solidariedade, também se demitiram.⁵⁰ É provável que tal exigência tenha sido cumprida porque a editora precisava de um empréstimo do Governo Federal, que acabou sendo concedido. Em junho de 1976, a censura já não se fazia mais presente em *Veja*.⁵¹

É digno sublinhar que a imprensa de informação acompanhava as mudanças da sociedade e, deste modo, também estampavam em suas páginas a percepção do aumento do crime que começava a preocupar os leitores: “em fins dos anos 60 e início dos 70, jornais e revistas começaram a dedicar mais atenção ao tema da violência urbana, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.”⁵² Não tardou para que o tema ocupasse as páginas de diferentes órgãos da imprensa que respondiam às demandas sociais por dados e explicações sobre o tema.

3. O Esquadrão da Morte no *clipping* da editora Abril

Não há padrão no material presente no *clipping* da editora Abril. Alguns estão colocados em folhas padrão utilizadas pelo *clipping* (Ver Figura n. 1), mas quando se tratava de reportagens maiores, guardava-se a página inteira. Neste último caso, o material está em vias de deterioração, visto que as páginas foram dobradas para serem acondicionadas em pastas.

⁴⁸ GAZZOTTI, Juliana. *Op. cit.* p.5

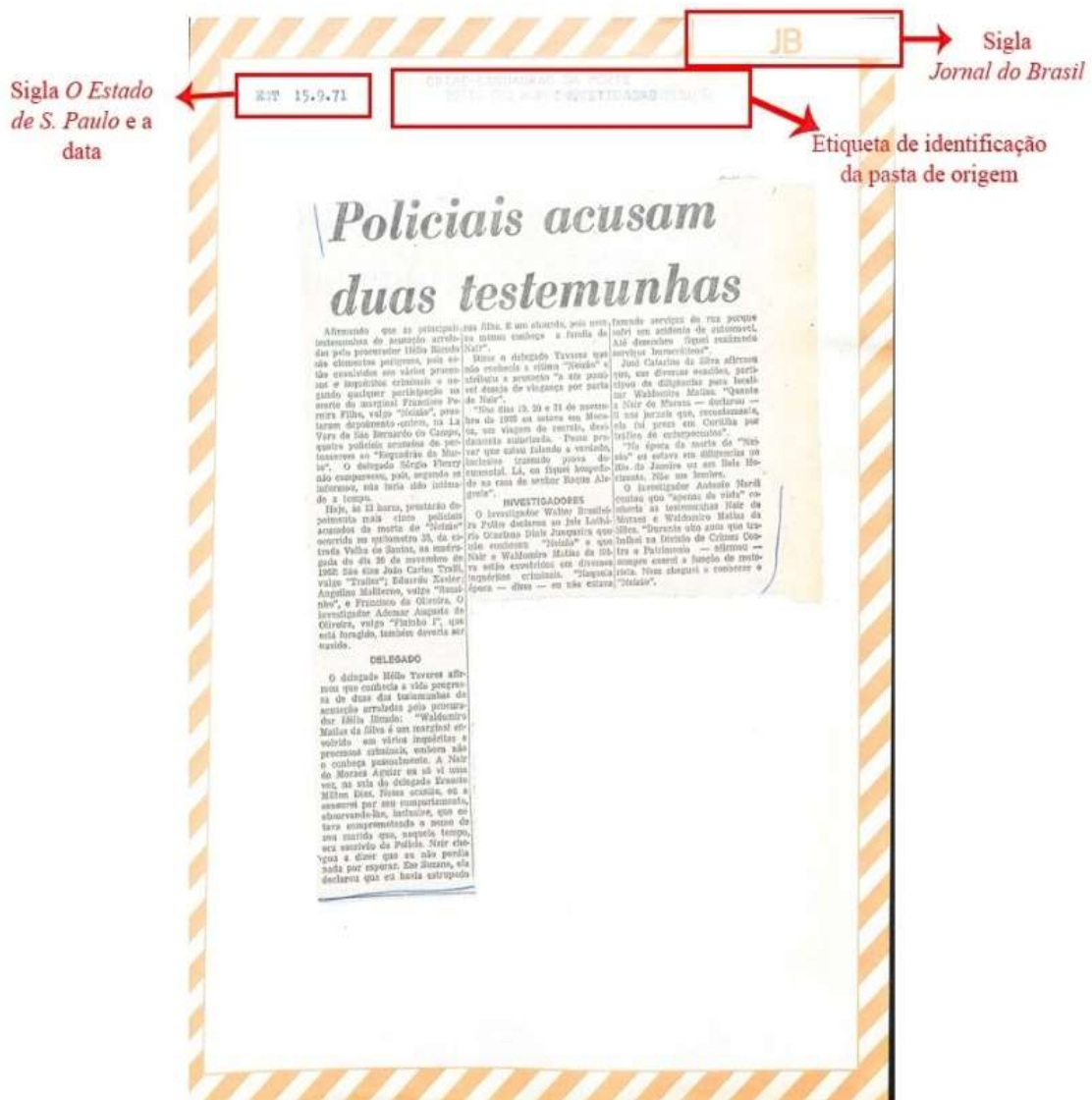
⁴⁹ De acordo com Roberto Civita, a saída de Mino Carta pouco teve a ver com a exigência dos militares: “Não houve nenhuma negociação com ninguém fora da Abril a respeito disso. Era uma questão de palavra, de promessa, de compromissos assumidos e rompidos unilateralmente. Não tinha nada a ver com censura. Nunca houve uma única palavra sobre isso. Uma vez o governo exigiu a cabeça dele para mim. Disseram: “Por que você não tira aquele cara da direção da redação?”. Eu devo ter contado para ele [Mino] inclusive, porque eu contava tudo. Mas que eu recusei, recusei. Maria Fernanda Lopes. *Op. cit.* p.151.

⁵⁰ “Após [Mino Carta] comunicar sua saída definitiva de *Veja*, Carmo Chagas, José Roberto Guzzo, Sérgio Pompeu, Angela Zirollo, Luis Nassif e Almyr Gajardoni ficaram. Paulo Totti foi para *O Globo*, no Rio de Janeiro. Dorrit Harazim havia recebido proposta do *Jornal do Brasil* e também se mudou para o Rio. Armando Salém e Sívio Lacellototti saíram. Tão Gomes Pinto, que estava passando férias em Ribeirão Preto, interrompeu seu descanso, chegou no dia seguinte na redação, escreveu sua carta de demissão, limpou sua gaveta e foi embora. Com a demissão de Mino Carta, o cargo de diretor da redação foi ocupado por José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu, até então redatores-chefes.” Ibidem, p. 153-154.

⁵¹ Para um quadro comparativo da censura imposta em *Veja*, *O Estado de S. Paulo*, *Movimento*, *Opinião*, *Folha de S. Paulo* e *Visão* (1968-1978), ver Anexo III.

⁵² COSTA, Márcia Regina da. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? São Paulo *Perspectiva*, 1999, v. 13, n. 4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a01.pdf>. Acesso em: 27/05/2017.

Figura n.1 Fragmento do clipping



Fonte: Policiais acusam duas testemunhas. *O Estado de S. Paulo*. 15/09/1971. Pasta Investigação 1971.

Para determinar qual a origem de determinado fragmento (em que jornal ou revista foi publicado) e o momento de sua publicação, é preciso recorrer às informações anotadas nas folhas do Dedoc, pois muitas vezes o recorte não contém tais dados. Deste modo, não há garantias de que as informações não contenham erros e que, de fato, a procedência seja de determinado jornal ou revista, pois o funcionário que fez as anotações pode ter introduzido erros. É preciso ter em vista a presença dos vários intermediários que participavam da construção desse acervo, além do fato de sua utilização também ser mediada por escolhas individuais, ou seja, dos funcionários leitores que decidiam se as matérias deveriam ou não integrar o *clipping*, ao que se soma a própria linha editorial da Abril, que efetivamente presidia

a seleção. Outro ponto diz respeito à utilização, afinal, diante de uma pasta cabia ao repórter decidir que informações usaria e de que modo.

O trabalho com esse tipo de material não fornece a noção do todo e tampouco se sabe qual o espaço que a matéria ocupava originalmente, com que conteúdos dialogava, o que havia ao seu redor ou nas páginas próximas. Assim, é preciso ter em vista que até mesmo a apresentação do texto foi alterada, pois há recortes que aparecem com diversas marcas de corte e, em um primeiro olhar, pode dar a impressão de que se trata somente de uma coluna, quando na realidade são várias colunas acopladas por meio de uma intervenção, possivelmente para facilitar uma consulta posterior ou pelo prosaico motivo de fazer o conteúdo caber seja na folha ou na pasta padrão.

As predileções da Abril expressavam-se nas escolhas dos periódicos selecionados para compor as pastas. Os jornais escolhidos eram os mais renomados no campo jornalístico e que integravam a chamada grande imprensa, salvo algumas poucas exceções. Indiretamente tem-se acesso à hierarquia então vigente no mundo dos impressos, de tal sorte que se pode avaliar o que era e o que não era tomado como jornalismo sério, pelo menos segundo os critérios da Abril. Como se pode observar na Quadro n.1, os jornais selecionados pelo DEDOC são aqueles de grande circulação e considerados como integrantes do *jornalismo profissional*.

Quadro n.1 Distribuição de Recortes

Total de Recortes			
Título	Quantidade	Sede de Publicação	Datas limite
<i>Estado de S. Paulo</i>	235	São Paulo	1968-1984
<i>Jornal do Brasil</i>	154	Rio de Janeiro	1968-1984
<i>Jornal da Tarde</i>	123	São Paulo	1968-1984
<i>Folha de S. Paulo</i>	39	São Paulo	1968-1985
<i>O Globo</i>	18	Rio de Janeiro	1968-1983
Não identificado	19	-----	
<i>Correio Braziliense</i>	16	Brasília – Distrito Federal	1984-1985
<i>Última Hora</i>	16	Rio de Janeiro	1968-1970
<i>Correio da Manhã</i>	13	Rio de Janeiro	1968-1970
<i>O Pasquim</i>	1	Rio de Janeiro	1970
<i>Movimento</i>	2		1978-1980
<i>República</i>	1		1979
<i>Jornalivro/Documento</i>	1		1973
<i>O Cruzeiro</i>	1	Rio de Janeiro	1968
<i>Diário da Noite</i>	1	São Paulo	1973
<i>Fatos e Fotos</i>	1	São Paulo	1970
Total	641	-----	1968-1985

Legenda:

- Jornais de grande circulação
- Jornais alternativos
- Títulos não encontrados.

Fonte: *Clipping* da editora Abril, organizado pela autora.

A listagem demonstra, em primeiro lugar, a predileção por jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, estados nos quais a atuação do Esquadrão da Morte acontecia com maior frequência. É possível observar periódicos pertencentes ao mesmo grupo, como o *Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*. Os quatro principais jornais do eixo Rio/São Paulo estão presentes no conjunto: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.⁵³ As datas limites referem-se ao intervalo que o jornal comparece no material, informação relevante pois poderia acontecer que um título mudasse de mãos, a exemplo do periódico *Última Hora*, adquirido pelo grupo Folha.⁵⁴

⁵³ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: IFICH/Unicamp, 2001, p. 226.

⁵⁴ “Durante o regime autoritário, as ameaças à liberdade de expressão e livre circulação de informações no jornal se enfatizaram, seja com a presença de censores nas redações, seja através de bilhetinhos e telefonemas ao jornal. Além disso, as sucursais foram lentamente sendo sufocadas pela crise financeira, uma vez que o *Última Hora* passou a perder anunciantes para outros veículos de imprensa. Como resultado, Wainer venderia a sucursal de São Paulo em 1965 para Octavio Frias de Oliveira, dono do Grupo Folha da Manhã, e retornaria em 1968 para o Brasil, retomando o controle do jornal e fechando as demais sucursais espalhadas pelo país para manter apenas a edição carioca”. DIAS, Mariana Antônio. *Op. cit.* p.66.

O *Correio da Manhã* enfrentou sérios problemas com a ditadura, que acabaram por levar ao desaparecimento do matutino.⁵⁵ Entre os treze recortes oriundos deste jornal, quatro fazem parte de uma série que aparece sob o título “esquadrão”, sobre um fundo preto, com letras em caixa baixa e reproduzindo o símbolo que foi atribuído a milícia. Os recortes desta série possuíam imagens de vítimas e de indivíduos indicados como membros da milícia e é possível observar, em todos, um tom de descontentamento com as investigações sobre o bando. A figura n. 2 fornece um claro exemplo, expresso nos seguinte dizeres: “Na polícia [os corpos abandonados] foram registrados como casos insolúveis, alguns dos milhares.”

Figura n. 2 Fragmento do jornal *Correio da Manhã*.



Metade superior do jornal *Correio da Manhã*. É possível observar as interferências dos profissionais que trabalhavam no setor do *clipping* no fragmento. Fonte: Esquadrão. *Correio da Manhã*. 13/05/1970. Recorte na pasta Execuções 1968-1970.

Apenas dois periódicos da imprensa alternativa figuram no levantamento: *Movimento* e *Jornalivro*, somente com dois recortes do primeiro e apenas um do segundo. No que se refere ao *Movimento*, um fragmento está disponível na pasta Julgamento 1970-1984, indexado na página padrão do *clipping* com data e nome do jornal inserido a caneta com as iniciais do jornal *Mov.*, referente a semana 25 a 31/12/1978, com o título *O Esquadrão ganha mais uma*. O outro fragmento, uma folha inteira que trata da atuação do Esquadrão da Morte em Minas Gerais, está

⁵⁵ Para mais informações acerca do jornal *Correio da Manhã*, ver: ANDRADE, Jeferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

na pasta Execuções 1971-1988, identificado com a data 14 a 20/04/1980, e contém imagem de um garoto de 15 anos assassinato pela milícia.

No que tange o *Jornal livro/Documento*,⁵⁶ trata-se do material de imprensa mais extenso sobre o EM encontrado em todo o *clipping*: são vinte e quatro páginas, dedicadas aos casos que receberam maior atenção dos periódicos. O texto cita diversos nomes de membros da milícia, além das vítimas que foram identificadas. É o mais completo no que respeita ao levantamento de mortos, com a polêmica afirmação de que o grupo paramilitar teria alcançado a cifra mais de mil execuções. Apesar de ser um fragmento da pasta *Execuções 1968-1970*, refere-se ao ano de 1973.⁵⁷

O Pasquim, em sintonia com sua prática, utilizou-se do humor para denunciar o descaso do poder público para tentar conter as atividades da milícia. O jornal estampou charges para denunciar os abusos do Esquadrão da Morte. Em seis páginas, o periódico semanal publicou entrevistas com três dos poucos membros que foram condenados por participarem da milícia. Assim, Ademar Augusto de Oliveira (Fininho I), José Alves da Silva (Zé da Guarda) e Astorige Corrêa de Paula e Silva (Correinha) foram entrevistados simultaneamente pelo jornalista do semanário. Como “bônus”, na última página que consta no *clipping*, há uma entrevista com o procurador Hélio Pereira Bicudo.⁵⁸

Figura n. 3 Charge publicada no jornal *O Pasquim*



O pacote (da morte) de Agosto. *O Pasquim*. p. 11. 25-31/08/1978. Recorte na pasta Investigações 1972-1996.

⁵⁶O *Jornal livro* foi lançado em dezembro de 1971. A ideia era inovadora: republicar clássicos, nacionais e estrangeiros, em sua maioria caídos em domínio público, ou seja, sem ter que pagar direitos autorais. A produção em papel jornal, no formato tabloide, também era atraente do ponto de vista econômico. O problema surgiu com a preferência do público, que almejavam textos novos. A solução foi a edição do *Jornal livro/Documento*, uma grande reportagem escrita como se fosse um livro e publicada na forma jornal. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2001, p. 124-125.

⁵⁷ Na última página do fragmento, lê-se: “Prova: hoje, 1973, S. Paulo é muito mais violenta em termos de crimes e assaltos, do que em final de 1968 – quando um misterioso grupo de extermínio começou a agir na cidade.”

⁵⁸O pacote (da morte) de Agosto. *O Pasquim*. p. 9-15. 25-31/08/1978. Recorte na pasta Investigações 1972-1996.

A exclusão de *Notícias Populares* merece ser citada, pois o periódico concedia considerável espaço às execuções do Esquadrão da Morte, mas ao que parece não foi considerado digno que fazer parte das pastas do acervo da Abril. Esse periódico possuía tiragem significativa e era lido pelas camadas mais populares. Por abusar de uma linguagem sensacionalista e valer-se de imagens fortes, conseguia atrair um público interessado em assassinatos e casos escabrosos. Talvez a exclusão se deva ao fato de o jornal usar do ficcional em suas manchetes, recorrendo a lendas e crenças populares, numa mescla de fatos verídicos e ficção. Por sua opção editorial, o jornal foi caracterizado como *espreme que sai sangue*. Assim, tratava-se de responder a uma determinada demanda:

A linguagem editorial sensacionalista é a do clichê. O sensacionalismo não admite distanciamento, neutralidade, mas busca o envolvimento, busca “romper o estudo contra as emoções forte”. É preciso chocar o público. Fazer com que as pessoas se entreguem às emoções e vivam com os personagens. A linguagem editorial precisa ser chocante e causar impacto. O sensacionalismo não admite moderação.⁵⁹

Cabe sublinhar que dois documentos apontados como “Não identificados” no quadro são, na realidade, cópias de documentos oficiais do jurista Hélio Bicudo, o que demonstra que o *clipping* possuía fontes para além dos periódicos.⁶⁰ A sua obra de maior repercussão foi *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*.⁶¹ Ao comparar os anexos desta obra com os dois documentos percebe-se que se trata do mesmo conteúdo, o que não surpreende, pois se tratam de documentos de domínio público. Não há outros textos de Hélio Bicudo, que somente figura no *clipping* nessas duas oportunidades. Porém, no decorrer dos 64 recortes, seu nome é citado em 102 recortes. Sua atuação no combate à milícia assegurou-lhe lugar de destaque nas reportagens, tanto que é o terceiro em termos de ocorrência.

Ainda segundo o quadro, constam 17 documentos não identificados (subtraiu-se deste número os dois supracitados de origem pública), o que indica descuido na coleta e ordenação

⁵⁹ AGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Sumus, 1995, p. 39-40.

⁶⁰ Entre suas obras, ver: *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e de Paz, 1976; *O direito e a justiça no Brasil: uma análise crítica de cem anos*. São Paulo: Símbolo, 1978; *Direitos civis no Brasil, existem?* São Paulo: Brasiliense, 1982; *Segurança Nacional ou Submissão*. São Paulo: Paz e Terra, 1984; *Lei de Segurança Nacional: Leitura Crítica*. São Paulo: Paulinas, 1986; *Direitos humanos e ordem constitucional no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987; *Do esquadrão da morte aos justiceiros*. São Paulo: Paulinas, 1988; *Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1994; *Direitos humanos e sua proteção*. São Paulo: FTD, 1997; *Minhas Memórias*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁶¹ A obra contou com nove edições em português e traduções para o espanhol, italiano, francês e alemão. O livro foi escrito no momento em que as atividades do EM multiplicavam-se, mas nem sempre vinham a público, em função do contexto político do país. Foi publicada em 1976 pela Arquidiocese de São Paulo, depois de editoras comerciais terem recusado a sua publicação. CARNEIRO, Alan; MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi Leme de. *Verbetes biográfico de Hélio Pereira Bicudo*. FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-pereira-bicudo>. Acesso em: 11/07/2017.

do material, a despeito de todo o investimento da editora, que não deveria ter meios para controlar cada recorte e cada uma das pastas.

Apesar de a imprensa estar silenciada no período em que os recortes do *clipping* foram recolhidos, somente um deles possui marcas visíveis de censura. O fragmento faz parte da pasta Investigação, com data de 01/9/1974 e provém de *O Estado de S. Paulo*. A censura pode ser observada em momentos diferentes: o primeiro, com espaços em brancos no recorte, que aparenta encobrir nomes. Também é possível perceber pela presença de *Os Lusíadas*, o título de clássico aparece seis vezes e somente em uma delas há trechos da obra e, mesmo assim, somente as primeiras linhas.⁶² A tentativa de preencher matérias censuradas com informações literárias, ou deixar espaços em branco foi o modo encontrado para “denunciar ao público leitor que o periódico estava sob censura prévia.”⁶³

Poucos fragmentos possuem assinatura, normalmente os textos foram atribuídos às sucursais ou aos serviços locais, o que representa uma dificuldade para o estabelecimento de autorias. Somente em 34 recortes é possível identificar o autor,⁶⁴ e apenas dois jornalistas assinaram, por mais de uma vez, artigos: Valério Meinel (2)⁶⁵ e Percival Souza (11). A quantidade de recortes identificados com a rubrica de Percival Souza deve-se ao seu intenso trabalho para denunciar as execuções promovidas pelo Esquadrão. À época, foi um destacado jornalista policial do *Jornal da Tarde*.⁶⁶ Souza foi o autor do dossiê intitulado *Mil Mortes: o bando terrorista mais sanguinário de nossa história O Esquadrão da Morte*, supracitado.

⁶² Recentemente (20/9/2018) um pequeno texto foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de autoria de Fernando Verissimo, em que o escritor menciona os problemas que teve com a censura durante a ditadura militar e como “o jornal *O Estado de S. Paulo* fez questão de que todos soubessem que estava sendo censurado, publicando receitas e poemas em lugar das matérias proibidas.” Verissimo também afirma que a memória daqueles tempos precisa ser lembrada porque a extrema direita ameaça as eleições. VERISSIMO, Fernando. Memória. *O Estado de S. Paulo*, 20 set. 2018, p. C10.

⁶³ KUSHNIR, Beatriz. The End: A censura de Estado e a trajetória dos dois últimos chefes da censura brasileira. *Projeto História*, São Paulo, tomo 1, p. 107-124, dez. 2004, p. 118.

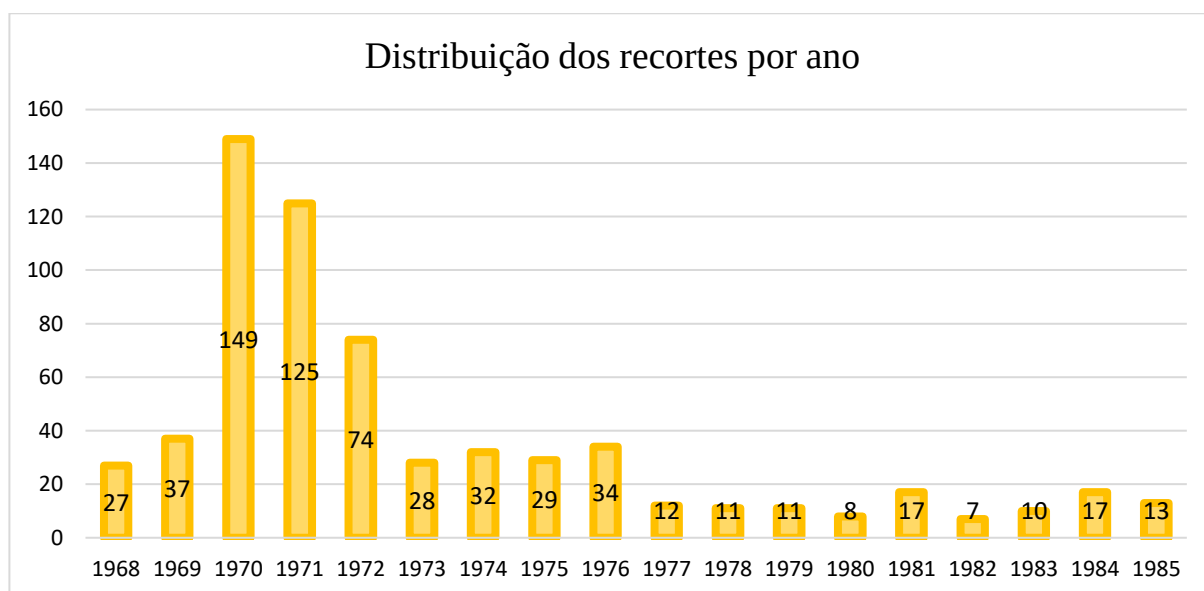
⁶⁴ Lista completa de autores de artigos presentes no *clipping*: Alberto Pereira, Adauto Cruz, Aguinaldo Silva, Aloisio de Moraes, Arlindo Peixoto, Assis Angelo, Bartolomeu Brito, C.M.C, Carlos M. Carolino, Chico Junior, João Xacharias e Antônio Cunha, Laerte José Castro Sampaio, Luíz Bernardes, Vila Fazitto, Octávio Ribeiro, Orlando Alves, Orlando Criscuolo, Percival Souza, Rivaldo Chineh, Rogério Medeiros, Valério Meinel,

⁶⁵ Valério Meinel foi um jornalista que fez grande sucesso quando da cobertura da morte de Cláudia Lessin Rodrigues, assassinada numa festa 1976, no Rio de Janeiro. Seu trabalho contribuiu para solucionar o caso e ele recebeu, em 1997, o Prêmio Esso de Jornalismo. Também atuou como repórter na cobertura do Caso Aézio, um servente de pedreiro que morreu torturado na cela de uma delegacia na Barra da Tijuca em 1979. O trabalho rendeu outro livro de sucesso. Morreu 13/12/1997. Entre suas obras, ver: *Porque Cláudia Lessin vai morrer*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1978; *Aézio um Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981.

⁶⁶ Percival Souza nasceu em 17 de outubro de 1943 em Braúna-SP. Iniciou a carreira de jornalista com apenas 14 anos na *Folha de S. Paulo* e, posteriormente, trabalhou na revista *Quatro Rodas*, da Editora Abril. Aos 22 anos, foi um dos fundadores do *Jornal da Tarde* e também trabalhou no *Notícias Populares*, do Grupo Folha e na *Auto Esporte*. Nos anos 1970, seguiu as atividades do Esquadrão da Morte. Entre suas obras, ver: *Society Cocaína*. São Paulo: Traço, 1982; *O Império da Violência*. São Paulo: Ícone, 1988; *Eu, cabo Anselmo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1999; *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000; *Narcoditadura: o Caso Tim Lopes*. São Paulo: Labortexto, 2002.

Os recortes concentram-se nos anos de 1970 e 1971 (ver Gráfico 1), momento em que as milícias agiam desenfreadamente e que as investigações e julgamentos começaram a se tornar frequentes em reportagens na imprensa. Três pastas contêm recortes datados de 1968: Investigação (1968-1970), Execuções (1968-1970) e História (1968-1986). Frente à quantidade de notícias, foi necessário separar o material, tanto que foram criadas mais cinco pastas no interior do *clipping*: Investigação (1971), Investigação (1972-1996), Julgamento (1970-1984) e Correinha (1972). Entre 1972 e 1973 o número de notícias decaiu para, em seguida, manter média equilibrada até 1976, data a partir da qual novamente se observa menor número de recortes, variando entre oito e dezessete fragmentos até 1985, ano limite da pesquisa.

Gráfico n. 1 Quantidade de recortes por ano



Fonte: *Clipping* da editora Abril, gráfico organizado pela autora.

O pico de recortes no ano de 1970 pode ser explicado por um conjunto de fatores. Neste ano, as atividades da milícia não estavam mais circunscritas aos territórios de Rio de Janeiro e São Paulo, apesar dessas duas cidades terem sido as mais mencionadas no *clipping*. Em São Paulo, coube ao procurador Hélio Bicudo chefiar as investigações sobre os homicídios do EM, atuação que aumentou as investidas para encontrar os culpados pelos crescentes assassinatos e que deram margem a uma série de tentativas de resolução dos inquéritos até chegar a julgamentos.⁶⁷ O Rio de Janeiro criou a Comissão de Combate ao Esquadrão da Morte (Cecem)

⁶⁷ Portaria nº1230- São Paulo, assinada pelo Procurador Geral da Justiça Dario de Abreu Pereira em 23 de julho de 1970. Designa o Dr. Hélio Pereira Bicudo para assumir a supervisão e orientação das tarefas pertinentes ao

e apesar dos poucos resultados efetivos dessa comissão, sua existência, ao lado da crescente onda de mortes provocadas pela milícia, acabaram por contribuir para a circulação de notícias na imprensa.⁶⁸

O material do *clipping* contém poucas fotografias, fato que não condiz com o estilo jornalístico adotado no período. Isso é um sinal de que se privilegiava o conteúdo escrito, inclusive, com algumas imagens apresentando riscos à caneta, possivelmente para que não pudessem ser utilizadas posteriormente para outro fim, o que mostra a interferência dos funcionários leitores no material.

Figura n. 4 Fragmento do *clipping* com riscos à caneta nas fotos.



Fonte: Os mortos da caveira. *Última Hora*, 22/07/1968. Pasta Investigação 1968-1970.

Ministério Público, no que respeita à preservação da Lei e do Direito, no episódio do denominado “Esquadrão da Morte”.

⁶⁸ Os membros da Comissão foram: “José Moreira, da Polícia Militar, João Lopes Esteves, promotor de São Gonçalo, e Heraldo Gomes, delegado de Vigilância de Niterói e coordenador das investigações do atentado sofrido pelo cabelereiro Jonas Silvério, que resultaram na prisão do policial João Coelho.” Informações retiradas de uma notícia não constante no *clipping*. Esquadrão. Seis suspeitos. Os nomes, até 6ªfeira. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 8, 16 abril 1970.

CAPÍTULO 2

O ESQUADRÃO DA MORTE: ORIGEM, CONTEXTO E MODO DE ATUAÇÃO

Esse capítulo apresenta o contexto sócio-político no qual o Esquadrão da Morte atuou, marcado por um regime de exceção, crescimento urbano acelerado, aprofundamento das desigualdades sociais e da violência. Importa destacar as formas de ação da milícia, seus integrantes, quem eram as suas vítimas e a inércia do poder público, que silenciou diante dos crimes praticados. Para tanto, além da bibliografia específica sobre o tema, analisam-se os dados constantes no *clipping*, que permitem traçar um panorama do tratamento que a violência e o EM receberam por parte da imprensa.

O Esquadrão da Morte no contexto da sociedade brasileira

O Esquadrão da Morte foi uma milícia que teve suas atividades intensificadas durante o período da ditadura militar (1964-1985), com o intuito de realizar uma espécie de profilaxia social. Seus membros, sobretudo policiais, delegados e investigadores, integravam o poder público e se auto incumbiram da missão de acabar com a criminalidade das cidades que, nesse momento, apresentava índices constantes de crescimento. Na perspectiva dessa milícia, tratava-se de garantir o tão almejado bem-estar social.

Ainda nos finais dos anos de 1950, no Rio de Janeiro, registraram-se os primeiros indícios da existência de um grupo atuando nos moldes do EM. Na tentativa de combater a violência, o general Amaury Kruel foi escolhido para auxiliar na introdução de um programa de segurança pública no Brasil. Em 1943, ele passou três meses no Forte Leavenworth, no Estado de Kansas/EUA, juntamente com outros onze oficiais do Exército brasileiro, com o objetivo de aprender a “substituir os métodos franceses de luta pelos métodos dos Estados Unidos”, o que significava implantar táticas de movimento rápido e audacioso em um sistema de patrulha motorizado.⁶⁹

Kruel desempenhou papel importante no aperfeiçoamento do sistema policial do Rio de Janeiro e na criação de uma força policial de elite, formada por “homens corajosos”, dispostos a sacrificar suas vidas no combate à violência:

Ele [Kruel] autorizou esse esquadrão motorizado especial a levar a cabo ações agressivas e violentas contra assaltantes e bandidos. Os caçadores de bandidos de Kruel não atuavam fora da instituição policial formal. Eram membros de um órgão oficialmente instituído e burocraticamente paralelo, o “Serviço de Diligência Especial”- uma unidade especializada dentro do “Esquadrão motorizado” da polícia civil, que era uma unidade de patrulha motorizada, popularmente conhecida como

⁶⁹ HUGGINS, Mattha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 112-113.

“E.M”. O general Krueel encarregou o E.M. de caçar os bandidos do Rio de Janeiro e dar fim a eles, por todos e quaisquer meios necessários [...].⁷⁰

Esse grupo iniciou uma prática de perseguição que nem sempre permaneceu nos limites legais, tanto que surgiram esquadrões “informais”, muitos ligados às forças policiais e que proliferaram rapidamente, com “grau variável de sobreposição e vinculação com o sistema policial formal”.⁷¹ Um dos “homens corajosos” de Krueel, Milton Le Cocq, destacou-se na luta contra os “marginais” do Rio de Janeiro e acabou morto por Manoel Moreira (apelidado de Cara de Cavalo) em 1964.⁷² Para vingar o assassinato de seu colega, policiais formaram a “Escuderia Le Cocq”.⁷³ Os esquadrões formados no Rio de Janeiro expandiram-se para outras capitais, como São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais.⁷⁴

As semelhanças entre os esquadrões carioca e paulista não se limitavam apenas nas conexões estabelecidas com as forças de policiamento, mas também abarcavam a vingança pela morte de policiais, o que gerava (e ainda gera) uma caçada implacável ao bandido e a narração do feito heroico de sua eliminação, a exemplo do que ocorreu no Rio de Janeiro com Le Cocq e, em São Paulo, com a morte de David Pare em 1968 por Saponga.⁷⁵

Vale citar, ainda, um grupo policial de elite formado no Rio de Janeiro em 1969 pelo general Luís França de Oliveira, denominado como os “Doze Homens de Ouro”, cuja maioria dos membros foi acusada de pertencer ao Esquadrão da Morte, sendo o nome mais famoso o de Mariel Mariscotte.⁷⁶

⁷⁰ Ibid, p.113-114.

⁷¹ Ibid, p.114.

⁷² Manuel Moreira, conhecido como Cara de Cavalo, matou numa troca de tiros matou o detetive Milton Le Cocq em 1964, evento considerado pela imprensa como marco inicial para as atividades do Esquadrão da Morte no Rio de Janeiro. Depois do assassinato, a reação da polícia foi caçar o responsável, o que foi noticiado exaustivamente. O artista Hélio Oiticica fez uma bandeira-poema com o corpo de Manuel Moreira esticado na diagonal, num fundo vermelho, e abaixo os dizeres: “Seja marginal, seja herói”. Para uma análise da obra, ver: DINIZ, Luiz Antonio Garcia. Seja marginal, seja herói: a figura do herói e do anti-herói na obra de Hélio Oiticica. *SOLETRAS Online*. jan.-jun. 2012, p.53-66.

⁷³ HUGGINS, Mattha K. *Op. cit.* p.114.

⁷⁴ MANSO, Bruno Paes. *Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010: Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). São Paulo: USP, 2012, p.116.

⁷⁵ O marco utilizado para o início das atividades do Esquadrão da Morte em São Paulo foi o falecimento, numa perseguição, do policial Davi Romero Pare em novembro de 1968. Os colegas prometeram eliminar dez bandidos para cada policial morto. A caçada desencadeada após esse episódio foi narrada por um membro do EM: CORRÊA, Astorige. *Correinha o Caçador de Bandidos: Líder do Verdadeiro Esquadrão da Morte*. São Paulo: ARBO Graphic Design, 2005.

⁷⁶ A biografia do policial Mariel Mariscotte foi inspiração para o enredo do filme “Eu matei Lúcio Flávio...”. Nos primeiros minutos (2min12seg – 3min49seg), ainda durante a apresentação dos créditos, o seguinte discurso é pronunciado, remetendo o telespectador ao treino de um batalhão da polícia: “A primeira coisa que vocês têm que aprender é que isso aqui é uma guerra, uma guerra sem papel, sem fim. A polícia é a protetora da sociedade. A polícia protege a sociedade contra aqueles que estão fora dela. O marginal não existe. O marginal não é gente! Agora eu quero todos vocês repetindo comigo [...]. Com ódio!!! (som do comandante gritando os primeiros dizeres e o batalhão berrando “O marginal não existe. O marginal não é gente!”). E a nossa classe existe para acabar com

Não é possível entender como o EM se enraizou sem considerar os fatores implícitos a sua atuação, que ganhou intensidade durante a ditadura militar instaurada após o golpe de 31 de março de 1964,⁷⁷ que depôs o presidente João Goulart⁷⁸ e que vigorou até 1985.⁷⁹

Os responsáveis pelo golpe insistiam que só haviam tomado o poder para garantir o funcionamento da democracia, sugerindo que se tratava de uma intervenção temporária:

A ambiguidade do regime militar brasileiro, com a preocupação constante em manter uma aparência democrática e legal em meio autoritarismo e ilegalidade de muitos atos, pode ser encontrado nos processos tramitados na Justiça Militar, nas sentenças que absolvem os condenados pela Lei da Segurança Nacional em nome da defesa da liberdade de imprensa em um país que mantinha rígida censura em todos os órgãos de divulgação. Pode ser encontrada também na condenação, em vários processos, de jornalistas/militantes incriminados por sua atuação em diferentes agremiações clandestinas que lutavam, muitas vezes de forma extremada, antes de mais nada, por considerar que seus espaços legais de participação na vida política encontravam-se irremediavelmente cerceados.⁸⁰

Logo ficou evidente que os novos donos do poder não tinham intenção de deixá-lo, como indica a decretação dos Atos Institucionais (AI's), ferramentas importantes para reorganizar o controle do Estado. Deste modo, os AI's não eram somente uma fachada jurídica,

eles, como vocês vão fazer aqui e agora: Na porrada... até matar!!!". *EU MATEI Lúcio Flávio...* Direção: Antônio Calmon. Produção: Older Costa e Jece Valadão. Brasil, 1979.

⁷⁷ Cabe esclarecer que se utiliza aqui a expressão *ditadura militar*, pelo fato de a mesma conseguir abranger as características essenciais do regime, sem desconsiderar os diferentes graus de adesão ou de oposição da sociedade civil brasileira. Para mais informações sobre as divisões de nomenclaturas, ver: FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

⁷⁸ As interpretações sobre o motivo que desencadearia ao regime militar divergem. Uma corrente historiográfica assevera que houve uma crise incontrolável e institucionalizada do governo Goulart, cujas práticas políticas populistas aceleraram seu colapso. Outros enfatizam que a instabilidade deveu-se à conspiração de agentes econômicos, que bloquearam o desenvolvimento. Já a perspectiva de que o golpe foi produto do conflito entre diferentes atores políticos é igualmente representativa nos estudos históricos. É digno citar a interpretação que assinala a impossibilidade no Brasil, no início dos anos de 1960, se estabelecer um acordo que combinasse reformas e democracia em um projeto político consistente, pois não havia compromisso com a manutenção da democracia fosse na direita ou na esquerda. IANNI, Otavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; DREIFUSS, Rene. *1964: a conquista do Estado* (ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981; SANTOS, Wanderley Guilherme. *64: Anatomia da crise*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. *Tempo*, vol.14, n.28, p.123-143, jun/2010; FIGUEIREDO, Argelina. "Democracia e reformas: a conciliação frustrada" IN: TOLEDO, Caio. (org). *1964 Visões Críticas do Golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Unicamp; TOLEDO, Caio Navarro. *1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo*. *Crítica Marxista*, n. 19, 2004, p.27-48. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo104critica19-A-toledo.pdf. Acesso em 25 maio 2018.

⁷⁹ Não há consenso na historiografia acerca do final do período ditatorial brasileiro. Para um grupo minoritário, a ditadura terminou em 1979, "com o fim dos Atos Institucionais e o restabelecimento das eleições, da alternância no poder, da livre organização sindical e partidária e da liberdade da imprensa". AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura, Anistia e Reconciliação*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 171-186, jan.-jun./ 2010. Este trabalho utiliza como demarcação o ano de 1985, com a eleição do primeiro presidente civil.

⁸⁰ AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do Regime Militar Brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 286.

mas significaram a reordenação do aparato legislativo, consagrando a ordem autoritária por meio de um conjunto de instituições e regras que colocavam à disposição do executivo instrumentos para governar com mão forte, como ficou evidente no Ato Institucional (AI-1), assinado logo nos primeiros dias após o golpe (09/04/1964) e que legitimava a presença dos militares, ampliando o poder de ação do presidente.⁸¹

O AI-5 (13/12/1968) pode ser considerado como o mais emblemático, pois apesar de o golpe remontar a 1964, foi por meio deste que ocorreu de fato o endurecimento do regime, tanto que foi denominado de *golpe dentro do golpe*,⁸² ou seja, momento em que a ditadura se fortaleceu institucionalmente e venceu divergências internas:

Dentre os estudiosos do período há quase um consenso no estabelecimento de um marco em 1968 como o AI-5, visto como um momento de ruptura e, como alguns preferem qualificar, um “golpe dentro do golpe”. Ali estaria estabelecido o início da fase mais dura do regime militar que prossegue de forma ininterrupta até o início do processo de “distensão/abertura” que começou no governo Geisel e teve continuidade no governo Figueiredo.

O que, entretanto, não é consensual é a forma de se encarar esse recrudescimento repressivo. Os representantes governamentais e os grupos sociais que lhe conferem apoio justificam a tentativa de fechamento de todas as possibilidades de participação social, bem como uma manobra defensiva. Ou seja, o governo teria sido obrigado a reagir na defesa contra a oposição armada que, nesse momento, se articulava através de uma série de ações (assaltos, expropriações, sequestros, panfletagens). Desse modo, a ação governamental tenta bloquear todos os espaços de organização de resistência, usando de todos os meios para destruir a atuação desses grupos que agem na clandestinidade. Mesmo entre os autores que se dedicam ao estudo do período existem os que aceitam essa visão. Porém, há os que não concordam com essas ideias e acreditam que há uma intenção de eliminação dos movimentos que foram utilizadas como pretexto para o avanço potencial repressivo.⁸³

Os direitos de expressão e opinião foram suprimidos e, fundamentado neste ato de exceção, o executivo pôde fechar o Congresso Nacional por tempo indeterminado, dando ao regime poderes para agir sem limites impostos pela ordem democrática,⁸⁴

⁸¹ Os dezessete Atos Institucionais assinados no decorrer da ditadura militar estão na página *web* do Governo do Brasil. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 15 jun. 2018.

⁸² Expressão utilizada com frequência para se referir à decretação do Ato Institucional nº 5. Entre os que a utilizam, ver: ARRAES, Miguel. *O Brasil, o povo e o poder*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006; CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora: UNESP, 2007; LIBANIO, João Batista. *As lógicas da cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*. São Paulo: Edições Loyola, 2001; PONTE JUNIOR, Osmar de Sá. *Dualidade de poderes: um mal estar na cultura política da esquerda*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

⁸³ AQUINO, Maria Aparecida de. *A especificidade do Regime Militar*, p.279-280.

⁸⁴ “A edição do AI-5 representa, para o regime inaugurado em 1964, uma guinada de posição. A partir desse momento, com o endurecimento político propugnado pelo Ato, torna-se claro que as rédeas da condução do país, no âmbito militar, haviam mudado definitivamente de posição. Deixando de lado os atritos, presentes nos governos de Castelo Branco e Costa e Silva, entre as alas militares da “Sorbonne” e da “linha-dura”, passava a haver agora claro predomínio destes últimos. AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa...* p.206.

Por meio dele, o presidente da República poderia (como de fato o fez) decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores (Art. 2.o); suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (Art. 4.o); suspender as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade (Art. 6.o); suspender a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular (Art. 10).⁸⁵

O terreno foi fértil para repressão, abusos policiais e de militares, prisões arbitrárias e perseguição de inimigos políticos, torturas e eliminação física de oponentes. Como assinala a historiografia sobre o tema, com a implantação do terror por parte do Estado, a partir do endurecimento político do governo Costa e Silva e da preponderância, cada vez maior, da linha dura no interior do aparelho do Estado, o controle sobre os meios de comunicação intensificou-se em escala até então inédita, mesmo quando se tem por parâmetro os momentos iniciais do regime.⁸⁶

[...] é certo que, a partir de dezembro de 1968, com a edição do AI-5, houve uma intensificação da censura da imprensa, pois o *decretum terribile* permitia praticamente tudo. Desde então, a censura da imprensa sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer a instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder.⁸⁷

No caso da imprensa escrita, todo o conteúdo de jornais e revistas deveria obter prévia autorização. Não havia critérios claros sobre o que poderia ou não poderia ser vinculado, mas o fato é que qualquer pretexto era suficiente para punições e apreensões de edições:

A mordaza imposta à imprensa a partir de dezembro de 1968 era confusa, onipotente e errática. Passada a blitz do AI-5, os censores foram dispensados, e a tesoura foi instrumentalizada através de sucessivos encontros de autoridades com proprietários de empresas jornalísticas. Criou-se, assim, uma rotina de comunicações entre a Censura e as empresas, quase sempre telefônica, informal [...].
[...] Aquilo que pretendia ser uma ação defensiva do Estado tornou-se, a partir do final de 1969, a principal peça de sua máquina de desmobilização e de supressão do dissenso. Quando foi retirada, em 1978, a mordaza tinha superado a duração do controle da imprensa na ditadura de Vargas, transformando-se no mais prolongado período de censura da história do Brasil independente.⁸⁸

⁸⁵ CODATO, A. O golpe de 64 e o regime de 68. *História, Questões e Debates*, Curitiba, n.40, 2004, p.17.

⁸⁶ CARDOSO, Irene de A. R. *Memória de 68: terror e interdição do passado*. *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 2, n. 2, p. 106, 2º sem. 1990. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84805>. Acesso em: 01 jul. 2017.

⁸⁷ FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar, *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, pp. 251-286, jul-dez. 2002, p.253. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

⁸⁸ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 222.

Na perspectiva de Aquino, a vigência da censura comportou dois momentos distintos: de 1968 a 1972, a “fase inicial, em que há uma estruturação da censura, do ponto de vista legal e profissional, e em que o procedimento se restringe a telefonemas e bilhetes enviados às redações”, enquanto que na outra, de 1972 a 1975, ocorreu “uma radicalização da atuação da censória, com institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que oferecem resistência”.⁸⁹ Segundo o depoimento de importante jornalista político, que vivia o cotidiano das redações:

A censura foi ficando pior a partir de agosto de 1972. Em setembro, nada de importância política podia ser publicado. Sucessão, abertura, aprimoramento do regime, divergências no governo, opiniões militares contrárias às diretrizes oficiais, guerrilhas, atuação das esquerdas, críticas à política econômica, reproduções de jornais estrangeiros infensos ao regime brasileiro e quanta coisa a mais era substituída por espaços em branco, depois cartas dos leitores, em seguida fotos e textos de flores, mais tarde poesias libertárias e finalmente *Os Lusíadas de Camões*, no *Estado*. Receitas de bolos e doces, no *Jornal da Tarde*. Logotipos das revistas da editora Abril. Propaganda de ser a *Tribuna da Imprensa* o jornal que melhor informava. E mais uns poucos, porque a maioria de nossos meios de comunicação aceitava ordens telefônicas e alguns diretores até acrescentavam: “Só isso? Não tem mais nada?”⁹⁰

A despeito do endurecimento do regime a partir de 1968, o EM não deixou de figurar na imprensa, com frequentes denúncias, principalmente no eixo Rio-São Paulo.⁹¹ Os “marginais” que o EM queria eliminar eram, em sua maioria, ladrões de carros, traficantes e assassinos de policiais – transgressões realizadas, fundamentalmente, pelas classes populares. Vale comparar com os crimes que predominavam no início do século XX, uma vez que os novos padrões eram fruto das mudanças sociais e geográficas no cenário urbano das capitais brasileiras:

A maior parte dos delitos registrados [no início do século XX] no país era constituída de crimes comuns, infrações que desrespeitavam os preceitos sociais de proteção à propriedade e aos bons costumes. Os crimes comuns, de forma geral, diziam respeito a pequenos furtos, arrombamentos, espancamentos de mulheres, alcoolismo, falsificações, assaltos, adultérios, envolvimento com drogas e prostituição, enfim, crimes que não seriam exclusivos desse período, os quais, embora a cada época pudessem assumir formas mais ou menos padronizadas de ser, crivam seu espectro de peculiaridade pela reação social que cada um desses crimes tipificados pela sociedade obteve.⁹²

⁸⁹ AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa....* 1999, p. 212.

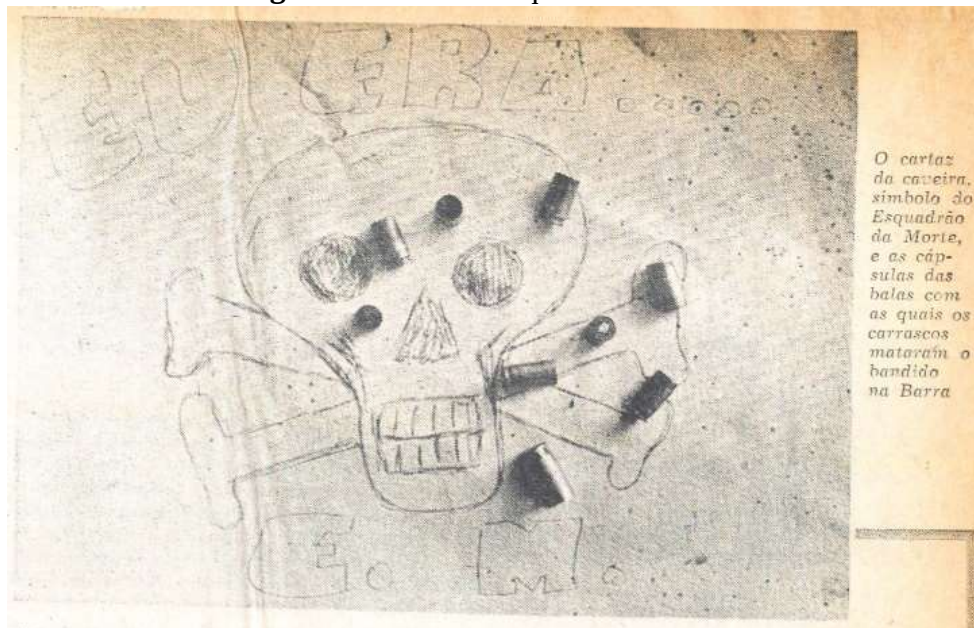
⁹⁰ CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e a longa noite dos generais*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p.25.

⁹¹ Obviamente, não há como estabelecer uma relação explícita entre o Esquadrão da Morte e o poder público, entretanto, a imprensa documentou a presença de policiais na milícia, o que certamente também era do conhecimento das autoridades.

⁹² CANCELLI, Elizabeth. Os crimes de paixão e a profilaxia social. In: *Histórias de violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 2004. p.125.

O EM tinha seu próprio *modus operandi*: as vítimas eram encontradas em locais ermos da cidade, estratégia para evitar testemunhas, e com diversas perfurações de armas de calibres diferentes, o que dificultava a atribuição de autoria. Ao lado das vítimas, eram colocados cartazes, com a imagem de uma caveira sobre dois ossos cruzados e as letras EM, no mais das vezes acompanhados de frases que identificavam o crime cometido pela vítima,⁹³ ou seja, os cartazes também cumpriam a função de justificar publicamente o extermínio, ou a tortura do sujeito, condenado sem julgamento por serem considerados criminosos.⁹⁴

Figura n. 5 Cartaz Esquadrão da Morte



Fonte: Imagem originalmente publicada em *O Globo*, de 13 de março de 1970. Pasta Crime-Esquadrão da Morte/Investigação 1968-1970
Clipping da editora Abril.

Casos que não seguiam esses procedimentos são difíceis de atribuir ao grupo, visto que o assassinato por policiais não era propriamente uma novidade e, além do mais, não se pode descartar a existência de outras milícias no período, a exemplo das que se intitulavam China, Caveira e Killing.⁹⁵

⁹³ A prática de colocar cartazes como forma de identificar o motivo do assassinato foi utilizada desde a criação do grupo de diligências liderado por Amaury Kruel, como ressaltava Huggins: “Não demorou muito para que, em favelas, terrenos baldios e valas do Rio de Janeiro, começassem a aparecer corpos com sinais de tortura e marcados com um crânio e ossos cruzados. Presos aos corpos das vítimas encontravam-se mensagens, escritas em letras de forma: “Eu era um ladrão”, “Eu vendia drogas”, e assinadas “E.M.” HUGGINS, Mattha K. *Op. cit.*, p. 114.

⁹⁴ DAEMON, Flora; MENDONÇA, Kleber. Entre a Lei e a execução: uma genealogia dos grupos de extermínio na imprensa carioca. *XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Recife, set., 2011, p. 4. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1246-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2017.

⁹⁵ “O grupo matador que lançou a caveira perdeu sua patente. Cartazes com desenhos de todo tipo começaram a surgir no peito de cadáveres. Frases mal escritas, com erros primários deixavam claro que os desenhistas não eram os mesmos. O banditismo também passou a carimbar suas vítimas. Quem quisesse matar era só debitar na conta

As táticas do EM dificultava a investigação da polícia civil, uma vez que era habitual o uso de diversas armas contra a mesma vítima, a adulteração da cena do crime e a ausência de testemunhas. Era inegável a existência de mortes sumárias e, por mais que o poder público evitasse o assunto, os cadáveres continuavam a se multiplicar:

Todos já ouviram falar do “Esquadrão”, alguns até acreditam nele, mas ninguém nunca o viu realmente. Mesmo assim, corpos semidesnudos, manietados, estrangulados e fuzilados continuam a aparecer. A transformação chega ao ponto de, na década de 1970, as autoridades policiais do Rio de Janeiro e Guanabara, além de operadores do direito, travarem verdadeiro debate ontológico acerca da existência ou não do “grupo de policiais que eliminam marginais considerados irrecuperáveis”. Uns dizem que ele não existe; não passaria de invenção da imprensa sensacionalista, ávida em ganhar dinheiro em detrimento da verdade. Outros admitem sua existência, mas mudam o pertencimento dos seus integrantes: não são policiais, mas marginais que se matam entre si em suas rixas internas. Assim, a definição de “policiais que eliminam marginais considerados irrecuperáveis” se torna “marginais que eliminam uns aos outros nas suas disputas internas por poder”.⁹⁶

As ações do EM seguiam um padrão quase ritualizado, eram rápidas e diretas e não davam qualquer chance às suas vítimas. Os corpos eram encontrados, no mais das vezes, em avançado estágio de composição, o que dificultava ainda mais a identificação e, conseqüentemente, a possibilidade de investigações eficientes. Assim, frequentemente, as vítimas eram sepultadas como indigentes.

Ao propor uma espécie de profilaxia social, na qual todos os marginais deveriam ser eliminados para garantia do bem-estar social, as vítimas da milícia tinham características bem delimitadas: eram pessoas oriundas das zonas pobres do meio urbano, com ou sem antecedentes criminais. Entretanto, também se sabe de casos de indivíduos que estavam sob a tutela do Estado, a exemplo de sujeitos encarcerados no presídio Tiradentes (SP),⁹⁷ que foram executados e tiveram seus corpos abandonados em beiras de estrada, ou seja, nem os presos estavam fora do alcance da sanha dos membros do EM.⁹⁸

O grupo criou um sistema próprio de trocas de informações para comunicar o lugar onde os cadáveres poderiam ser encontrados. Denúncias anônimas eram feitas em delegacias ou na redação de algum jornal de grande circulação. O personagem responsável por essa comunicação

do Esquadrão.” BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte: um mal necessário?* Rio de Janeiro: Mandarin, 1971, p. 56.

⁹⁶ NETO, David Maciel de Mello. ‘Esquadrão da morte’: Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Dilemas*. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 10, nº 1, jan./abr. 2017, p.152. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7752>. Acesso em: 03/07/2017.

⁹⁷ Exemplos de vítimas que foram retiradas do presídio Tiradentes: Aírton Nery Nazareth (Risadinha), Antonio Russo (Zoinho), Francisco Pereira Filho (Neizão), João Piloto, Piragibe Marinho (Pirata), Rubens Saturino.

⁹⁸ Para mais informações sobre o Presídio Tiradentes, ver: TELES, Janaina de Almeida. Ditadura e Repressão: Locais de Recordação e Memória Social na Cidade de São Paulo. *Lua Nova*, n.96, pp.191-220, 2015.

foi denominado, de maneira jocosa de “Relações Públicas” pela imprensa. O comunicado era feito por telefone e o denunciante se identificava como *Rosa Vermelha* no Rio de Janeiro e *Lírio Branco* em São Paulo.⁹⁹

Entretanto, cabe perguntar: é possível distinguir quem efetivamente participava dessa milícia? Sabe-se que seus membros, se não todos, uma porcentagem significativa, pertencia aos quadros da segurança pública. Entretanto, é preciso levar em consideração que cada Estado tinha sua própria organização. São Paulo foi um dos primeiros estados brasileiros a iniciar um processo de profissionalização e reorganização da polícia estadual logo no início do século XX, mudanças essas que foram acompanhadas em nível nacional. Tais transformações na polícia fizeram com que “os membros do Governo Federal suspeitassem de que a modernização da polícia do Estado de São Paulo poderia tornar essas forças mais leais ao Estado do que às autoridades federais, suspeita que logo se tornou realidade.”¹⁰⁰

Vale lembrar que o sistema de segurança pública paulista era composto, até 1970, por três corporações: a Polícia Civil, a Força Pública e a Guarda Civil. A primeira cumpria funções de polícia administrativa e judiciária, ou seja, era de sua responsabilidade realizar investigações, instaurar inquéritos, realizar o cadastro e identificação de pessoas e organizações. A Força Pública, maior corporação do estado, respondia pela maior parte das tarefas de policiamento, escoltas, controle do tráfego, serviço de guarda de edifícios públicos, além de incluir o Corpo de Bombeiros. Era uma corporação com forte caráter militar, com hierarquia estruturada nos moldes do Exército. Por fim, a Guarda Civil, como o nome bem indica, era uma corporação civil fardada, com função de policiamento de rua e controle do trânsito.¹⁰¹

A polícia civil enfrentava dificuldades em concluir as tarefas de controle demandadas pelo regime ditatorial iniciado em 1964, cada vez mais preocupado em criar táticas de combate às guerrilhas. A solução encontrada foi reordenar as corporações policiais.¹⁰² Assim, em 1º de julho de 1969, foi criada em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban), um centro de informações e investigações, de fato um novo órgão de repressão que contava com membros das Forças Armadas e das polícias civil e militar. A estrutura foi arquiteta para ser um meio mais eficiente de combate à guerrilha, posteriormente transportado para o resto do país sob a

⁹⁹ BARBOSA, Adriano. *Op. cit.* p.126.

¹⁰⁰ HUGGINS, Mattha K. *Op. cit.* p. 43.

¹⁰¹ NASCIMENTO, Gabriel dos Santos. Violência Fardada: A Polícia Militar do Estado de São Paulo na Ditadura Civil-Militar (1964-1982). *Historia 2.0: Conocimiento Histórico en clave Digital*, n.6 jan-jun. p. 130-143, 2013; BICUDO, Hélio. A unificação das polícias no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 14, n. 40, set.- dez. 2000.

¹⁰² PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e Crise Política: o caso das polícias militares. In: PAOLI, Mária Célia; BENEVIDES, Maria Victoria; et al. *A violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 65.

forma do Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/ CODI).¹⁰³

A OBAN (Operação Bandeirantes) refinaria, e ao mesmo tempo especializaria na repressão política, as práticas do Esquadrão da Morte (sequestro, tortura, eliminação), agregando membros dos serviços de informação das três armas e da polícia, apoiada por fundos de empresas nacionais e multinacionais.¹⁰⁴

Um dia depois, o Decreto Lei n.º 667 reorganizou as polícias militares e “atribui ao ministério do Exército o controle e coordenação por intermédio do Estado-maior do Exército em todo o território nacional, pelos Exércitos e Comandos militares de áreas nas respectivas jurisdições e pelas regiões militares nos territórios nacionais, cabendo ao Inspetor das Polícias Militares o cargo exercido por um general-de-brigada da ativa.”¹⁰⁵

Em 1970, frente às novas leis reguladoras,¹⁰⁶ a militarização complementou-se com a criação da Polícia Militar (PM), num contexto em que a ditadura estava solidamente instalada e as atividades repressoras tornadas rotineiras.¹⁰⁷ Do ponto de vista constitucional, a PM tornou-se uma força auxiliar e reserva do Exército,¹⁰⁸ estabelecida para compor mais uma peça na engrenagem de controle do sistema:

A centralização das Polícias Militares, com sua subordinação direta ao Exército, foi uma decisão diretamente ligada às dificuldades das Polícias Cíveis em lidarem com as tarefas impostas pela consolidação do regime autoritário, bem como ao desempenho das antigas forças policiais estaduais – Forças Públicas ou Brigadas – na luta armada posta em cena por alguns setores da oposição.¹⁰⁹

Ressalta-se que a violência institucional em São Paulo não surgiu com o Esquadrão da Morte, apenas encontrou no interior do regime condições mais favoráveis para intensificar sua ação em prol do controle e repressão da criminalidade comum.¹¹⁰ O que parece certo é que o

¹⁰³ NASCIMENTO, Gabriel dos Santos. *Op. cit.* p. 136.

¹⁰⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Op. cit.*, p. 70-71.

¹⁰⁵ *Ibid*, p.64.

¹⁰⁶ A tentativa de unificação das polícias foi anterior à ditadura militar, todavia, somente nesse período as condições foram mais favoráveis para sua criação. *Id.*

¹⁰⁷ A obra mais conhecida acerca da polícia militar durante o período da ditadura é o livro-reportagem escrito pelo jornalista Caco Barcellos. *ROTA 66: a história da polícia que mata*. São Paulo: Globo, 1997, não indica fontes ou se vale de outras pouco confiáveis e que não foram devidamente analisadas, além de ser evidente o tom romancado do texto. Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) é uma tropa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Barcellos destaca, em sua narrativa, como esse grupo foi marcado pela violência, responsável por grande número de mortos e que gozou de impunidade.

¹⁰⁸ NASCIMENTO, Gabriel dos Santos. *Op. cit.*; BICUDO, Hélio. *Op. cit.*, 2000.

¹⁰⁹ BICUDO, Hélio. *Op. cit.*, 2000.

¹¹⁰ TEIXEIRA, Alessandra. Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. . Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2012, p.94-95.

EM agrupou elementos de todos os órgãos de controle, fosse da polícia civil, militar, dos órgãos de repressão, ainda que seja praticamente impossível distinguir e qualificar os seus integrantes, exceção feita aos que foram nomeados na imprensa. É importante ter em conta o contexto no qual o EM cresceu e se fortaleceu, já que sua origem antecede ao regime militar.

2. Conjuntura de atuação do Esquadrão da Morte: violência e exclusão social

No momento em que a ditadura vigorava no país e o Esquadrão da Morte agia, experimentava-se, nas grandes capitais do país, acelerado crescimento populacional, em grande parte resultante de movimentos migratórios internos. A percepção de aumento da violência, num ambiente de expansão urbana desordenada e diminuição do valor real dos salários das camadas mais pobres, em função da política econômica vigente, incentivava discursos sobre o combate à bandidagem.¹¹¹

O sistema econômico aplicado pela ditadura visava um grande desenvolvimento, para tanto, facilitou-se o investimento estrangeiro com ativo papel do Estado para alavancar o ritmo de crescimento. Esses primeiros passos foram dados logo com o primeiro presidente do regime,

[...] O governo de Castello Branco ergueu as bases econômicas e financeiras que serviriam para deslanchar o modelo de desenvolvimento, e deu prioridade a um programa da desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar. Adotou uma dura política de estabilização: controle dos salários, redução da idade legal mínima de trabalho, fim da estabilidade no emprego através da criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), repressão aos sindicatos, proibição das greves.¹¹²

Em 1966, ainda durante o governo de Castello, as leis trabalhistas foram alteradas com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio do decreto de lei de 13/09/1966. Tal mudança aumentou a rotatividade do emprego, uma vez que extinguiu a estabilidade até então garantida ao trabalhador. Antes, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, previa que a demissão sem justa causa do empregador com mais de um ano de registro em carteira somente poderia se dar mediante indenização igual ao número de anos de serviço multiplicado pela sua maior remuneração. Além do mais, a estabilidade estava garantida, no setor privado, quando o indivíduo completava dez anos na mesma empresa.¹¹³ Já

¹¹¹ O crescimento populacional pode ser observado em dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 29 maio 2018.

¹¹² SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 451.

¹¹³ Sobre a criação do FGTS há os que defendem a medida, a exemplo de Roberto Campos, que foi ministro do Planejamento no governo de Castello Branco: “A criação do FGTS foi uma das reformas sociais mais importantes,

com a criação do FGTS, as empresas eram obrigadas a depositar 8% do salário dos funcionários em conta individual e o valor seria resgato pelo trabalhador no caso de demissão sem justa causa. Tal montante também ficava disponível para financiamento de imóveis.¹¹⁴

O Brasil conheceu, entre 1968 e 1973, elevadas taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB), acompanhado de inflação relativamente baixa para os padrões brasileiros, o chamado “milagre econômico”. As explicações para esses resultados divergem, havendo variada gama de linhas interpretativas:

A primeira linha de interpretação enfatiza a importância da política econômica do período, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações. Uma segunda vertente atribui grande parte do “milagre” ao ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. Já uma terceira linha de interpretação credita grande parte do “milagre” às reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) do Governo Castello Branco (1964- 1967), em particular às reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento.¹¹⁵

Ainda com o intuito de desenvolver o país, vale citar o projeto, de amplas dimensões, que visava a integração completa do território: a construção da BR230, mais conhecida como Transamazônica. Tratava-se de uma estrada com mais de quatro mil quilômetros e que deveria acelerar o movimento de colonização da Amazônia, o que não se confirmou nos moldes imaginados pelos seus defensores. A polêmica construção demandou muitos investimentos, comprometeu parte da floresta e segue com trechos intransitáveis.¹¹⁶

O fato é que o “milagre” resultou em forte concentração de renda, pois se os dados econômicos eram favoráveis, a condição de vida e os salários dos trabalhadores pioravam. Os lucros não foram redistribuídos e a concentração de renda aumentou. O custo de vida

e mais controvertidas, do governo de Castello Branco. Havia o ‘mito da estabilidade’, tido como a grande ‘conquista social’ do governo Vargas. Mito, porque a estabilidade, após dez anos de serviço na empresa, se havia tornado em grande parte uma ficção. Os empregados eram demitidos antes de completado o período de carência, pelo receio dos empresários de indisciplina e desídia funcional dos trabalhadores, quando alcançavam a estabilidade. Os trabalhadores, de seu lado, ficavam escravizados à empresa, sacrificando a oportunidade de emigrar para ocupações mais dinâmicas e melhor remuneradas. Os empresários perdiam o investimento no treinamento; as empresas mais antigas, que tinham grupos maiores de empregados estáveis, eram literalmente incomparáveis ou invendáveis por causa do ‘passivo trabalhista’”. CAMPOS, Roberto. *Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p.713. Tal posição espelha a posição governamental e está longe de ser consenso entre os estudiosos.

¹¹⁴ SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Op. cit.*

¹¹⁵ VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 ago. 2018.

¹¹⁶ SOUZA, César Martins de. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. *Revista Contemporânea*. Ano 4, nº5, p.1-19, 2014. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5_Ditadura_grandes_projetos_e_colonizacao_no_cotidiano_da_Transamazonica.pdf. Acesso em: 03 set 2018.

aumentava, sem que os ganhos pudessem fazer frente às necessidades básicas. A imprensa, amordaçada, tinha pouco espaço para se contrapor ao modelo adotado, ao que se somava a massiva propaganda ufanista do regime, que insistia na grandeza do país.

As assimetrias econômicas do país, com o claro predomínio da industrialização na região sudeste, cujas capitais e cidades do entorno ofereciam oportunidades de emprego, ainda que com baixos salários, tornaram-se um polo irresistível de atração para as áreas mais pobres do país, especialmente o nordeste. Entretanto, havia disparidade entre a geração de emprego industrial e o crescimento da oferta de mão de obra nos centros urbanos, o que não impedia o deslocamento de grandes contingentes, populacionais, fenômeno que resultou na explosão de crescimento das cidades, cuja infraestrutura logo se mostrou deficiente e insuficiente para fazer frente ao que ficou conhecido como “inchaço urbano”¹¹⁷

A situação vigente nos grandes centros urbanos possibilitou o florescimento de milícias, que difundiam a atraente ideia de extermínio de marginais. É óbvio que não se pode justificar a criminalidade somente pelo crescimento urbano acelerado e

Muito embora o problema da violência não possa ser explicado em sua totalidade pela miséria, parece-me que existe uma relação estreita entre miséria e violência uma vez que a extensão da pobreza e da miséria é resultante de um processo de modernização que combina altos índices econômicos com elevados índices de marginalização da atividade produtiva organizada.¹¹⁸

As mudanças nas características de convívio social, em grande parte devido ao processo de urbanização acelerada, potencializaram situações de conflito.¹¹⁹ Ao lado das mudanças econômicas vieram as transformações na estrutura social, o intenso fluxo migratório para centros urbanos médios e grandes não representou melhorias significativas na qualidade de vida das camadas mais pobres.

As áreas periféricas acabaram sendo ocupadas pelos migrantes, muitos deles recém-chegados da zona rural e que não conseguiam manter-se nas áreas urbanas mais bem aparelhadas em face dos altos preços imobiliários. Essas regiões, aglomerados carentes de infraestrutura, distantes dos locais de trabalho eram, na maior parte, formadas por loteamentos clandestinos,

¹¹⁷ SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Op. cit.*, p.451.

¹¹⁸ SAUL, Renato P. Comentário sobre violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 121.

¹¹⁹ ROLIM, Rivail Carvalho. Repressão e violência de Estado contra os segmentos populares durante os governos militares. *Antíteses*, vol. 8, n. 15, nov., p. 272-293, 2015, p. 256. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/21023>. Acesso em: 18 ago. 2018.

Em um curto espaço de tempo – entre 1950 e 1970, aproximadamente – a cidade do Rio de Janeiro triplicou sua população, sobretudo com a grande onda migratória oriunda da região do Nordeste em busca de melhores condições de vida na região Sudeste do país. Atraídos pela ilusão de uma grande oferta de empregos, estes trabalhadores investiam todos os seus recursos para realizarem a viagem rumo ao eixo Rio – São Paulo em precários meios de transportes chamados de "paus de arara"; no entanto, quando chegavam, a disparidade entre a baixa oferta e alta procura de empregos era tão grande que provocou um aumento dos bolsões de pobreza urbana, uma vez que a maioria destes grupos populacionais se fixou em bairros e áreas periféricas da cidade, principalmente na Baixada Fluminense, muitas vezes se sujeitando ao subemprego, banditismo, jogo do bicho e tráfico de entorpecentes.¹²⁰

Esse agigantamento da mancha urbana foi agudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, aumentando, sobretudo entre as camadas médias, o sentimento de insegurança social. A nova situação fez com que o discurso protetor e alarmista da lei e da polícia, calcado no aperfeiçoamento de dados estatísticos, chamasse a atenção para a necessidade de incrementar a vigilância sobre a população, especialmente a mais pobre.¹²¹ Não tardou para que as contradições fossem explicadas na chave simplista da segurança pública:

Como havia essa imprecisão daqueles que eram considerados os inimigos, os segmentos populares foram vistos como grandes problemas nos centros urbanos do país, logo, concebidos também como hostis ao regime militar. Os conflitos sociais que se avolumaram motivados pelo processo de urbanização desordenado foram classificados como de violência urbana e percebidos como um problema de segurança nacional e de segurança pública[...].

Ao nomear a realidade do país como perpassada por intensos conflitos sociais, provocados pelos grupos de esquerda opositores ao regime e pelos segmentos populares que passaram a ocupar os bairros periféricos, favelas e cortiços, os militares forjaram a legitimidade para criar uma série de normas jurídico-penais que abriram caminho para a utilização planejada do aparato repressivo de uma maneira bastante alargada, para atingir aqueles que, porventura, tivessem algum tipo de comportamento que ameaçasse o regime. Em suma, o Estado de Segurança Nacional foi dotado de ampla justificativa para o controle e a repressão da população.¹²²

É difícil precisar, do ponto de vista estatístico, o crescimento da violência urbana pelo menos até 1977, “quando a Secretaria de Segurança Pública finalmente passará a divulgar os dados de ocorrências criminais por tipo de crime (roubo, furto, homicídio, etc.), e não apenas de inquéritos policiais por classe de crime (patrimoniais, contra a vida, etc.)”,¹²³ entretanto a sensação de insegurança era sentida pelos setores médios e pela elite das cidades,¹²⁴ e as zonas mais pobres tornaram-se, no imaginário desses setores, o embrião da criminalidade:

¹²⁰ ANTONIO, Mariana Dias. *O sensacionalismo no jornal Última Hora - RJ: sinais e ícones do Esquadrão da Morte (1968-1969)*. Mestrado em História. Curitiba: UFPR, p.77.

¹²¹ CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

¹²² ROLIM, Rivail Carvalho. *Op. cit.*, p. 279.

¹²³ *Ibid*, p.88.

¹²⁴ COSTA, Márcia Regina da. *São Paulo e Rio de Janeiro: a Constituição do esquadrão da morte*. 1999. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/regiina.rtf>. Acesso em: 30 abr. 2014, p.20.

É certo que haverá, pelo senso comum, a apropriação em negativo desse tipo social (o marginalizado social), para convertê-lo em um tipo criminal (o marginal) cuja significação será em tudo diversa. A marginalidade construída pelo senso comum será a própria representação da delinquência, erigida como a causa per si da violência e insegurança urbana. O “menor de rua” será o grande personagem dessa marginalidade, e, embora percebido como problema social, animará sentimentos coletivos de vingança social, do linchamento popular às execuções sumárias pelos órgãos da repressão[...].¹²⁵

O fato é que, do ponto de vista discursivo, o bandido foi desumanizado enquanto vítima das milícias, uma vez que ele não teria direito à existência física por causa dos seus antecedentes criminais e acabavam condenados à morte sem julgamentos formais.¹²⁶ O bandido foi um sujeito “produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais”, sua morte ou desaparecimento poderiam ser amplamente desejados.¹²⁷ Ele era tido como agente de práticas criminais para as quais atribuíam-se os sentimentos morais mais repulsivos. É importante ter em vista que parcela significativa da população apoiava os extermínios de supostos marginais:

O medo e a construção social da imagem do “bandido” respaldam a transformação da moral dos indivíduos, que passam a tolerar os homicídios quando as vítimas são supostos “bandidos”. Essas ações homicidas são praticadas inicialmente por integrantes da Polícia Civil, que no final dos anos 1960 criam o esquadrão da morte. É dentro das instituições encarregadas de coibir os homicídios, portanto, que os homicídios começam a ser praticados e propagados como instrumento eficiente de controle de crimes, em geral por servirem para exterminar aqueles que os comentem.¹²⁸

Em contrapartida, a figura do policial foi envolta por uma aura de heroização, responsável pela proteção dos cidadãos e seu patrimônio. Não foi diferente com o EM, que se apresentava como um grupo de justiceiros, exterminadores de bandidos e cuja ação livraria a sociedade de elementos indesejáveis. Tratava-se de proteger-se da violência utilizando como arma a própria violência, num momento em que os direitos humanos, civis ou de qualquer espécie tinham pouco ou nenhum valor.

Da mesma forma que a polícia comum agia contra o cidadão, a polícia política passou a agir ao arpejo da lei contra os supostos subversivos. É tentador relacionar as práticas do

¹²⁵ TEIXEIRA, Alessandra. *Op. cit.* p.89.

¹²⁶ O Ato Institucional nº 14 (5/9/1979), considerava que o atos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva que perturbavam a vida do País e mantinham em clima de intranquilidade e agitação, mereciam mais severa repressão, desse modo, permitia pena de morte nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/AIT/ait-14-69.htm. Acesso em: 24 ago 2018.

¹²⁷ MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, n.79, p.15-38, 2010.

¹²⁸ MANSO, Bruno Paes. *Op. cit.*, p.15.

Esquadrão da Morte com as táticas de combate à guerrilha que se acirrou nos anos 1970, período em que se experimentava a dualidade dos *anos de ouro* e os *anos de chumbo*:

Os anos 70, considerados como anos de chumbo, tendem a ficar pesados como o metal da metáfora, carregando para as profundas do esquecimento da memória nacional. Eles precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima e para baixo nas escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam. Naquelas areias movediças havia os que afundavam, mas também os que emergiam, surgidos de todos os lados, desenraizados, em busca de referências, querendo aderir. Anos prenhes de fantasias esfuziantes, transmitidas pelas TVs em cores, alunados anos 70, com tigres e tigresas de toda sorte dançando ao som de frenéticos *dancing' days*. Neste país formou-se uma pirâmide social cheia de distorções, em que a concentração de renda e de poder chamava a atenção do observador mais desatento. [...] É certo que o topo, já enriquecido, enriqueceu-se ainda mais. E a base miserável se tornou.¹²⁹

De saída, eliminam-se os indivíduos dos bairros periféricos para depois aplicar tais práticas no combate às ideologias políticas. Estudos historiográficos mais recentes indicam que a diminuição dos casos de vítimas do EM ocorreu quando o combate à guerrilha se tornou prioridade.¹³⁰ Desse modo, o Estado teria se utilizado do grupo de extermínio para reprimir opositores do regime:

Esquadrões da morte estavam inseridos no Estado e não à margem dele e foram uma das bases de combate aos considerados subversivos de modo a erradicar a “ameaça comunista”. Não à toa que a Doutrina da Guerra Revolucionária também tratava do cerceamento às liberdades individuais e democráticas e da violação dos direitos humanos.¹³¹

Em São Paulo, o próprio governo, na tentativa de enfrentar os opositores políticos, cooptou membros do esquadrão.¹³² As técnicas de tortura foram refinadas e sistematicamente aplicadas como método para obtenção de informações. A prioridade da ditadura deixava de ser o combate à criminalidade nos bairros e passava a ser a luta contra a subversão, o que não significa que as classes populares tenham sido poupadas e sim que a guerrilha entrou em cena.¹³³ Note-se que tal interpretação, ainda que plausível, não é a única possível e talvez não seja, isoladamente capaz de dar conta do fenômeno, para o qual devem ter contribuído outros

¹²⁹ REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar: 2000, p.61-62.

¹³⁰ MANSO, Bruno Paes. *Op. cit.* p.18.

¹³¹ MATTOS, Vanessa de. *Esquadrões da morte no Brasil (1973 a 1979): repressão política, uso abusivo da legalidade e juridicidade manipulatória na autocracia burguesa bonapartista*. Doutorado em História Social. São Paulo: PUC, 2016, . p.26.

¹³² O delegado Sérgio Paranhos Fleury é um exemplo. Considerado líder do Esquadrão da Morte em São Paulo, foi “convocado para aplicar sua expertise em presos políticos e a tortura passa a atingir segmentos da população antes protegidos por imunidades sociais: estudantes, jornalistas, advogados etc”. COSTA, Márcia Regina da. *Op. cit.* p.26.

¹³³ OLIVEIRA, Luciano. Ditadura Militar, Tortura e História A “vitória simbólica” dos vencidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 26, n° 75, fev. 2011, pp. 9.

motivos, a exemplo das ações públicas de combate a milícia, com destaque para a atuação de Hélio Bicudo quando ocupou o cargo de procurador de justiça do Estado de São Paulo.

Os debates sobre a temática da violência no país, que não pode ser tomada como uma questão circunscrita ao período estudado, têm se multiplicado, com pesquisas ancoradas em diferentes perspectivas. No regime ditatorial, os direitos humanos deixaram de ser uma temática pertinente e sofreram recorrentes ataques, como é hábito sob o autoritarismo. Logo, a intelectualidade brasileira dedicou-se a refletir sobre a violência emanada do Estado,¹³⁴ com destaque para Paulo Sérgio Pinheiro,¹³⁵ Maria Victoria Benevides,¹³⁶ Maria Célia Paoli,¹³⁷ Alba Zaluar,¹³⁸ Sergio Adorno.¹³⁹

Tal violência foi justificada e entendida como necessária para manutenção da ordem vigente e os esquadrões da morte representaram uma das vertentes desse processo. A atuação dessa milícia garantia, via eliminação física ou por meio de violência psicológica, social e política, o silêncio das populações dos bairros periféricos, que deveria aceitar a situação a que era submetida sem questionar.¹⁴⁰ Assim, poucas foram as testemunhas que venceram o receio de mencionar o que sabiam:

Em termos gerais, o “vigilantismo” policial pode ocorrer quando a polícia percebe a ausência de controles legais ou quando o regime encoraja abusos ou quando pretende ignorá-los, de modo a manter o *status quo*, preservar um regime autocrático ou debelar

¹³⁴ Grupos de Pesquisas que se dedicam ao estudo da violência formaram-se nas últimas décadas do século XX, em São Paulo, a exemplo do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP) que, desde de 1987, desenvolve pesquisas e forma pesquisadores por meio de uma abordagem interdisciplinar na discussão de temas relacionados à violência, democracia e direitos humanos. A respeito, ver: <http://nevusp.org/>. Acesso em: 25 jul. 2018. No Rio de Janeiro, existe Núcleo de Pesquisa em Violências (NUPEVI), criado em 1997, responsável pela produção de pesquisas quantitativas e qualitativas no tema das violências doméstica, policial, urbana, vinculada ao tráfico de drogas. Para mais informações, ver: <http://nupevi.iesp.uerj.br/>. Acesso em: 08 ago. 2018.

¹³⁵ Entre suas obras, ver: *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975; *Escritos Indignados, Polícia, Prisões e Política no Estado Autoritário*. São Paulo: Brasiliense, 1981; *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983; *O papel da polícia no regime democrático*. São Paulo: Mageart, 1996; *São Paulo sem medo, um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

¹³⁶ Entre suas obras, ver: *Violência, povo e polícia*. São Paulo: CEDEC/Brasiliense, 1983; *A cidadania ativa* (referendo, plebiscito e iniciativa popular). São Paulo: Ática, 1991; *Dicionário de gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007; *A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização*. São Paulo: Lettera.doc, 2009.

¹³⁷ Entre suas obras, ver: *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso*. 1ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1974; *Conflitos sociais e ordem institucional*. *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, São Paulo, n.53, p. 80-92, 1989.

¹³⁸ Ver as seguintes obras de sua autoria: *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Editora da UNICAMP e Editora Escuta, 1994; *Da revolta ao crime s.a.* São Paulo: Moderna, 1996; *Violência, cultura, poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

¹³⁹ Entre suas obras, ver: *O que todo cidadão precisa saber sobre constituição*. São Paulo: Global, 1985; *os aprendizes do poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; *Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 33, p. 145-156, 1991.

¹⁴⁰ MATTOS, Vanessa de. *O Estado contra o povo: a atuação dos Esquadrões da Morte em São Paulo (1968 a 1972)*. Mestrado (História). São Paulo: PUC, 2011.

rapidamente uma crise política. Qualquer que seja a motivação, uma dessas três, e geralmente é uma mistura delas, o resultado é sempre a prática do justiça brutal e efetivo que desconhece clemência ou moderação. O caso do “Esquadrão da Morte” se enquadra nessa descrição: alguns policiais visando manter alto prestígio da polícia civil- que começaria a ser concorrenciada pela polícia militar-, resolvem provar sua eficiência através da eliminação pura e simples de marginais, contando para isso com o apoio da cúpula policiais e até mesmo do governador do estado.¹⁴¹

A ação do EM evidencia a falta de controle institucional e o pouco esforço para solucionar os casos acabava por dar margem a uma espécie de acobertamento velado por parte do poder público. A certeza da impunidade por parte das autoridades constituídas incentivava a multiplicação das ações:

O Esquadrão não nasceu grande. Foi cultivado pelo silêncio, a indiferença da cúpula policial, a falta de ação vigilante, a distância entre comando e subordinados, por ausência de subcomandos eficientes e atentos. No caso, os delegados. Pouco destes não deixaram se criar o monstro debaixo de sua mesa. No começo seria fácil controlar. Os matadores eram conhecidos.¹⁴²

Cabe citar as reflexões da filósofa Hannah Arendth¹⁴³ que, em seu livro *Da violência*, demonstrou como esta pode ser considerada a “mais flagrante manifestação de poder” e como “o poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos.” Desta forma, “a violência é um recurso enormemente tentador quando se enfrenta acontecimentos ou condições ultrajantes, em razão de sua proximidade e rapidez.”¹⁴⁴

Os homicídios cometidos pelo EM foram vistos como uma ferramenta de controle da bandidagem e da desordem, com a eliminação sumária do suposto criminoso, sem recurso à aplicação da lei. O pouco caso do Estado, que não coibiu de imediato tais atos, possibilitou que centenas de indivíduos fossem assassinados.

Ainda que a ditadura tenha produzido um aparato legal que a respaldava, seja por mudanças constitucionais ou pelos famigerados atos institucionais, ela não dispensou meios ilegais para manter a população sob controle e, pela ausência de medidas efetivas, acabou por legitimar o discurso do Esquadrão da Morte, que vitimou centenas de pessoas.

¹⁴¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Op. cit.*, p. 70.

¹⁴² SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000, p.83.

¹⁴³ No Brasil, há diversos pesquisadores se debruçaram sobre as obras de Hannah Arendth, como o “Centro de Estudos Hannah Arendt”, importante difusor das ideias e espaço de pesquisas sobre as suas obras. Para mais informações, ver: www.hannaharendt.org.br/. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹⁴⁴ ARENDTH, Hannah. *Da Violência*. Brasília: UnB, 1985.

O mais grave é que por trás de uma ideia de assepsia social, o Esquadrão da Morte mantinha relações com o tráfico de entorpecentes.¹⁴⁵ A imprensa noticiou casos de policiais que se envolveram com traficantes e se valeram da milícia para usufruir benefícios econômicos por meio da proteção a determinadas quadrilhas e envolvendo-se em disputas internas dos diferentes grupos. Assim, o manto da luta em prol da diminuição da criminalidade serviu para um rol diversificados de atos ilegais, numa mescla entre o crime e aqueles que deveriam combatê-lo.

O problema do tráfico não era novidade no contexto brasileiro, a expressão *entorpecente* ganhou espaço logo no começo do século XX, com o decreto legislativo n.4294 de 6 de julho de 1921, sancionado por Epitácio Pessoa que já previa medidas preventivas. O problema persistiu e, no caso dos grandes centros urbanos, ampliou-se:

Após 1961, em São Paulo, além da “Boca do Lixo”, já havia pontos de tráfico de drogas em bairros como a Bela Vista, Pompéia, Vila Brasilândia, Bairro do Limão, Bairro da Luz, Vila Carrão, Vila Maria, entre outros. Dessa forma, apesar do consumo de drogas e o montante da população envolvida em cidades como Rio e São Paulo não alcançarem o patamar dos dias de hoje, pelo menos desde o início do século a droga já estava presente no cotidiano urbano. No início da década de sessenta, quadrilhas de traficantes de drogas já agiam com violência em cidades como Rio e São Paulo. E, grupos de policiais corruptos, notadamente membros do Esquadrão da Morte que passaram a atuar nessas cidades, envolveram-se com essas quadrilhas de traficantes.¹⁴⁶

No regime ditatorial, o combate ao tráfico também se fez presente e logo no primeiro ano da ditadura, o presidente Castelo Branco alterou o artigo 281 do Código Penal ao sancionar a Lei nº 4451 de 04/11/1964, que agravava as sanções para aqueles que se envolvessem com drogas.¹⁴⁷ A tentativa de inibir o comércio ilegal e o consumo dessas substâncias não significou a solução do problema, pelo contrário, na década de 1960 registrou-se elevação do consumo desses produtos.¹⁴⁸

¹⁴⁵ Diversos trabalhos citam o envolvimento do Esquadrão da Morte com o tráfico de entorpecentes, ver: BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte: um mal necessário?* Rio de Janeiro: Mandarin, 1971; BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976; MANSO, Bruno Paes. *Op. cit.*; SOUZA, Percival. *Op. cit.*; TEIXEIRA, Alessandra. *Op. cit.*

¹⁴⁶ COSTA, Márcia Regina da. *Op. cit.* p.5.

¹⁴⁷ ROLIM, Rivail Carvalho. *Op. cit.*, p. 280. Para redação completa da lei, acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4451.htm. Acesso em: 20 ago. 2018.

¹⁴⁸ Consoante os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): “Em 1907, 100% dos presos foram condenados por terem cometido crimes contra a pessoa [...]. Em 1985, dos 39.609 presos, 57,8% foram condenados por crimes contra o patrimônio e 26,5%, por crimes contra a pessoa. [...] Já o tráfico e uso de entorpecentes (classificado como crime contra a Saúde Pública) é um fenômeno da década de 60 e, em vinte anos (entre 1965 e 1985), mais que triplicou o número de condenações.” IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX*. Comunicação Social. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>. Acesso em: 28 maio 2018.

Fica evidente que havia uma leitura bastante particular do que era ou do que não uma ação criminosa, com as fronteiras variando segundo os interesses do grupo, ou seja, a eliminação sumária nem sempre correspondia à busca da decantada paz social, tanto que o trabalho de proteção para o tráfico incluía a execução sumária de rivais e a “queima de arquivo”. Ademais da relação com o tráfico de drogas, os membros do Esquadrão da Morte também foram acusados de envolvimento em diversos outros setores, como a prostituição.¹⁴⁹

A justificativa, aparentemente simpática, de defender as pessoas e os seus bens por intermédio de condenação e execução sem julgamento, o que era possível num contexto de falta de respeito às liberdades democráticas, desmorona frente à articulação dos integrantes do EM com a corrupção e o mundo da contravenção que, em tese, combatiam.

3. A organização do *clipping* e proposta de leitura do material

Uma vez apresentada a materialidade do conteúdo relativo ao EM no *clipping* (ver Capítulo 1), o desafio foi o de identificar, em cada recorte, os personagens citados e a forma pela qual compareceram. O resultado foi um longo e paciente trabalho de quantificar e precisar, sempre que possível, o cenário dos eventos descritos pelos órgãos de imprensa, os nomes das vítimas, algozes, testemunhas e outros envolvidos, direta ou acidentalmente – advogados, promotores, jornalistas, forças policiais, autoridades, a exemplo de governadores e até mesmo do presidente da República.

As informações sobre o Esquadrão da Morte não eram minuciosas o suficiente para permitir que se discernissem cada um dos indivíduos citados nas notícias ou precisar eventuais ligações entre os integrantes da milícia e membros do poder público. Mesmo os casos que foram investigados e julgados, nem sempre traziam detalhes e, desta forma, há muitas informações que não podem ser recuperadas somente a partir dos recortes, haveria que consultar os processos, o que extrapola os objetivos da pesquisa.

Obviamente, tratavam-se de notícias atualizadas de maneira muito dinâmica, como, aliás, é característico da imprensa. Rastros de crimes que foram explorados com manchetes e chamadas atraentes, se perdiam, pois logo caíam no esquecimento, fosse por não interessarem à pauta da publicação, fosse por restrições impostas aos meios de comunicação. Além do mais, não faltavam novos cadáveres deixados em beiras de estradas. De toda forma, fica evidente que

¹⁴⁹ “[...] o Esquadrão da Morte, depois de resvalar para a pura satisfação de interesses pessoais ou de pequenos grupos sequeiros de poder, passou na verdade a servir aos interesses de quadrilhas de entorpecentes de jogo de prostituição, através de grupos de proteção.” BICUDO, Hélio. *Meu depoimento...*, p. 15.

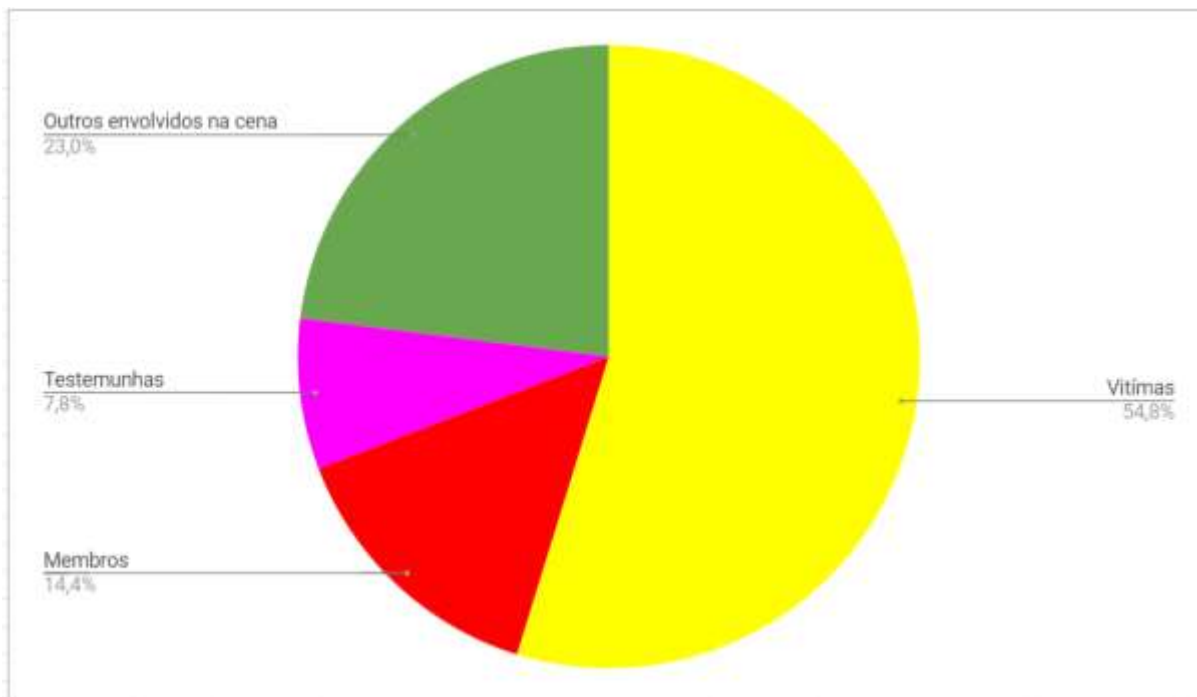
os jornais não foram muito além de noticiar o que ocorria, sem mergulhar nas causas do fenômeno.

Frente à grande massa de documentos, o primeiro passo foi a leitura sistemática dos 641 recortes, a partir dos quais se construíram quatro categorias de envolvidos, a saber: *Membros do EM*, ou seja, aqueles identificados como integrantes ou acusados de pertencerem à milícia; *Vítimas*, que reúne os alvos do EM, sejam os que foram assassinados ou os que sofreram tentativas ou ameaças de homicídios; as *Testemunhas*, indivíduos que presenciaram os fatos e que podem (ou não) ter prestado algum tipo de depoimento; e, ainda, *Outros envolvidos na cena*, denominação que engloba aqueles que, de alguma maneira, se posicionaram diante dos eventos, fosse a favor ou contra o EM, a exemplo de advogados, promotores, juízes, legistas, políticos e jornalistas. O resultado foi a identificação de mais de mil nomes, um deles citado 145 vezes, enquanto outros figuraram apenas em uma oportunidade.¹⁵⁰ As mulheres, ainda que quantitativamente pouco representativas, fizeram ouvir suas vozes, denunciaram homicídios e se dispuseram a testemunhar.

Vale destacar que as notícias, por vezes, traziam opiniões de terceiros. Por exemplo, uma reportagem poderia conter o depoimento de indivíduos que declaravam terem sido vítimas de algum tipo de violência que, entretanto, não guardava relação direta com o evento noticiado. Outras vezes, como nos raros casos de julgamento de membros do EM, os integrantes do júri eram listados, cabendo, ainda, citar menções eventuais à familiares de juízes e advogados, sem que tal informação fosse relevante para a análise dos fatos, razão pela qual esses casos não foram computados no levantamento (ver Gráfico 2). Note-se que não foi registrado nenhum caso de ameaça a familiares de advogados, promotores ou juízes.

¹⁵⁰ Adhemar Augusto de Oliveira, muitas vezes referido apenas pelo pseudônimo de Fininho I, é o indivíduo mais citado enquanto membro do Esquadrão da Morte. Não há dados sobre sua trajetória, pessoal ou profissional, mas a imprensa o acusou de envolvimento no assassinato de diversas vítimas da milícia.. O uso do numeral romano um era uma forma de distingui-lo de seu irmão, Antônio Augusto de Oliveira, conhecido como Fininho II, também acusado de integrar o EM.

Gráfico n. 2 Indivíduos citados no *clipping*, distribuição por categoria (%)



Fonte: *Clipping* da editora Abril. Dados organizados pela autora.

Cabe comentar cada uma das categorias presentes no Gráfico 2. Observa-se que mais de 50% dos indivíduos compareceram na condição de **vítimas** (1044), a maioria delas identificadas (710). Contudo, não é possível saber se, de fato, todas essas pessoas foram mortas por ação do EM. A análise do material revelou que raras vezes as vítimas recebiam atenção, não se sabia os delitos cometidos ou quais fatores teriam atraído a sanha do grupo. Esse aspecto é importante, pois evidencia que a imprensa não explorava o assunto e parecia pouco interessada nos detalhes pessoais, que dotariam de humanidade o/s falecido/a: nome, profissão, atividade, estado civil, local de nascimento ou qualquer outro dado.

Mesmo em vista da escassez de dados, é possível perceber que as vítimas possuíam características comuns, a exemplo da faixa etária, com a maioria entre 16 e 29 anos, ficando a exceção por conta de Olívio Wandermur (ou Vandermur), com 71 anos atropelado por Silvio Carneiro (Silvinho), sem nenhum motivo aparente.¹⁵¹ Renato Fernandes da Silva (Renatinho), era outro cuja idade estava acima da média, 36 anos. Sua história foi detalhada, pai de 8 filhos, trabalhava como cobrador de ônibus e foi demitido sob acusação de roubo. Inconformado, apossou-se de um ônibus e saiu à procura do fiscal que provocou sua demissão, encontrado no interior de um caminhão contra o qual Renato jogou o ônibus, do que resultou graves ferimentos

¹⁵¹ Silvinho teria atropelado propositalmente Olívio Wandermur e ainda teria afirmado que era a sua 42ª vítima. A justiça julga o 'Esquadrão' do Rio. 20/06/1975. Recorte na pasta Julgamento.

no fiscal. E, segundo informa a reportagem, “desse dia em diante, Renato tornou-se marginal.”¹⁵² O seu caso foi detalhado por conter elementos que tornavam a história excepcional: um indivíduo comum, pai de muitos filhos e que por um erro (ou acusação injusta) transpõe a linha da retidão e acaba morto pelo EM, num digno *fait divers*.¹⁵³

Compara-se com a história de Mino, da qual só se conhece um pequeno fragmento, e que foi descrito na imprensa como “o bandido que o Esquadrão não esquece”. Ele agia em áreas pobres e assaltava operários, tanto que, segundo se relatou, “sua morte foi festejada pelos favelados e suas vítimas sofreram crises nervosas ao lado de seu cadáver.” Entre os seus delitos, a morte de um leitão que um indivíduo pobre esperava vender no Natal e cuja esposa foi obrigada a preparar, além de ser acusado de perverter crianças e abusar de “senhoras casadas”.¹⁵⁴

Por vezes, as vítimas só foram identificadas pelos seus apelidos, que faziam referência à algum aspecto vida do indivíduo: Empadinha, por exemplo “trocou a venda de empadas pelo tráfico de maconha.”¹⁵⁵ Alguns exemplos : Pé Queimado, Praga de Mãe, Exu, Preguinho, Risadinha, Guri, Turco, Sponga, Gasolina, Satanás, Nego do Roque, Corisco, Tatu, Dedo Cortado, Lula, Boi, Testa. Havia pessoas que com mais de um codinome, enquanto o mesmo poderia se referir a indivíduos diferentes, caso de Correinha, que se referia a uma vítima da milícia, mas também ao policial e membro do EM, Astorige Correa de Paula e Silva.

A vítima mais citada nos fragmentos foi Nego Sete, pseudônimo de Antônio de Sousa Campos, que figurou em nada menos que 77 dos 641 fragmentos do *clipping*, o que representa 12%. A porcentagem pode parecer insignificante, mas ressalte-se que as vítimas, normalmente, eram citadas somente quando de sua morte. Em contrapartida, observa-se citação exaustiva de pessoas acusadas de pertencer à milícia. A notabilidade deste explica-se pelo fato de o padre Geraldo Monzeroll haver testemunhado a captura de Nego Sete, que ocorreu no telhado da sua paróquia em Guarulhos-SP. Ele foi uma peça importante pois afirmou ter visto um homem forte, com uma tipoia no braço, reconhecido posteriormente como Sérgio Paranhos Fleury, policial que atuou como delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo durante a ditadura civil-militar. Fleury era conhecido por perseguir os opositores do regime, foi acusado pelo Ministério Público pela prática de tortura e homicídios e esteve entre

¹⁵² SOUZA, Percival. Mil mortes. *Documento/Jornalivro*. nº 5, p.7, 1973. Recorte na pasta Execuções 1968-1970.

¹⁵³ Sobre a importância dos *fait divers* para o jornalismo, ver: KALIFA, Dominique. Crimes. *Fait divers et culture populaire à la fin du XIXe siècle. Genèses*, n. 19, p. 68-82, 1995.

¹⁵⁴ Esquadrão está matando bandidos. Mas as provas ficam escondidas embaixo da terra. *Jornal da Tarde*, p.11, 14/05/1968.

¹⁵⁵ Sem título e sem data. Recorte na pasta Execuções 1971-1988.

os que atuaram no EM e na tortura ¹⁵⁶ Em junho de 1971, após depor como testemunha de acusação, Monzeroll caiu de um andaime enquanto inspecionava uma obra em sua paróquia, ¹⁵⁷ sendo internado com traumatismo craniano. ¹⁵⁸ Apesar de não haver provas que ligassem o acidente ao Esquadrão da Morte, a imprensa fez questão de ressaltar a coincidência. ¹⁵⁹

O episódio chegou às mãos do advogado Hélio Pereira Bicudo por meio de uma carta denúncia escrita pelo padre Geraldo Monzeroll, ¹⁶⁰ fato que ocorreu em momento oportuno, pois Bicudo acabara de ser designado para supervisionar no Ministério Público as ações relativas ao Esquadrão da Morte. O caso de Neco Sete teve grande repercussão e o jurista e precursor dos estudos sobre o tema, dedicou-se a apurar os fatos, narrados em seu livro denúncia *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. As investigações acerca do assassinato do Neco Sete somente prosseguiram graças ao empenho de Bicudo.

No que respeita às mulheres, 53 inserem-se na categoria de vítimas, sendo que mais da metade (38) possuíam relação direta com a vítima do sexo masculino, ou seja, foram assassinadas por sua condição de amantes, esposas ou companheiras e, nesses casos, raramente havia detalhes, recaindo a ênfase da notícia no EM ou no sujeito visado, restando-lhes o lugar de alvos secundários, que se encontravam no lugar e na hora errada. Entretanto, duas ocorrências não seguiram esse padrão: a de Maria José Alves, que tinha onze passagens pela polícia furto, lenocínio e vadiagem e que acabou morta a tiros perto da estrada Rio-Petrópolis, ¹⁶¹ e Lindalva Trajano (Baianinha), cujo cadáver foi jogado com mais de 20 perfurações de grosso

¹⁵⁶ Sérgio Fernando Paranhos Fleury, nascido em 19 de maio de 1933 em Niterói, policial que atuou como delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo durante a ditadura civil-militar. Fleury foi conhecido por perseguir os opositores do regime, acusado pelo Ministério Público pela prática de tortura e homicídios, investigado e denunciado por ter sido líder do Esquadrão da Morte. Fleury foi uma figura polêmica, mantinha a dualidade de policial destacado e traficante de entorpecentes, o que aponta para a corrupção vigente no sistema policial. Faleceu por afogamento em Ilha Bela em 01 de maio de 1979, ao cair acidentalmente de uma lancha. O fato de o corpo ter sido sepultado sem autópsia só aumentou as suspeitas em relação às causas de seu falecimento. O que parece é que sabia demais e acabou sendo vítima de sua própria atuação.

¹⁵⁷ Um acidente a favor do Esquadrão? *Jornal da Tarde*. 17/06/1971. O padre caiu ou foi empurrado? *Folha de S. Paulo*. 18/06/1971. Recortes na Pasta Investigação 1971.

¹⁵⁸ O pároco sobreviveu à tentativa de assassinato, morreu vítima de um câncer em 1999, quando estava morando no Canadá. Informações disponíveis no Relatório da Comissão da Verdade. *Repressão política: origens e consequências do Esquadrão da Morte*. Relatório - Tomo I – Parte I. Recuperado de http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo/downloads/_Tomo_Parte1_Repressao-politica-origens-e-consequencias-do-Esquadrão-da-Morte.pdf. Acesso em: 20/05/2018.

¹⁵⁹ Inclusive Geraldo aparece em 23 recortes da fonte - 3,6%. Percival Souza em seu livro afirma que o acidente foi causado Ademar Augusto de Oliveira (Fininho I), membro do Esquadrão da Morte. (200). *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo, Brasil: Globo, p.76.

¹⁶⁰ O fragmento do *Jornal da Tarde* de 18 de dezembro de 1970 informa que o Padre Geraldo Monzeroll não comunicou à polícia imediatamente após o acontecido porque os indivíduos que ali cometeram o crime se identificaram como policiais.

¹⁶¹ Esses bandidos estão morrendo. Quem está matando os bandidos? *Jornal da Tarde*. 26/11/1968. Recorte na pasta História

calibre ao lado da Chácara Everlin, em Diadema.¹⁶² O índice de mulheres mortas foi pequeno em relação às mais de mil vítimas como noticiado em 1973,¹⁶³ cifra que está de acordo com o levantamento feito a partir do *clipping*.

Nem sempre o EM alcançou seus objetivos, tanto que há notícias de pessoas marcadas para morrer e escreveram cartas para a imprensa na tentativa de dar publicidade ao seu caso e, desta forma, escapar à fúria da milícia. Dentre as vítimas que conseguiram sobreviver, pode-se citar *Antônio Marques (Sabiá)*, confundido com um procurado pela milícia, foi espancado, preso e liberado depois de desfeita a confusão; *Jorge Antunes Pereira*, capturado pelo grupo, mas que conseguiu evadir-se; e *Josef Barta* e *José Acácio Onofre*, que denunciaram ameaças do grupo. *Mario dos Santos* (Mario Ladrão) também foi um dos poucos sobreviventes, alvejado pelas costas, após um longo período recuperou-se e acusou os seus algozes, os policiais Nelson Querido, Ademar Augusto de Oliveira e Luiz Carlos Franco Ferreira.¹⁶⁴

A imprensa do período registrou a existência de grupos dissidentes ou que imitavam o EM, valendo-se, tal como este, de cartazes, com desenhos variados, por vezes compostos por frases mal escritas, depositados ao lado dos corpos, o que indicava que se tratava de derivações do EM “original”. Se a atribuição de autoria dos crimes do EM já era uma tarefa árdua, tanto que, na maioria dos casos, seus integrantes não passaram da condição de suspeitos, descobrir a identidade dos autores das demais execuções era uma tarefa praticamente irrealizável.

No próprio *clipping*, há referências ao *Killing*¹⁶⁵ que, além da presença dos sinais típicos nas vítimas (marcas de fio de nylon, cadáver abandonado em locais distante, muitas perfurações), também se valia de cartazes e até mesmo de um carimbo com a rubrica do grupo.¹⁶⁶ Note-se o humor sádico, pois deixaram ao lado de uma de suas vítimas havia paródia da música *Fumacê*, do grupo musical *Golden Boys*: “He, he, he fumacê/ Ha, ha, ha, fumaça/ Tem puxador [ladrão de carros] mantando/ E a Polícia tem killing para vingar.”¹⁶⁷

¹⁶² O assassino está de volta à polícia. *Estado de S. Paulo*. 25/08/1974. Recorte na pasta Correinha.

¹⁶³ Mil Mortes: o bando terrorista mais sanguinário de nossa história o Esquadrão da Morte. *Jornalivro*. 1973. Recorte na pasta Execuções 1968-1970.

¹⁶⁴ Investigador defende-se. *Estado de S. Paulo*. 02/10/1970. Recorte na pasta Execuções 1968-1970.

¹⁶⁵ O nome *Killing* provavelmente foi inspirado em uma revista em quadrinho, que narrava heroísmos, e foi editada por uma gráfica no Rio de Janeiro: Esquadrão da Morte executa ex-presidiário e avisa que mais pessoas podem morrer. *Jornal do Brasil*, 21/03/1970. Recorte na Pasta Execuções 1968-1970

¹⁶⁶ Recortes na pasta Execuções 1968-1970: Esquadrão mata dois e deixa os corpos sobre o formigueiro *Jornal do Brasil*. 12/07/1970; Sem título. *Jornal da Tarde*. 15/07/1970.

¹⁶⁷ *Golden Boys* foi um grupo que fez sucesso nos anos de 1970. A música parodiada tem a seguinte letra: Hê! Hê! Hê! fumacê! Ah! Ah! Ah! fumaça! Êh fumaceira! Tá saindo do lado de lá/ Tem alguém queimando coisa/ Tá botando prá quebrar.../ Ou será que é o Zé Bento?/ Tá roçando prá plantar/ Ou então é a Zefinha/ Que prepara o meu jantar?/ Se não for o João da Nêga/ Que fugiu para fumar.../ Hê! Hê! Hê! fumacê! Ah! Ah! Ah! fumaça!.../ Eu não saio mais de casa/ Se começa a trovejar/ De relampo tenho medo/ Eu não quero me queimar/ Se o relampo cai no mato/ Mato vai incendiar/ Tem mais fogo que a Zefinha/ Quando quer me agarrar. A letra pode ser consultada em: <https://www.letras.mus.br/golden-boys/618473/>. Acesso em: 30 set. 2018.

Outras facções foram citadas nos fragmentos, caso de *Fumanchu*, *Vampiro*, *Baleia*, *Morcego*, *Vingador* e *Caveira*, mas não foram descritos de forma particular. Contudo, a menção indica sua existência e atuação. Estes grupos, que surgiram ao lado do “original”, eram utilizados como argumento por aqueles que queriam negar a existência efetiva do Esquadrão da Morte e atribuir os assassinatos às brigas internas entre os donos de pontos do jogo do bicho ou de tráfico de drogas, o que não teria relação com os policiais denunciados pela imprensa. Observe-se que os dados apresentados no gráfico incorporam esses casos que, rigorosamente, não se pode afirmar que foram praticados pelo EM.

No que concerne aos **membros do EM**, foram citados 274 indivíduos tidos como integrantes da milícia e que não se restringiam ao eixo Rio-São Paulo, isso em vista da menção de ações em diversas partes do território nacional: Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. A imprensa raramente fornecia especificações dos cargos ocupados por estes integrantes dentro de instituições públicas, mas foi possível identificar policiais e guardas civis, delegados, detetives e investigadores. Três funcionários do presídio Tiradentes (SP) também foram inseridos nesta categoria, pois as reportagens sugeriram que eles teriam facilitado a retirada de presos que foram entregues a membros da milícia.

Quadro n.2 Membros do EM citados no *clipping* e função ocupada

Policial Civil	Fortunato Donato, João Surreição Frade (Frade), Luiz Benini Cabral, Vitor José de Almeida (Vitor Cabelo Branco), Wilson Palmeira.
Guarda Civil	Augencio Felix de Almeida, Guilherme Jacó, Heleomar Nazareth Figueredo, João Batista Garcez, José Moura de Lima, Orlando Borges (Ceguinho).
Delegado	Alberto Barbour, Ary Sardella, Cléomenes Antunes (Goiano), Ernesto Milton Dias, Gualtemar Soares, Gutemberg de Oliveira, Hélio Tavares, Jair Leão Borges, João Coelho (Coelhão), Josecir Cueco, Lincoln Monteiro, Oswaldo Simões Sales, Péricles Gonçalves, Sérgio Paranhos Fleury.
Detetive	Dimas Silvares Machado de Almeida, Nenir Costa.
Investigador	João Carlos Tralli (Trailer), Nelson Querido, José Campos Correa Filho (Campão), Álvaro Bullara, Nagib Achcar, Nathaniel Gonçalves de Oliveira, Ari Salve.
Funcionário Presídio Tiradentes	Geraldo de Cavalli Almeida, Leonildo Tangerino, Olinto Denardi.

Fonte: *Clipping* da editora Abril, quadro organizado pela autora.

Esse envolvimento direto de autoridades não é propriamente uma surpresa, visto que integrantes da milícia foram culpabilizados por diversos homicídios e outros chegaram a ser investigados e levados à julgamento. Exemplar é o caso de Astorige Correa de Paula e Silva (Correinha), cujas notícias foram tantas que acabou por merecer pasta própria no *clipping*.¹⁶⁸

Não há mulheres na categoria de membros do EM, nenhuma foi acusada de pertencer de fato à milícia, o que demonstra que o espaço do Esquadrão da Morte era masculino. As mulheres raramente compareciam nas manchetes dos jornais, tanto que no *clipping*, somente em seis fragmentos elas ocuparam tal posição.¹⁶⁹

A partir dos recortes não é possível perceber as transformações que a milícia conheceu no decorrer de duas décadas de atuação, isso porque as notícias são apresentadas de modo isolado e sem continuidade, o que significa que somente estudos sobre o tema foram capazes

¹⁶⁸ A pasta Correinha possui 53 fragmentos, relativos ao período 10/03/1972 e 14/02/1984. Os jornais que compõe seu dossiê e a quantidade de citações são: *Estado S. Paulo* (31), *Jornal da Tarde* (13), *Folha de S. Paulo* (6), *Jornal do Brasil* (2), Não Identificado (1). Entretanto, note-se que o seu nome não figura apenas nesta pasta. .

¹⁶⁹ Recortes na pasta Execuções 1968-1970: Como Maria Pastora recebeu a notícia da morte de sua comadre. *Jornal da Tarde*, 20/12/1968; E o desespero de Isabel a mulher de "Cabo Verde" que chorava e gritava no meio da rua. *Fatos e Fotos*. 07/05/1970; Esta mulher aponta o Esquadrão da Morte Paulista; Mulheres denunciam execuções na praia. *Última Hora*. 25/06/1970. Recortes na pasta Execuções 1971-1988: Testemunha identifica assassinos de Tereza. *Estado de S. Paulo*. 25/09/1977. Soma-se os dois recortes que Dona Zulmira foi manchete.

de estabelecer distinções entre o início das atividades do EM em 1958, com o general Amauri Kruel, e os casos posteriores, já no contexto da ditadura civil militar.

Outro aspecto contemplado no gráfico foi o das **testemunhas**, 77 do sexo masculino e 52 do feminino. O número é pequeno, até porque seria ingenuidade acreditar que os denunciadores não sofreriam nenhum tipo de represália. Pagava-se um preço muito alto, afinal “não adianta ser amigo de quem já morreu”.¹⁷⁰ No caso das testemunhas masculinas, nenhuma delas tinha relações de parentesco com a vítima, tratava-se de companheiros de cela, que presenciaram a retirada de colegas do presídio e, na maioria das vezes, “comparsas” que se dispuseram a relatar o que presenciaram.

No caso das mulheres, a situação era diversa, pois se tratava de familiares, com parentesco de primeiro grau, como mães, irmãs e filhas, o que indica disposição para contar suas histórias e de não se deixarem silenciar perante as brutalidades do grupo. Logo, o papel das mulheres no *clipping* é de grande importância, porque foram elas que relataram o que sabiam sobre a milícia. Cabe destacar o caso de dona Zulmira, avó de uma vítima, que também ocupou as manchetes dos jornais por não se calar perante a perda do neto, executado de forma sumária.¹⁷¹ As mulheres que testemunhavam, tal como os homens, tinham que lidar com a sensação de perigo, por se tornarem alvos vulneráveis da milícia. Assim, Tereza (ou Teresa) Ferreira antes de depor em julgamento sobre o assassinato de seu companheiro Pé Queimado foi assassinada. Na data era amasiada com Jorge Antunes Pereira (há notícias nas quais seu nome foi registrado como Jair), foi sequestrada pelo EM juntamente com Jorge, que conseguiu escapar do veículo. Seu corpo foi queimado parcialmente em Belfort Roxo, para esclarecer os fatos foi fundamental a contribuição de Jorge.¹⁷² Os três policiais fluminenses envolvidos no crime foram apresentados à Delegacia de Roubos e Furtos da Guanabara,¹⁷³ sem que se conte com notícias posteriores sobre o desfecho do caso.

Em relação à categoria **outros envolvidos na cena**, conta-se com 439 nomes, entre os quais se destaca o de Hélio Pereira Bicudo (cem menções), em função das investigações que se revelaram essenciais para que pelo menos uma parcela dos integrantes do EM de São Paulo

¹⁷⁰ Um bispo e um coronel contra o esquadrão da morte. *Jornal da Tarde*. 18/08/1975. Recorte na pasta Investigação 1972-1996.

¹⁷¹ Recortes na pasta Investigação 1968-1970: *Jornal do Brasil*, 20/03/1970. *Ameaças e cerco deixam Dona Zulma desesperada*; *Jornal do Brasil*, 08/05/1970. *Zulmira depõe e diz que tentaram matá-la*; *Jornal do Brasil*, 12/05/1970. *Zulmira revela à polícia mais um crime de morte de capangas de "Felipão"*.

¹⁷² Testemunha identifica assassinos de Tereza. *Estado de S. Paulo*. 25/09/1971. Recorte na pasta Execuções 1971-1988.

¹⁷³ Decidido: o povo vai julgar o Esquadrão. *Sem identificação*. 25/06/1971. Recorte na pasta Julgamento 1970-1984.

fossem conduzidos à barra dos tribunais. Note-se que o jurista nunca foi citado de maneira crítica, pelo contrário, o que se destacava era sua coragem e determinação no combate à milícia.

Somente três juízas, uma promotora e uma investigadora estão nesta categoria, o que demonstra outra disparidade de gênero, pois, no caso dos homens, a quantidade de indivíduos citados nestas profissões é bem mais elevada. A única advogada mencionada o foi por ter se casado na cadeia com um membro do EM.¹⁷⁴

Nos recortes, não há registro da presença de profissionais dedicados ao estudo do tema da violência, que fornecessem sua versão sobre o fenômeno das milícias. Somente os advogados, profissionalmente envolvidos com a questão, inclusive presença constante, foram citados nos recortes selecionados pela editora. Cabe verificar se a análise mais detida ficou a cargo dos periódicos de circulação semanal, que contavam com mais tempo para aprofundar as notícias. No *clipping*, por sua natureza fragmentária, não se percebe preocupação da imprensa em discutir o fenômeno da violência urbana e associá-la (ou não) às causas econômicas e sociais. O horizonte desse material reunido pela Abril é mais restrito e se entrelaça aos próprios interesses da empresa que o produziu para eventual utilização na confecção de seus periódicos.

¹⁷⁴ "Correinha" casou no presídio. *Folha de S. Paulo*. 13/04/1980. Recorte na pasta Correinha.

CAPÍTULO 3

Esquadrão da Morte em *Veja* e no *clipping*: possíveis diálogos

Esse capítulo tem por finalidade analisar algumas matérias publicadas em *Veja* sobre o Esquadrão da Morte, com o intuito de traçar um paralelo entre esse material e aquele presente no *clipping* da editora, o que permitirá perceber como a milícia foi retratada entre 1968 e 1985 nas páginas da revista semanal, sabendo-se que os responsáveis pelas reportagens tinham à sua disposição farto material acondicionado nas pastas do *clipping*. Pretende-se, ainda, averiguar se houve mudanças de posicionamento do semanário em relação à maneira como o EM foi publicizado em suas páginas, visto que a revista conheceu mudanças em sua linha editorial no decorrer dos anos,¹⁷⁵ até alcançar patamar de prestígio na imprensa brasileira.¹⁷⁶ Ademais, não se perderá de vista os limites do posicionamento dos meios de comunicação em face do regime ditatorial então vigente.¹⁷⁷ Para dar conta desses objetivos, optou-se por selecionar as matérias consideradas mais relevantes, publicadas no período abarcado pela pesquisa.

1. O Esquadrão da Morte em *Veja*: as execuções

O Esquadrão da Morte, entre os anos de 1968 e 1985, compareceu em *Veja* segundo diferentes perspectivas e em diversas ocasiões, assim como grupos congêneres estrangeiros, que não serão aqui tratados.¹⁷⁸ O levantamento realizado em todas as edições de *Veja* apontou que o Esquadrão foi tematizado em 192 oportunidades e figurou de diferentes formas nas reportagens de *Veja*. Uma observação interessante é que nenhuma reportagem foi assinada, circunstância que não permite mapear os autores e cargos ocupados na publicação, mas autoriza afirmar que o conteúdo estava em sintonia com os desígnios dos redatores e proprietários da empresa.

¹⁷⁵A criação de *Veja* esteve inserida no cenário de modernização da imprensa brasileira, profissionalização dos jornalistas e expansão do sistema de vendas por meio de assinatura. AREND, Silvia Maria Fávero; GAMBA, Jéssica Cristina Back. Revista *Veja*: redemocratização, eleição presidencial e mitos políticos (1980-1985). In: AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). *Um país impresso: História do Tempo Presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980)*. Curitiba: Editora CRV, 2014, p.142.

¹⁷⁶ “A própria revista evoluiu desde sua tumultuada infância: depois do sucesso da estreia, sua circulação despencou continuamente até que as vendas caíram abaixo dos 40.000 exemplares. As dificuldades aumentaram a partir da implantação da Censura, que, entre 1968 e 1976, cortou mais de 10.000 linhas de texto da revista e apreendeu duas edições.” Vinhetas da História. *Veja*. nº1311A, p.7, 27 out. 1993.

¹⁷⁷ Sobre os limites que envolviam a divulgação das ações do EM, ALMEIDA, Maria Fernanda. *Op. cit.* p. 207, afirma: “A censura procurou excluir a existência dos esquadrões da morte e o uso excessivo de poder pela polícia, verificando principalmente por como os corpos das vítimas eram encontrados. Outra razão para a forte incidência dos vetos era impedir que o leitor se identificasse com as vítimas brutalmente assassinadas, pois assim, as chances de uma comoção nacional e revolta seria evitadas.”

¹⁷⁸ Vejam-se os seguintes exemplos de matérias que mencionaram grupos estrangeiros que agiam tal como o EM: A discreta Onion Corsa e suas distintas famílias. *Veja*, n.220, p.26, 22 nov. 1972; Angola: os brasileiros. *Veja*, n.355, p.34, 26 jun. 1975; Tailândia: Massacre e golpe militar. *Veja*, n.423, p. 32-33, 13 out. 1976; Nove contas a pagar. *Veja*, nº808, p. 32-34, 29 fev. 1984. No *clipping* não há se conta com notícias dessa natureza.

É importante observar que o tema foi capa da revista em três oportunidades e que compareceu nas seções, *Humor* (2), *Páginas Amarelas* (2),¹⁷⁹ *Datas* (12), *Cartas* (15), além de figurar na parte destinada às notícias do Brasil. Aí o EM foi mencionado em 89 reportagens, sendo 11 com o título *Justiça*, outras 33 sob a rubrica *Polícia*, 45 com a chamada *Esquadrão da Morte*, ao que se deve somar outras 69 matérias que, a despeito de tratarem do assunto, apresentaram títulos os mais variados.

Figura n. 6 Excertos de matérias sobre o EM sob diferentes títulos

JUSTIÇA O esquadrão reage A frágil embarcação, que a Justiça paulista armou para o "esquadrão da morte", navega em águas tumultuadas. A condenação do ex-sargento José Alves da Silva, o "Zé Guarda" (vitória da acusação), seguiu-se o direito à prisão especial assegurado ao investigador Astorir Corrêa de Paula e Silva, o "Correinha", pelo Supremo Tribunal Federal (vitória da defesa). Por isso, nem mesmo o empenho de seus remadores parece ser normalmente recompensado. Ainda na segunda-feira da semana passada, pequeno episódio numa audiência de instrução transformou-se em reveladora ameaça do que poderá acontecer aos demais processos contra os policiais  Meirelles, testemunha de Correinha acusados. Nela foram ouvidos os marginais Eduardo Issa, Lourival Filho, o "Salmango", e o ex-investigador Carlos Brandão, todos testemunhas de acusação no assassinio do traficante José de Sousa Cruz, o "Dede", em janeiro de 1969. Para indignação dos promotores, apesar de terem prestado substanciais depoimentos na fase de sindicância, eles não repetiram seus termos diante do juiz de instrução Manuel Veiga de Carvalho. Para os acusados — o delegado Sérgio Fleury e os investigadores João Tralli, o "Trailer", Ademar Augusto de Oliveira, o "Fininho", e Correinha — ficou a convicção de que a Justiça não conseguirá provar a indispensável vinculação entre o fogo de suas armas e a morte da vítima. As abelhas — Tomados de surpresa, os promotores responsáveis pelos casos do "esquadrão" organizaram a contra- 24	POLÍCIA Como fazer um bandido irrecuperável Os bandidos são irrecuperáveis, os policiais são incompetentes, os juízes são culpados — e o Brasil não faz nem o mínimo para um combate eficaz; à criminalidade. Esta a conclusão, depois de analisar os recentes casos de caça a marginais e de ouvir delegados, criminalistas, penitenciários e repórteres policiais, a respeito da recuperação de delinquentes. Na opinião de todos, só existe margem de recuperação para os assassinos, que na maioria matam por motivos emocionais (com exceção dos raros matadores profissionais, estes também irrecuperáveis). E mesmo os que matam num momento de raiva ficam expostos, nas prisões, aos riscos do convívio com ladrões, traficantes, rufões e outros marginais engajados à engrenagem do crime. A vida pregressa de todos é quase igual: praticam pequenos furtos a partir dos dez anos, vão para reformatórios, aprendem técnicas de roubos maiores, fogem, voltam a ser presos, apriamoram sua aprendizagem. Aos dezito anos, quando rapazes e moças entram para faculdades ou obtêm o primeiro emprego, eles já são ladrões perigosos, formados e estabelecidos no crime. Geralmente morrem cedo (Mineirinho tinha 23 anos, Cara de Cavalo tinha 21, Saponja tinha 24). Meneghetti tem 91 — A maioria dos policiais paulistas, principalmente os mais antigos, aponta o mesmo exemplo  Meneghetti: irrecuperável de 91 anos. VEJA	ESQUADRÃO O que houve? "A imprensa bem informada é mais suscetível de sofrer desmentidos." A frase é de um colunista americano mas se ajusta bem às notícias contraditórias divulgadas nos últimos dias, sobre a transferência das investigações em torno do "esquadrão da morte" para a área federal. Depois de uma série de informações que falavam de um encontro reservado do ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, com o general Orlando Geisel, ministro do Exército, quando se teria definido uma nova tática de combate ao "esquadrão" (com uma possível intervenção da Polícia Federal ou até mesmo das Forças Armadas), uma fonte do Ministério da Justiça afirmava, quarta-feira passada em Brasília, que o assunto não fora discutido. Entre outras razões, porque nem sequer teria havido um encontro entre os dois ministros. O dia-a-dia — As costumeiras notas redigidas na sala de imprensa do Ministério do Exército, que traduzem em muitas cópias de papel fino o seu dia-a-dia, registram, porém, em meia dúzia de linhas, que Buzaid e Geisel conversaram duas semanas atrás. Esse noticiário de rotina há muitos anos é redigido pelo respeitado jornalista Otávio de Castro, chefe da sala de imprensa do Ministério, o que lhe confere, senão caráter oficial, pelo menos a condição de informação oficial e correta. A nota foi incluída e publicada na seção "Forças Armadas" do "Diário de Notícias", da Guanabara. Não especificava o assunto tratado, mas algumas fontes confirmaram para mais de um repórter que os ministros haviam conversado sobre o "esquadrão da morte" e a possibilidade de os seus crimes serem apurados através de IPMs. No próprio Ministério da Justiça admitia-se francamente que Alfredo Buzaid estava preocupado com o assunto. Considerava muito difícil que tais crimes pudessem ser investigados pelas polícias estaduais e estaria empenhado em encontrar uma forma jurídica de realizar a transferência dos trabalhos de apuração para a área federal, sem que isso pudesse representar uma intervenção nos Estados. Houve um recuo do ministro Buzaid? Ou a mudança realmente nunca foi cogitada? Impossível descobrir. No Rio, os jornalistas que frequentam diariamente as salas do Ministério têm se queixado, já há algum tempo, do que chamam de "rigoroso mutismo" de Buzaid, que há nove meses não dá uma entrevista oficial. Esse silêncio, determinado certamente por ponderáveis razões de Estado, contribuiu de forma decisiva para que 11/8/71	Esquadrão de novo Preso e ferido num tiroteio com a polícia no último dia 29, o "rei do tráfico de tóxicos" no Rio de Janeiro, Milton Gonçalves Thiago, o "Cabeção", sobreviveu para que algumas instituições resuscitassem. Assim, enquanto ele era guardado severamente na enfermaria-prisão 13 do Hospital Central do Exército, em dez dias a cidade de Niterói foi assombrada por cinco cadáveres que apresentavam as iniludíveis e temidas características da autoria do "esquadrão da morte" — uma instituição aparentemente extinta. O reaparecimento do "esquadrão" era perfeitamente admissível. Todos os mortos encontrados em terrenos baldios, automóveis abandonados ou calçadas da ex-capital fluminense tinham ligações com traficantes de tóxicos. E Cabeção sustentava com seus negócios uma lista de pagamento mensal superior a 100.000 cruzeiros destinada a financiar a corrupção na polícia. Por isso não foram necessárias muitas coincidências para que o delegado Sérgio Rodrigues, representante da Secretaria da Segurança Pública na área do antigo Estado do Rio, nomeasse um grupo especial de cinco homens para investigar o renascimento do "esquadrão da morte". Cela especial — O rei do tráfico, para desespero de alguns policiais, já está completamente recuperado dos ferimentos e descansa numa cela especial, com refrigeração e música ambiente, no Departamento de Polícia Marítima, para onde foi transferido na semana passada. Contudo, além dos 33 policiais civis e oito militares envolvidos em seu comércio, outros homens da lei começaram a sentir as agruras de uma rigorosa limpeza promovida pela Secretaria. Através de 607 atos baixados na terça-feira, o general Ignacio Domingues, secretário da Segurança, promoveu o maior rodízio já registrado na história da polícia do Estado. Na área do antigo Estado do Rio, 83 policiais perderam suas funções gratificadas e ao todo 480 mudaram de função ou de repartição. Entre eles, foram colocados à disposição do Departamento de Administração os comissários Euclides Nascimento e Luís Marques, ex-diretores da Scuderia Le Coq, outra instituição com intenções bastante nebulosas. Além disso, o recrutamento das batidas policiais em conhecidos pontos do jogo do bicho teve o mérito de surpreender contraventores, policiais e veículos oficiais em sã confraternização. São, realmente, dias de muita agitação e desconforto que prometem se tornar ainda mais difíceis quando forem revelados os sigilosos depoimentos de Cabeção. VEJA, 21 DE MAIO, 1975
---	--	---	--

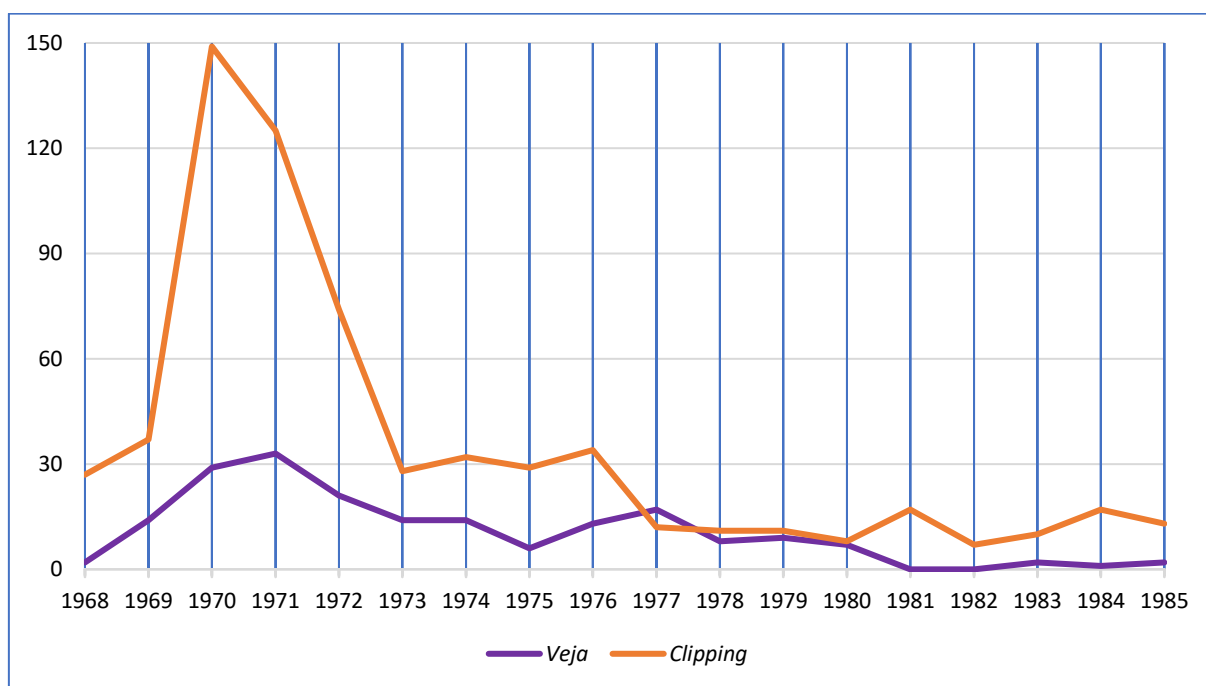
Destacam-se os títulos das matérias que tratavam do EM.

Da esquerda para a direita, respectivamente: *Justiça*: O esquadrão reage. *Veja*, n. 216, p. 24, 25 out. 1972; *Polícia*: Como fazer um bandido irrecuperável. *Veja*, n. 20, p. 18, 22 jan. 1969; *Esquadrão*: O que houve? *Veja*, n. 153, p. 27, 11 ago. 1971; *Esquadrão de novo*. *Veja*, n. 350, p. 22, 21 maio 1975.

¹⁷⁹ O Esquadrão da Morte foi mencionado brevemente em duas entrevistas, uma com o Secretário Erasmo Dias, e outra com o então deputado federal Luiz Fernando Bocayuva Cunha. Nas duas o assunto principal não foi a milícia, logo, não foram contabilizadas para a seção de *Páginas Amarelas* acima mencionada. Para mais detalhes, ver: O crime está aumentando. *Veja*, n. 453, p. 3-6, 11 maio 1977; MALTA, Dácio. Entrevista: Luiz Fernando Bocayuva Cunha. *Veja*, n. 801, p. 3-6, 11 jan. 1984.

O assunto do Esquadrão da Morte, tanto nas matérias da revista quanto nas pastas do *clipping* sobre o tema, coincidem em termos quantitativos, ou seja, quando o assunto era muito mencionado na imprensa em geral, a revista também o abordava, conforme se observa no Gráfico n. 1, no qual as linhas indicam tendências homólogas. Cabe destacar que o *clipping* era formado sobretudo por material da imprensa diária, enquanto *Veja* sempre foi semanal, o que explica as diferenças em termos de número de menções.

Gráfico n. 3 Comparação quantitativa entre *Veja* e o *Clipping*.¹⁸⁰



Fonte: Dados retirados da Revista *Veja* e do *clipping* da Editora Abril, organizados pela autora.

Pelo fato de o *clipping* não ter objetivo armazenar dados, mas antes de tudo servir como fonte para as reportagens preparadas pelos jornalistas do semanário, o gráfico não apresenta surpresas. Afinal, se a revista deveria dar a conhecer o que havia acontecido na semana, os temas mais importantes deveriam constar na publicação. Se, o EM tivesse dominado a agenda policial, judicial ou política, por certo ele também deveria figurar em *Veja*. As informações aí publicadas, muitas vezes, estavam em consonância com o que se tinha no *clipping*. As matérias giram em torno dos mesmos dados que os jornais diários, presente no acervo do DEDOC, haviam explorado. O confronto das notícias evidencia algumas semelhanças, conforme se destacará a seguir.

¹⁸⁰ A tabela que deu origem a esse gráfico pode ser conferida no Anexo 1.

Conforme os dados apontam, o assunto EM em *Veja* diminuiu entre 1981 e 1982, não havendo nenhum conteúdo destinado, exclusivamente, à milícia. Em contrapartida, o assunto nunca deixou de figurar nos fragmentos do *clipping*. Ao consultar o material, percebe-se que, nestes anos, as matérias se concentravam mais nos julgamentos ou citavam novos grupos de extermínio, no Paraná, Espírito Santo, Goiás e Pernambuco. Não é tarefa simples definir os motivos da diminuição dos registros das ações do grupo na *Veja* no decorrer dos anos. O aparente esquecimento do tema na década de 1980 pode ser fruto de uma efetiva diminuição da atividade do EM em São Paulo ¹⁸¹ e no Rio de Janeiro, cujo auge das ações nessas cidades ocorreu entre 1968 e 1971. Observe-se que foi justamente nos primeiros anos de existência da revista que o grupo foi mais atuante, enquanto os poucos casos que chegaram aos tribunais estenderam-se durante anos e só se tornaram notícia justamente na década de 1980. Ainda que os resultados no judiciário tenham sido modestos, ¹⁸² eles não deixaram de causar impacto na opinião pública. ¹⁸³

No momento de lançamento de *Veja*, 11/09/1968, o *clipping* já possuía pastas sobre o EM. Aliás, o fragmento mais antigo é proveniente do jornal *Última Hora*, de 22/01/1968, ou seja, meses antes da primeira edição de *Veja* circular nas bancas. ¹⁸⁴ O tema só figurou na revista meses depois, na edição n. 11, de 20/11/1968. Como se observa no Gráfico n. 3, nesse ano a milícia estava na ordem do dia e *Veja* levantou a questão em duas matérias. A primeira intitulava-se “A Pena de Morte” ¹⁸⁵ e contou com imagem em preto e branco, que ocupou cerca de 30% da página, e retratou vários homens fardados em volta de um corpo estirado no chão, sem que se apresentasse o rosto dos que estavam uniformizados, o que impossibilitava a identificação. Na legenda, lê-se: “O crime no castigo: para punir um criminoso, a polícia encontrou no crime a solução mais rápida”, frase que fornece indícios ao leitor sobre o

¹⁸¹ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. Repressão política: origens e consequências do Esquadrão da Morte. Relatório - Tomo I – Parte I. 2014. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomoi/downloads/_Tomo_Parte1_Repressao-politica-origens-e-consequencias-do-Esquadrão-da-Morte.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

¹⁸² Como aponta o recorte do *clipping*, a “demora em julgar os homens do E.M. [...] não foi casual. De acordo com o advogado Hélio Bicudo, que investigou os crimes na época, na qualidade de procurador do Estado, a lentidão no andamento dos processos teve como objetivo diluir as provas contra os acusados.” CAROLINO, Carlos M. Policiais do ‘Esquadrão da Morte’ vão a julgamento 14 anos depois. *Folha de S. Paulo*, 5 set. 1984. Recorte na pasta Julgamento 1970-1984.

¹⁸³ “A pressão das autoridades e da imprensa, contribui para que o Esquadrão da Morte da Polícia Civil fique fragilizado. Os processos são quase todos arquivados, sem condenação dos envolvidos em posto hierárquico elevado. Foram apenas seis condenações entre 35 policiais acusados, sendo todos investigadores, nenhum delegado. Apesar disso, os processos levaram à expulsão ou afastamento dos principais integrantes do grupo, principalmente por causa das denúncias de envolvimento com o crime comum e o tráfico de drogas.” MANSO, Bruno Paes. *Op. cit.* p. 125.

¹⁸⁴ Os mortos da caveira. *Última Hora*, 22 jan. 1968. Recorte na pasta Execuções 1968-1970.

¹⁸⁵ A Pena de Morte. *Veja*, n. 11, p. 26, 20 nov. 1968.

posicionamento da revista quanto ao homicídio noticiado. Após o título, “Pena de Morte”, apresentado em destaque, lê-se: “Movimentada demonstração pública de como acabar de uma vez por todas com os criminosos”.

A matéria dava conta de uma ação que já se tornava corriqueira, ou seja, a vítima “era um preto magro, não aparentava mais de 25 anos”,¹⁸⁶ identificado pelo apelido de Roncador.¹⁸⁷ O desfecho do caso não foi breve, houve uma caçada que perdurou por 35 horas. Antes de falecer, a vítima tentou fugir de seus perseguidores, acabou numa rede de esgotos, onde duas companhias de soldados lançaram bombas de gás lacrimogêneo e água fervente. Se não bastasse, cogitou-se a ideia de jogar gasolina e atear fogo. Cerca de 500 pessoas assistiram à rendição, Roncador saiu do bueiro com as mãos na cabeça, com dois revólveres descarregados na cintura, implorando que queria viver. Entregar-se não foi suficiente para garantir a sua existência e os quase cem soldados do Sexto Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Estado do Rio dispararam balas de pistolas e metralhadoras. O episódio ocorreu em Caxias.

Sem mais detalhes acerca do que poderia ter instigado à sanha dos policiais, a reportagem afirmou que não se tratava de um episódio isolado e evocou os esquadrões da morte, que teriam assassinado cerca de duzentas pessoas somente na Baixada Fluminense. É importante notar que, mesmo diante de policiais uniformizados, que agiram à luz do dia, oferecendo um espetáculo público, a revista não titubeou em comparar tal ação com as levadas a efeito pelo EM.

A matéria referiu-se à existência de diversos esquadrões, que praticavam eliminação sumária daqueles tidos como “elementos perigosos”. *Veja* informou que o EM já havia cometido duas centenas de assassinatos dentro de um mesmo padrão – “a vítima aparece morta, de pés e mãos atados por uma corda de náilon, o corpo perfurado a tiros de grosso calibre (geralmente 45) e no pescoço um cartaz com a sigla EM [...]”.¹⁸⁸ Nota-se que, apesar de resgatar o Esquadrão da Morte, o caso de Roncador remete para abusos da corporação policial e não para uma execução da milícia, cujo *modus operandi* era outro. O que se observa é uma espécie de comparação entre a ação da Polícia Militar, instituição do Estado, e as práticas de um grupo paramilitar, cabendo ao leitor fazer a conexão entre esses tipos de violação de direitos humanos.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Roncador não foi citado em 1968 no clipping relativo ao Esquadrão da Morte, provavelmente porque se tratava de abuso de autoridade policial e não efetivamente uma ação da milícia. O EM presava o anonimato, um caso que envolveu quinhentas testemunhas dificilmente pode ser debitado na sua conta. Entretanto, dois anos depois, seu caso é resgatado pela imprensa e o seu caso aparece nos recortes recolhidos pela editora. SOUZA, Percival. Mil mortes. *Documento/Jornal livro*. nº 5, p.7, 1973. Recorte na pasta Execuções 1968-1970; SOUZA, Percival. A execução de Roncador. *Jornal da Tarde*, 04 jul. 1972.

¹⁸⁸ Idem.

A reportagem da edição n. 11 não se distinguiu pelo conteúdo analítico, antes se limitou a narrar o fato. A vítima não recebeu atenção, o leitor não foi informado sobre os motivos que levaram à perseguição, se o indivíduo tinha antecedentes criminais, nem seu nome verdadeiro foi revelado. Note-se que, no último parágrafo, a questão dos grupos de extermínio volta à baila, pois o texto insiste no fato de haver grupos organizados no interior das próprias delegacias distritais, sobretudo nas do Estado do Rio, que agiriam sem muita coordenação entre si. Contudo, tal afirmativa não dizia respeito especificamente ao caso Roncador, assassinado depois de se entregar diante de populares e por pessoas investidas do poder de polícia.

A reportagem da edição n. 13, de 20/11/1968, foi mais longa e trouxe mais imagens e título semelhante ao da edição n. 11: “A Pena de Morte Brasileira”.¹⁸⁹ Entretanto, a parte textual era, quantitativamente, mais importante que a iconográfica. No topo da página, aparece o símbolo da Scuderie Le Cocq, uma caveira com duas tíbias cruzadas e embaixo as iniciais EM. Antes mesmo do título, em fonte maior em relação às letras do texto, há a informação de que “marginais surgem à margem das estradas” com pulsos marcados por algemas e cartazes que atribuem o crime ao EM. Informa-se que as autoridades negavam o envolvimento de policiais, mas reconheciam a média de quatro homicídios por semana.

A reportagem afirmou, no primeiro parágrafo, que a pena de morte brasileira dispensava a forca, cadeira elétrica e outras maneiras de matar em nome da lei, porque ela estava instaurada na prática e insistiu na máxima que circulava entre detetives, investigadores e soldados segundo a qual “bandido precisa morrer”. O critério para definir os “irrecuperáveis” era um tanto quanto vago, visto que os executores se valiam da “experiência adquirida no contato diário com os criminosos”.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Pode-se supor que as cartas dos leitores surtiram algum efeito, visto que na seção Carta do editor, o fundador da editora Abril, Vitor Civita, informou que o semanário já havia recebido 1437 cartas, das quais 297 reclamavam que a revista “era muito pobre em gravuras.” Cartas. *Veja*, n. 13, p. 3, 20 nov. 1968.

¹⁹⁰ A pena de morte brasileira. *Veja*, n. 13, p. 26-28, 20 nov. 1968.

Figura n. 7 Corpo de Roncador sendo retirado do local.



Na imagem vê-se o corpo sendo carregado por homens, uniformizados ou não, indicando a falta de preocupação de manter intacta a cena do crime, fator que impossibilitaria futura averiguação. O breve texto na parte inferior da direita, em *itálico*, explicava que se tratava, novamente, de Roncador. Cabe resgatar um trecho da parte textual ao lado das imagens: “É o primeiro caso em que a pena de morte brasileira, modelo 1968, foi executada publicamente.” Fonte: A pena de morte brasileira. *Veja*, n. 13, p. 27, 20 nov. 1968.

A execução de Roncador, ainda que não possa ser atribuída ao EM, recebeu grande atenção da mídia. Contudo, não faltavam corpos abandonados na beira de estradas para ilustrar a matéria. Então, cabe perguntar: por que insistir na mesma situação? Uma hipótese para a insistência, aliás com pequena diferença (edição n. 11 e n. 13), diz respeito à intenção de identificar abuso policial à luz do dia e a atuação de grupos de extermínio que, como se sugere, eram compostos por integrantes das forças da ordem. Se a polícia matava com centenas de testemunhas e era condecorada por isso, pode-se supor que agia com grande liberdade na calada da noite. Pode-se entender a insistência de *Veja* no caso de Roncador como uma forma de denúncia.¹⁹¹

O assunto da pena de morte brasileira não se esgotou no ano de 1968, logo na primeira edição do ano de 1969, na parte destinada às “Cartas”, foram publicadas a opinião de três leitores. O primeiro elogiou a imparcialidade da revista ao tratar do tema e afirmava acreditar que as ações da milícia eram necessárias,¹⁹² inclusive, a pena de morte deveria ser legalizada

¹⁹¹ O investimento custoso e que demandou a inversão de muito capital que demoraria a ser recuperado: “O projeto editorial ambiciosos de Roberto Civita teve que aguardar até que houvesse capital suficiente para sua implantação. O custo inicial do empreendimento girava em torno de 2 milhões de dólares, mas em seus cinco primeiros anos o novo periódico da Editora Abril consumiria 6 milhões de dólares.” AREND, Silvia Maria Fávero; GAMBA, Jéssica Cristina Back. *Op. cit.* p. 142.

¹⁹² Segue a transcrição: “Sr. Diretor: Gosto da imparcialidade com que VEJA focaliza qualquer assunto. O artigo sobre ‘A pena de morte brasileira’ 4/12, pág.26) está sensacional, e na minha opinião o ‘Esquadrão da Morte’ e a pena por ele aplicada são males necessários. Males, porque estou de acordo com o conceito de que a vida nos é dada por Deus e só a Ele cabe tirá-la. Ao mesmo tempo, segundo lesmo a Bíblia, toda a autoridade tem sua fonte em Deus e, naturalmente, as leis também. O ideal seria a legalização da pena de morte no Brasil, por evitaria que

no país.¹⁹³ O segundo depoimento criticou a percepção da sociedade em relação aos policiais, que fez questão de defender.¹⁹⁴ Por último, uma leitora, que talvez não tenha compreendido o sentido da reportagem, considerou que a revista apoiava a pena de morte, quando, na sua perspectiva, deveria sugerir políticas públicas de combate à violência.¹⁹⁵ A revista respondeu que nunca se posicionou, antes expôs a gravidade da situação e mostrou que a pena de morte, por mais que fosse ilegal era aplicada no Brasil.¹⁹⁶ Essa troca de cartas nos primeiros meses de circulação de *Veja* demonstra como o tema era mobilizador, ainda que não se possa ter certeza se essas cartas foram de fato enviadas por leitores. As cartas continuaram a aparecer no semanário, em geral elogiando o posicionamento da revista, razão pela qual são citadas essas como exemplo.

As ações da milícia continuaram durante o ano de 1969 e o assunto foi abordado nas páginas da imprensa, ainda que o AI-5 já estivesse em vigor. A ênfase de *Veja* a respeito do EM alterou-se no decorrer das reportagens, uma vez que se abandonou a questão de pena de morte para se insistir nos cadáveres encontrados. De fato, a posição da revista foi expressa nas duas primeiras reportagens comentadas, quando se insistiu, ainda que de maneira cuidadosa (tanto que nem todos os leitores parecem ter compreendido plenamente o sentido do texto, pelo menos a julgar por uma das cartas enviadas à redação e acima reproduzida), no fato de a prática ser ilegal, mas estar enraizada na corporação policial e contar com apoio de diferentes setores

o 'Esquadrão' ou pessoas, individualmente, a aplicassem. Gentil Coelho da Silva/ Mantena/GO. Seção Cartas. *Veja*, n. 17, p. 3, 01 jan. 1969.

¹⁹³ A opinião expressada pelo leitor Gentil Coelho da Silva recebeu resposta de um outro leitor: "Sr. Diretor: Não concordo com a apreciação tão insignificante do leitor Gentil Coelho da Silva, de Mantena, GO (VEJA, 1/1), elogiando o Esquadrão da Morte e a pena por ele aplicada. No entanto, resta saber se este senhor, com uma capacidade intelectual tão medíocre, seria capaz de analisar esta situação dos marginais. Eles também fazem parte da família brasileira, apesar de sub-humanos e semicivilizados, e morrem selvagememente com o corpo crivado de balas, como se fossem feras soltas, incapazes de serem domesticadas pelos homens civilizados. Outra coisa, Sr. Gentil, se seu ideal é a pena de morte no Brasil, como afirma que só a Deus cabe esta execução? Eu posso afirmar que nunca vi cadáveres executados por Deus. F.S. Lima/ São Paulo/SP. Seção Cartas. *Veja*, n. 29, p. 3, 29 jan. 1969.

¹⁹⁴ "Sr. Diretor: Achei muito oportuno o artigo intitulado 'A pena de morte brasileira'. Nem todos sabem que o policial, notadamente no Brasil, é um ser detestado pela sociedade que ele em vão tenta proteger sem o mínimo apoio material ou moral. [...] Na realidade, após prender um delinquente, o policial terá que sacrificar suas horas de folga, para prestar depoimentos inúteis, uma vez que aquele não será condenado, pois já foi posto em liberdade [...]. Digo isto com experiência, como sou policial. Lourival Souza/ São Paulo/ SP. Seção Cartas. *Veja*, n. 17, p. 3, 01 jan. 1969.

¹⁹⁵ "Sr. Diretor: Causa-me admiração que a VEJA publique reportagens do tipo 'A pena de morte brasileira'. Por que em vez de 'sugerir' a legalização da pena de morte, vocês não pregam a construção de melhores reformatórios para delinquentes, um serviço social bem dirigido e orientado, enfim uma terapia ocupacional, como meios de reajustar um marginal à sociedade? Até a polícia estaria de acordo, pois também não precisaria arriscar a vida de seus homens." Augusta Neiva/ Ribeirão Preto/SP.

¹⁹⁶ Defesa de *Veja* na seção de cartas: "VEJA não sugeriu a legalização da pena de morte. Apenas se limitou a expor uma grave situação e a mostrar que a pena de morte brasileira está sendo executada fora da lei." Seção Cartas. *Veja*, n. 17, p. 3, 01 jan. 1969.

sociais. Estabelecida a postura da revista, as reportagens seguintes concentraram-se em denunciar o extermínio sumário, a comprovar que a pena de morte existia, de fato, no país.

A morte de Saponga ocupou espaço na revista na edição de 22/01/1969, afinal ele teria dado ensejo a criação do EM em São Paulo. Saponga teve “uma carreira de marginal comum”, mas ficou conhecido por estar envolvido na morte do policial Davi Romeiro Paré, ocorrida durante uma perseguição policial, evento que o transformou “involuntariamente no responsável por uma brusca mudança de métodos na ação de um grupo policial paulista”.¹⁹⁷

Ao contrário do que aconteceu nas edições n.11 e n.13, a vida do indivíduo assassinado foi explicitada em detalhes: supõe-se que teria inclinação para “dar trabalho desde a sua infância” e que o envolvimento com a criminalidade o teria retirado cedo dos bancos escolares. Em julho de 1968, ele saiu da Penitenciária do Estado de São Paulo, onde cumpria pena por assassinato de duas pessoas e aguardava o julgamento de quarenta processos – a maioria por tráfico, roubo de carros e pequenos assaltos.

A voz desconhecida do “relações-públicas” avisou às redações dos jornais que o Esquadrão havia encerrado suas atividades, porém, os “mais céticos” duvidavam do fim das ações do grupo em São Paulo. A morte fez com que os policiais integrantes do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) ficassem com a sensação de “missão cumprida”.

Figura n. 8 Rosto de Saponga



A foto de um cadáver aparece na matéria, trata-se de um close do rosto da vítima, a legenda explica: “O fim do bandido Saponga: 40 balas para vingar a morte de um policial.” Fonte: Saponga está morto. E o Esquadrão? *Veja*, n. 19, p. 22, 15 jan. 1969.

¹⁹⁷ Saponga está morto. E o Esquadrão? *Veja*, n. 19, p. 22, 15 jan. 1969.

Em 22/01/1969, na edição n.20 “Como fazer um bandido irrecuperável” há um texto que trata da questão da fragilidade da lei no Brasil e como o sistema prisional não fornecia condições de reinserir o indivíduo na sociedade, ou seja, mais uma vez a revista tratava de questões estruturais, tal como o fizera nas duas reportagens de 1968 sobre o EM. Afirmava-se que “os bandidos são irrecuperáveis, os policiais são incompetentes, os juízes são culpados – e o Brasil não faz nem o mínimo para um combate eficaz à criminalidade.”¹⁹⁸ Entretanto, o mais importante a destacar nessa edição é a parte textual, na qual se afirmou que as vítimas do Esquadrão da Morte eram jovens, o que apontava para as carências do sistema penal, que não conseguia cumprir seus objetivos. Essa constatação acerca da faixa etária das vítimas corrobora os dados do *clipping*, tal como evidenciado no mapeamento realizado no Capítulo1.

O aumento do número de corpos abandonados, tema constante da imprensa, acabou por exigir um posicionamento do sistema jurídico, tal como evidencia a edição n. 28 de 19/03/1969, com o título intrigante de “O Esquadrão tem medo da capa preta”, explicado no decorrer do texto: “os componentes [do Esquadrão da Morte] anunciaram que as execuções estão suspensas, porque os ‘homens da capa preta’, nome dado aos juízes e a todos os funcionários da justiça, começaram a agir”.¹⁹⁹ Nesta edição foram citadas as primeiras investidas concretas para se combater as ações do grupo. Ao contrário do que aconteceu nas edições anteriores, não havia informações depoimento de membros da corporação policial sobre os homicídios cometidos pelo grupo. Esta edição citou dois periódicos. O primeiro, um editorial do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, no qual se afirmou que: “A Procuradoria de Justiça de São Paulo tem fundadas suspeitas de que policiais – cujo nomes conhece – estão ligados aos crimes.”²⁰⁰ Em seguida, citou-se trecho do *Jornal do Brasil*: “nenhuma força policial se redime organizando-se em Esquadrões da Morte, uma espécie de sinistro esporte em que criminosos são abatidos menos por amor à lei do que pela atração da caça.” As matérias referenciadas não estão disponíveis no *clipping*, cabe o questionamento se o jornalista responsável pela reportagem não teria consultado o material do *clipping* e, quiçá, não tivesse devolvido os recortes ao seu devido lugar.

Nessa mesma edição recorreu-se ao deboche para informar que haveria uma espécie de “superpoder misterioso” envolvido na proteção dos policiais suspeitos de comporem o bando. A reportagem afirmou, ainda, que o Esquadrão da Morte aquecia o comércio: em Caxias, no Rio de Janeiro, a Funerária Boa Viagem “está em regime de 24 horas de plantão” para “qualquer

¹⁹⁸ Polícia. Como fazer um bandido irrecuperável. *Veja*, n.20, p. 18-19, 22 jan. 1969.

¹⁹⁹ O Esquadrão tem medo da capa preta. *Veja*, n. 28, p. 13-14, 19 mar. 1969.

²⁰⁰ O Esquadrão tem medo da capa preta. *Op. cit.* p. 13.

chamado urgente”.²⁰¹ Outro ramo que prosperava era o da indústria de coletes à prova de balas, que recebia encomendas vultosas. Ao fazer uso do recurso de ironia, é perceptível a postura crítica adotada por *Veja*, apontando que os únicos a lucrarem com esse sistema eram as funerárias e o comércio de proteção a tiros, assim, mais uma vez, pode-se observar que o posicionamento de *Veja* contra os assassinatos cometidos pelo grupo.

De modo pouco sutil, ainda no número de 19/03/1969, o semanário explicitou que os homicídios não eram uma forma de justiça, mesmo que fossem praticados contra supostos assassinos perigosos, o que mostra, mais uma vez, uma tomada de posição. Para tanto, deu voz ao presidente da seção paulista da Ordem dos Advogados, João Batista Rossi: “as execuções do Esquadrão da Morte não são o resultado de uma pena, isto é, uma sanção do Poder Judiciário competente, mas fuzilamentos sumários, sem qualquer fundamento moral ou esteio legal.” Esta edição traz a imagem de um cadáver de costas, com duas perfurações e no qual é possível observar a mão de dois homens agarrando a camiseta do defunto, mais uma vez, sem nenhum cuidado ou equipamentos para manter a integridade da cena do crime, falta de zelo que se constituía em mais um obstáculo para as possíveis investigações.

Figura n. 9 Ilustração de caveira publicada pelo semanário.



Na parte superior da imagem há o símbolo da Scuderie Detetive Le Cocq, clara demonstração pública da autoria dos crimes por parte da Scuderie. No lado direito, a procedência da foto é atribuída ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Na parte superior da imagem lê-se: “A justiça está apurando se os membros do Esquadrão da Morte são marginais ou policiais. Os homens do símbolo da caveira anunciam a suspensão das execuções.” Fonte: O Esquadrão tem medo da capa preta. *Veja*, n. 28, p. 13, 19 mar. 1969.

²⁰¹ Idem.

Cabe ressaltar que a edição foi publicada em março de 1969 e que, até aquele momento, de acordo com a matéria, não havia comprovação efetiva de que os integrantes do EM eram policiais, versão que ficava cada vez mais difícil de ser sustentada frente às imagens que a revista divulgava. Negava-se, em determinados escalões da justiça, que a milícia fosse um grupo de policiais que matava marginais. Porém, algumas denúncias contra integrantes das forças da ordem foram feitas. Exemplar foi o depoimento de Nair de Moraes Aguiar, tia de um companheiro de Sponga. Nair foi presa em sua casa na Vila Mariana, bairro de classe média em São Paulo, acusada de receptação, onde foi colocada em uma perua junto com Nézo (depois deste encontro, ele foi vítima do Esquadrão paulista em 21 de novembro de 1968). Ao depor, ela acusou cinco policiais de estarem envolvidos na sua prisão ilegal, sem que fossem nomeados na reportagem de *Veja*. O depoimento de Nair, somado a outros, como de Mario Ladrão, foram utilizados na sindicância da Corregedoria.

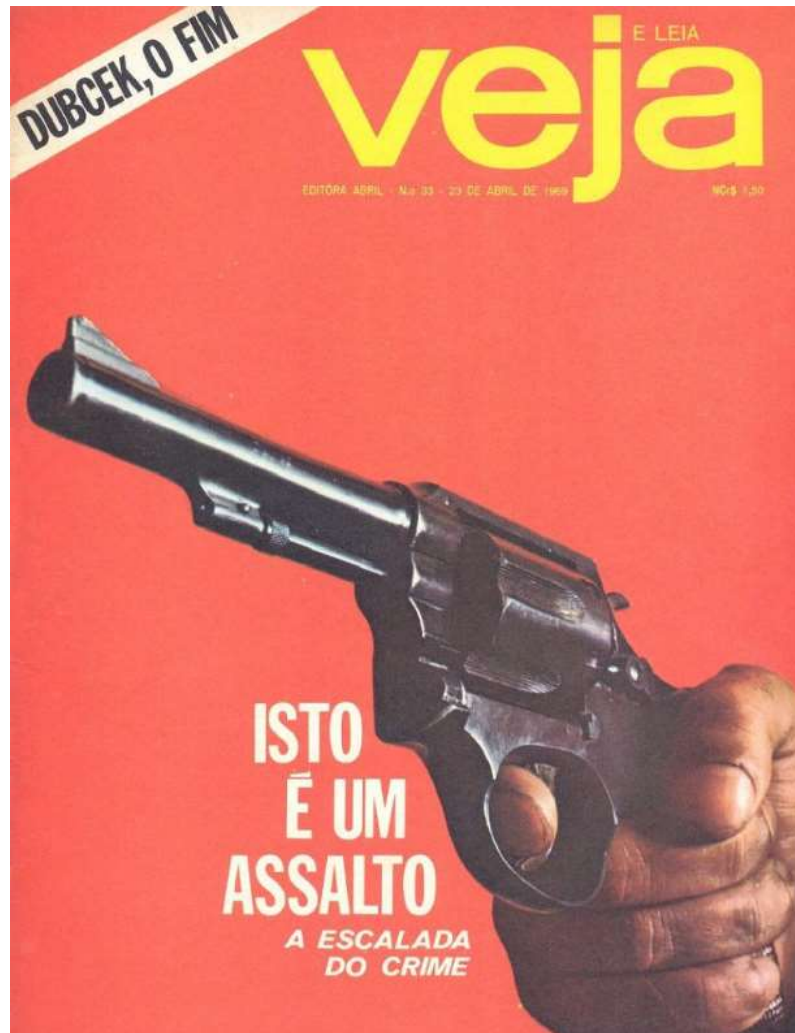
Nas últimas linhas do texto, informava-se que os membros do Esquadrão da Morte acreditavam que os marginais eram irre recuperáveis, acusavam a lentidão da justiça e a liberdade desfrutada pelos criminosos frente aos processos que se arrastavam, o que justificaria, nessa perspectiva, a ação rápida da milícia. A despeito de admitir a lentidão da justiça, *Veja* contrapunha-se a essa leitura e fazia profissão de fé no sentido de que os responsáveis pelas mortes sumárias acabariam sendo pegos nas malhas da lei, ainda que isso pudesse levar décadas: “a Justiça pode até tardar. O crime leva vinte anos para prescrever”.²⁰²

O assunto do Esquadrão da Morte foi remetido à questão mais ampla da violência em geral, que não se limitava às ações da milícia. A revista procurou explicitar as causas que permitiram a eclosão de um grupo como o Esquadrão da Morte em diferentes centros urbanos. A capa da edição n. 33 de 23/04/1969 fez referência à violência nas grandes cidades e como os crimes haviam mudado de configuração. A imagem trazia um revólver, com fundo vermelho, sob uma frase com letras em branco “Isto é um assalto – a escalada do crime”. A matéria foi extensa, com seis páginas, e tinha o intuito de apresentar um levantamento da violência urbana, sem tratar exclusivamente do EM. A onda de crimes, desde 1968 perceptível nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, havia se expandido para Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Estado do Rio, Paraná e Goiás, como se verifica nos vários recortes do *clipping* que noticiavam as ações da milícia nessas regiões. A crescente violência vinha acompanhada de uma nova forma de crime, mais organizado e audacioso, pois o “novo criminoso trocou a caça pela

²⁰² Ibidem, p.14.

maconha, a faca pelo revólver e o pé de cabra” e, em contrapartida, para enfrentar essa situação, as cidades contavam com “a mesma polícia de sempre”.²⁰³

Figura n. 10 Capa da revista sobre a questão da violência



Fonte: Isso é um assalto: a escalada do crime. *Veja*, n. 33, p. 34-40, 23 abril 1969.

Como acontecia em todas as reportagens que ocupavam espaço privilegiado na revista, essa também lançou mão de recursos gráficos, com fotografias de cadáveres dispostas no decorrer das folhas. Somente na última página da matéria, o tema do EM veio à tona, com a informação de que, na cidade de São Paulo, a milícia teria sido responsável por 44 presuntos (nome dado às vítimas) e, no do Rio, por estar agindo a mais tempo, a cifra subia para mais de duzentos mortos. Para finalizar o texto, sob o subtítulo “Qual é o remédio?” *Veja* sugeriu que “um policial mais culto, mais humano e, sobretudo, preparado para a sua profissão terá sempre mais utilidade que um caminhão de soldados primários e inexperientes.”²⁰⁴ Cabe destacar que

²⁰³ Um novo crime nas ruas. *Veja*, n. 33, p. 34-40, 23 abril 1969.

²⁰⁴ Idem.

a matéria apresentou o mapa da violência em São Paulo e Rio de Janeiro, um instrumento interessante para o leitor situar visualmente os locais onde os crimes aconteciam com mais intensidade.

Figura n.11 Mapa do crime



O mapa publicado por *Veja* dividiu os tipos de crimes em quatro categorias: assaltos, prostituição, assassinatos e entorpecentes. Fonte: Um novo crime nas ruas. *Veja*, n. 33, p. 40, 23 abril 1969.

A revista não deixou de informar o empenho do governo, pelo menos parcial, em combater as ações da milícia. Em 17/12/1969, na edição n. 67, a matéria “A águia contra a caveira” recuperou uma imagem já publicada pela revista,²⁰⁵ a caveira de óculos, proveniente do jornal *O Estado de S. Paulo*,²⁰⁶ que tinha sido publicada na edição n. 28 (Ver Figura n. 9). A reportagem manteve o foco na questão da criação de um novo grupo de elite na delegacia de Belfort Roxo (RJ) para se opor ao Esquadrão da Morte, sob a responsabilidade do delegado Lísis Nogueira e composto por onze integrantes. O emblema adotado foi o de uma águia negra de duas cabeças – o que representava vigilância contínua.

Na edição subsequente de 24/12/1969, n.68, com o título “As três razões do Esquadrão”, o teor da matéria já se modifica, retoma-se as execuções ao se recuperar a morte de Horácio Fidalgo, executado no início do ano de 1969,²⁰⁷ “antes um dos reis do tráfico de entorpecentes

²⁰⁵ Polícia. A águia contra a caveira. *Veja*, n. 67, p. 51-52, 17 dez. 1969.

²⁰⁶ A imagem não consta no *clipping* e tampouco se precisa em qual edição a mesma foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, o que ainda não possibilitou a sua localização, seja no jornal ou em alguma outra pasta do *clipping*.

²⁰⁷ Segundo os recortes recolhidos pela editora Abril, Horácio Fidalgo o “rei da maconha”, foi executado em fevereiro com mais de 50 tiros. Informações retiradas dos seguintes fragmentos do *clipping*: Um “Sindicato do Crime”, para vingar as mortes atribuídas ao grupo chamado Esquadrão da Morte preocupou alguns policiais. Eles reuniram-se num bar, para discutir esse assunto. 11 mar. 1969. Sete mortos de uma vez. *Jornal da Tarde*, 3 maio 1969. Recortes na Pasta Execução 1968-1970

no Brasil”, e naquele momento, “apenas mais um morto na lista do que se convencionou chamar Esquadrão da Morte.”²⁰⁸ A matéria insistiu no fato de o número de mortos pela milícia permanecer sem resposta, fosse por parte da lei ou dos próprios componentes do grupo.

No início do Esquadrão da Morte, consoante *Veja*, o único decisivo para o homicídio era vingança, mas “**folheando os velhos recortes de jornais** [...] mais dois fatores podem ser determinados: a corrupção e o chamado ‘fator prático’”.²⁰⁹ Quais seriam esses recortes de jornais? É provável que se tratasse daqueles armazenados pela empresa no seu DEDOC, ainda que seja impossível afirmar com toda certeza. Na matéria esclareceu-se o *fator prático* significava limpar as cidades daqueles considerados irrecuperáveis. A existência de uma categoria de seres humanos que não mereceriam conviver em sociedade foi um dos pressupostos do Esquadrão da Morte e pode até “ser a lei dos marginais e a leis dos homens que formam o EM”, mas “não é ela a lei da Constituição brasileira,” como se ponderava no texto. Ao apelar para a Constituição, o semanário escancarava, mais uma vez, a ilegalidade que cercava o grupo, além de pontuar que a suposta limpeza social acabava por gerar mais violência sem que se chegasse a soluções efetivas para o complexo problema da violência urbana.

No ano de 1970, o número de mortos só aumentou e os recortes do *clipping* demonstraram como a imprensa foi energética nas denúncias (ver Gráfico n. 3), mas, ainda assim, havia dificuldades em identificar e punir os culpados pela crescente cifra de homicídios, como se verifica na edição n. 81 de 25/03/1970, na matéria intitulada “Contra o fantasma”, na qual se afirmava que o EM aparecia nas páginas policiais como uma realidade concreta e palpável, ou seja, pelos cadáveres que se multiplicavam, mas ainda era “uma entidade sem contornos nítidos”. A reportagem mencionou as dificuldades de se identificar os integrantes do grupo. A missão começava a ser levada a cabo por agentes da Polícia Federal e a esperança era a de que eles conseguissem destituir esse fantasma. Ademais, o crescimento do Esquadrão da Morte dentro da polícia brasileira foi um fenômeno complexo, não se tratava de uma organização com membros fixos e hierarquia, antes era uma prática ancorada na crença de que “o revólver deve vir antes do Código Penal”, sem que isso acarretasse em severas consequências aos transgressores que, diante da impunidade, sentiam-se encorajados para multiplicar as ações.

Como de hábito, a reportagem contou com imagens, fossem entremeadas ao texto ou ocupando páginas inteiras. No último caso, destaca-se a que trazia Milton Le Cocq, líder dos “homens corajosos” que Amaury Kruel, chefe de polícia organizada em 1958 para enfrentar os bandidos, e Eurípedes Malta, denunciado em 1958, como o primeiro chefe do Esquadrão. Entre

²⁰⁸ Polícia. As três razões do Esquadrão. *Veja*, n. 68, p. 32-33, 24 dez. 1969.

²⁰⁹ Grifo da autora. *Ibidem*, p.32.

as imagens, há o rosto Saponha, a mesma foto da edição n.19, entretanto, o enquadramento nesta é maior (Ver, Figura n. 8).

Com o pico de matérias sobre o EM em 1970, não é de se estranhar o mês de julho deste ano registrou a primeira edição com capa relativa ao crescente número de mortes atribuídas ao grupo. Em “Esquadrão: A justiça ferida”, o Código Penal era exibido de modo que o leitor conseguisse ler: “dos crimes contra a pessoa”, no capítulo “dos crimes contra a vida” e, embaixo do livro, havia uma arma e munições em um fundo é vermelho. A edição n. 99 de 29/07/1970 teve início na página 27, sob a chamada “Justiça é feita: o crime em nome da lei será punido”.²¹⁰ Nas primeiras linhas, aborda-se o termo linchamento, cunhado na Virgínia (EUA) pelo aristocrático fazendeiro Charles Lynch.²¹¹ Essa prática de execução de supostos criminosos “por grupos de indivíduos supostamente bem-intencionados não é um fenômeno raro nas sociedades em fase de organização.” A reportagem informa o leitor que esse tipo de delito foi intensamente praticado na Alemanha medieval, em muitos distritos ingleses nos séculos XIV e XV e que teria sido transportado, desses tempos longínquos, para o Brasil. Ao realizar essa comparação, *Veja* retomou uma linha de raciocínio presente na edição n.13: técnicas sumárias de extermínio não devem ser mais aceitas no Brasil contemporâneo, visto que se tratavam de práticas de tempos passados, insustentáveis no presente.

A revista informava que a semana havia começado violenta em São Paulo, porque o investigador Agostinho Gonçalves fora morto por Adjovan Nunes (Guri). Antes mesmo do enterro de Agostinho, o EM teria aumentado as estatísticas de homicídios, pois mais seis corpos foram encontrados fuzilados em bairros distantes do centro. Os policiais localizaram o esconderijo de Guri poucos dias depois, em um matagal. Adjovan, protegido apenas por um revólver calibre 38, morreu com mais de 130 tiros. A imagem inferior ocupa as duas páginas, sob a legenda: “Os tiros da promessa sinistra: para cada policial, dez bandidos”. Vê-se diversos

²¹⁰ Justiça é feita. *Veja*, n. 99, p. 27-32, 29 jul. 1970.

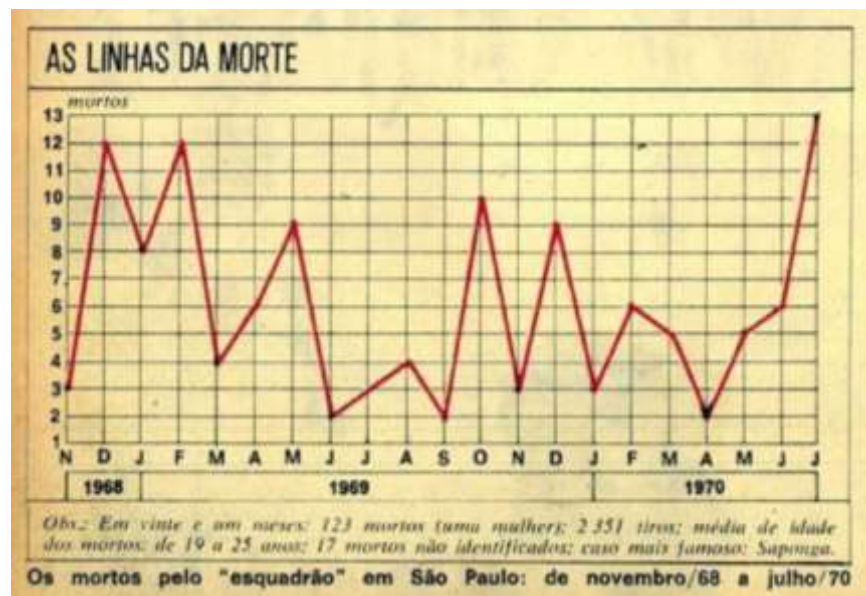
²¹¹ “O termo [linchamento], na sua forma anglicizada, encontraria sua origem em um não menos mítico Charles Lynch, fazendeiro da Virgínia que, em tempos da Revolução Americana, dirigia pequena organização destinada a julgar e punir bandidos e - na época - simpatizantes dos legalistas ingleses. O método, no entanto, prosperou na fronteira americana como forma de justiça sem formalidades, rápida e direta, praticada pelos primeiros colonos contra ladrões de cavalo, caçadores de escalpos indígenas, culpados de dar asilo a escravos fugidos e até mesmo contra funcionários públicos acusados de abuso no exercício do poder. Nos séculos XVII e XVIII, em certas regiões americanas, constituíram-se grupos como os Regulares, em Nova York, e os Rangers, na Pensilvânia, cuja finalidade era aplicar punição rápida a ladrões, bandidos, ou, durante a Guerra da Independência, a legalistas. O mesmo termo foi posteriormente aplicado, já em meados do século XX, às comissões de vigilância no Oeste, encarregadas de punir assassinos, ladrões de gado, jogadores e “indivíduos suspeitos” em geral. Tudo isso indica uma situação muito nossa conhecida, em que a ocupação do território e a expansão demográfica caminham à frente das instituições civis.” RIOS, José Arthur. *Linchamentos: do arcaico ao moderno. Revista de Informação Legislativa*, vol. 25, n.100. Brasília, 207-235, 1988.

homens, alguns com as mãos para cima, o que indica que fizeram a última homenagem ao investigador: uma salva de tiros.

O episódio de Guri desencadeou denúncias do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, e do juiz corregedor Nelson Fonseca, deram um desabafo longamente contido. Numa representação dirigida ao Tribunal de Justiça, o juiz Fonseca desferiu ataques à omissão das autoridades policiais, afirmou que o mais estranhável era o silêncio da cúpula responsável pela segurança pública. Obviamente, nem todos foram favoráveis a tal pronunciamento, o secretário de Segurança de São Paulo, Coronel Danilo da Cunha Mello, retrucou que as declarações de Fonseca não elucidam o caso e ainda provocam um escândalo que desserviu ao Estado e ao Brasil.

Tão elevado foi o número de mortos que *Veja* produziu um gráfico indicando a quantidade de assassinatos da milícia entre novembro de 1968 e julho de 1970, levando apenas em consideração os homicídios ocorridos em São Paulo. O semanário não informou a fonte que permitiu o levantamento dos dados, logo, não é possível afirmar se está baseado nos fragmentos do *clipping*, ainda que essa seja uma hipótese bastante provável.

Figura n.12 Gráfico: *As linhas da morte*



Na parte inferior lê-se “Em vinte e um meses: 123 mortos (uma mulher); 2351 tiros; média de idade dos mortos 19 a 25 anos; 17 mortos não identificados; o caso mais famoso: *Saponga*”

Fonte: Justiça é feita. *Veja*, n. 99, p. 28, 29 jul. 1970.

Destaque-se que, ao longo da reportagem, há diversas fotografias de vítimas da milícia, inclusive uma do corpo de Guri, carregado por homens e na qual se vê diversas pessoas

observando a cena, inclusive mulheres e crianças, sem que a revista faça qualquer comentário a respeito das mesmas, que acabam por naturalizar a violência.

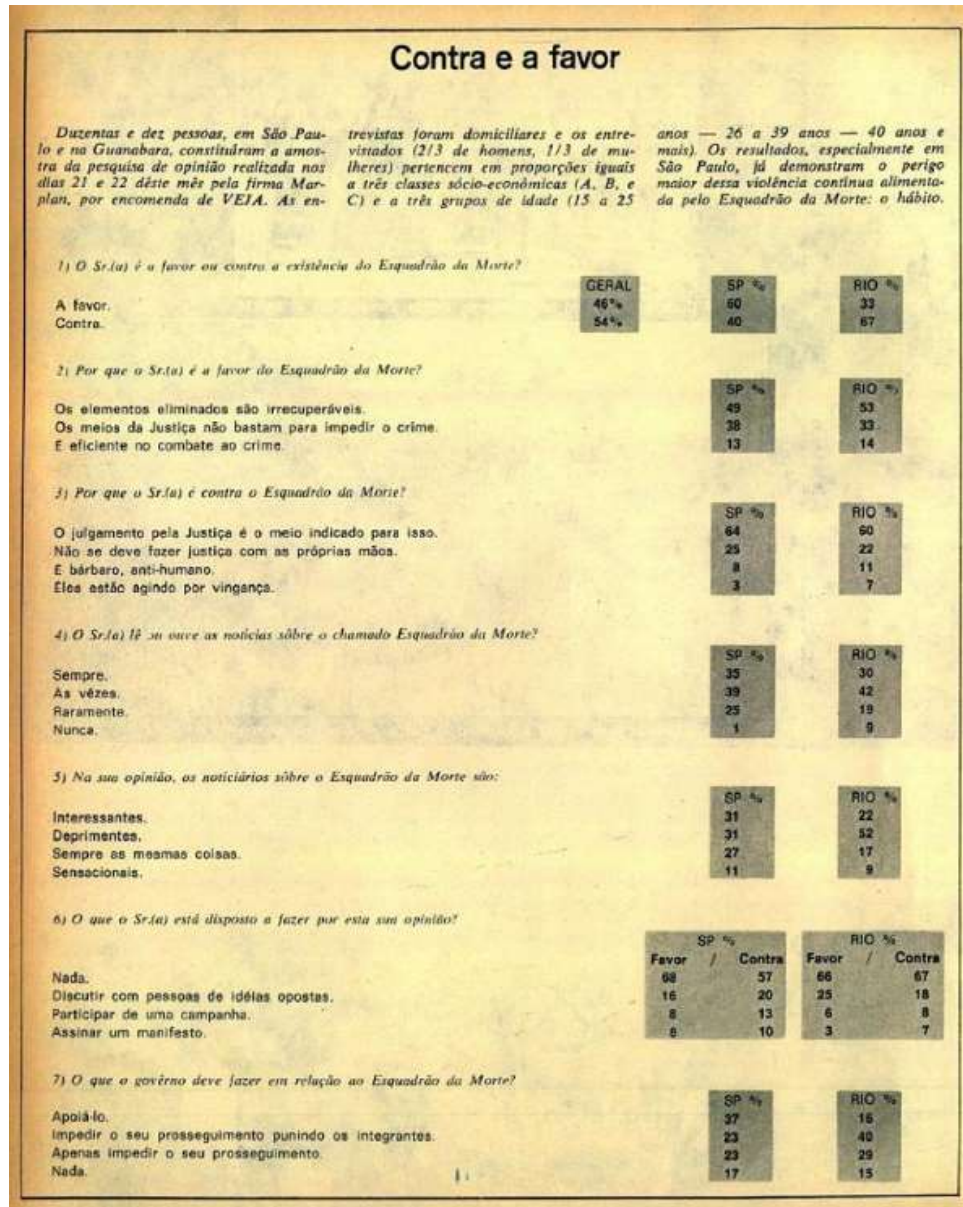
Um recurso visual inédito, no que toca à temática Esquadrão da Morte em *Veja*, foi utilizado nessa reportagem: uma pesquisa de opinião. Apesar de a milícia ter violado “o princípio básico de que a lei deve ser aplicada pela Justiça”,²¹² pelos dados apontados na revista, pode-se observar que o discurso entoado pelo grupo encontrava apoio em determinada parcela da população.²¹³ A pesquisa, encomendada pelo semanário, foi realizada com duzentas e dez pessoas em São Paulo e no Guanabara, durante os dias 21 e 22 de julho, pela firma Marplan. Os dados indicam que 46% dos entrevistados eram a favor da milícia, sendo que, quando se observam os resultados para São Paulo, chega-se à alarmante porcentagem de 60% de aprovação, que despenca para 33% no Rio de Janeiro, dados que, no conjunto, não deixam de ser problemático.²¹⁴ A maioria dos que eram favoráveis acreditavam que “os elementos eliminados são irrecuperáveis” (49% em SP e 53% RJ), os contrários às ações da milícia acreditavam que “o julgamento pela Justiça é o meio indicado para isso” (64% em SP e 60% RJ). A pesquisa também perguntou se os entrevistados acompanhavam as notícias sobre a milícia, a maioria optou por responder “às vezes” (39% em SP e 42% RJ). A última pergunta foi “o que o governo deve fazer em relação ao Esquadrão da Morte?”, em São Paulo a opção mais marcada foi a que o governo deveria apoiar (37%), enquanto que no Rio de Janeiro, a maioria afirmou que o governo deveria impedir seu prosseguimento e punir os integrantes (40%).

²¹² Ibidem, p. 28.

²¹³ COSTA, Márcia Regina da. 1968: O Esquadrão da Morte em São Paulo. In: SILVA, Ana Amélia da; CHAIA, Miguel (org.). *Sociedade, Cultura e Política: Ensaios Críticos*. São Paulo: EDUC, 2004, p. 374.

²¹⁴ “Esses grupos [de extermínio] surgem e se sustentam em contextos econômicos favoráveis para a exploração de atividades ilegais, além de parasitarem o poder político, beneficiando-se dele ao mesmo tempo em que trabalha para ele. Em muitas situações, recebem apoio popular e associam-se direta e indiretamente com o poder jurídico, por interesses mútuos, pela omissão ou mesmo por coação e intimidação.” MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. In: XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2001, p. 1. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1233.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Figura n.13 Pesquisa de opinião na *Veja*.²¹⁵

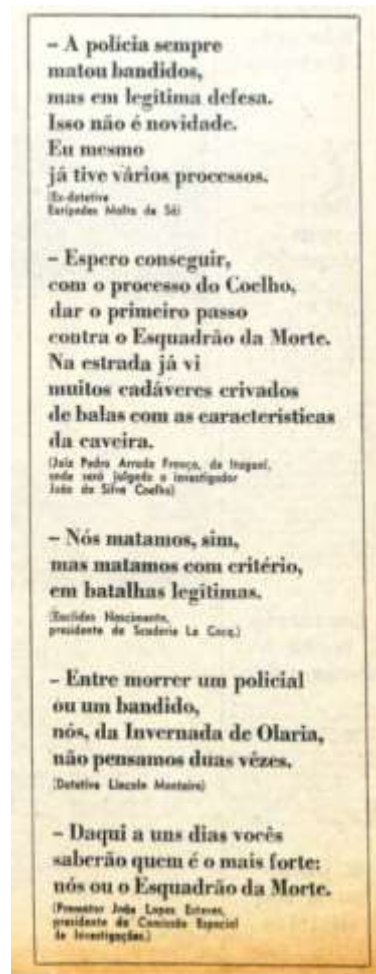


Fonte: Justiça é feita. *Veja*, n. 99, p. 30, 29 jul. 1970.

O recurso de pesquisa de opinião da edição n. 99 (29/07/1970) não está presente em nenhum recorte do *clipping*. Entretanto, era muito comum que os jornais reproduzissem opiniões de terceiros, prática que é essencial no jornalismo. Exemplar foi o recurso do *Correio da Manhã* que, por meio de um *box*, reproduziu frases de indivíduos envolvidos suspeitos de envolvimento com o EM.

²¹⁵ A transcrição da pesquisa está no Anexo 1.

Figura n. 14 Box de opinião do jornal *Correio da Manhã*



Fonte: Esquadrão. *Correio da Manhã*, 15 maio 1970. Recorte na Pasta Execuções 1968-1970.

Nesse *box*, algumas citações merecem ser destacadas, como a de Eurípedes de Sá, que afirmou, sem nenhum pudor, que “a polícia sempre matou bandidos, mas em legítima defesa. Isso não é novidade. Eu mesmo tive vários processos”. No mesmo sentido opina Euclides Nascimento, presidente da Scuderie Le Cocq: “nós matamos, sim, mas matamos com critério, em batalhas legítimas” Ambos estavam vinculados à corporação policial e foram acusados pela imprensa de pertencer à milícia. Um contraponto é a posição do Promotor José Lopes Esteves, presidente da Comissão Especial de Investigações: “Daqui a uns dias vocês saberão quem é o mais forte: nós ou o Esquadrão da Morte.”²¹⁶ Diante dos poucos julgamentos e os empecilhos na condenação dos membros, o EM triunfou na impunidade durante vários anos.

²¹⁶ Esquadrão. *Correio da Manhã*, 15 maio 1970. Recorte na Pasta Execuções 1968-1970.

2. *Clipping e Veja*: o combate contra a milícia

As primeiras matérias relativas ao assunto do EM demonstraram a intensa atividade do Esquadrão da Morte perante as tentativas de combater a milícia. Entretanto, a próxima fase de reportagens se caracterizou menos por tratar do número de corpos encontrados e mais por exigir que os culpados fossem identificados e punidos. Foi neste momento que o assunto do EM diminuiu, conforme pode ser observado no Gráfico n. 3.

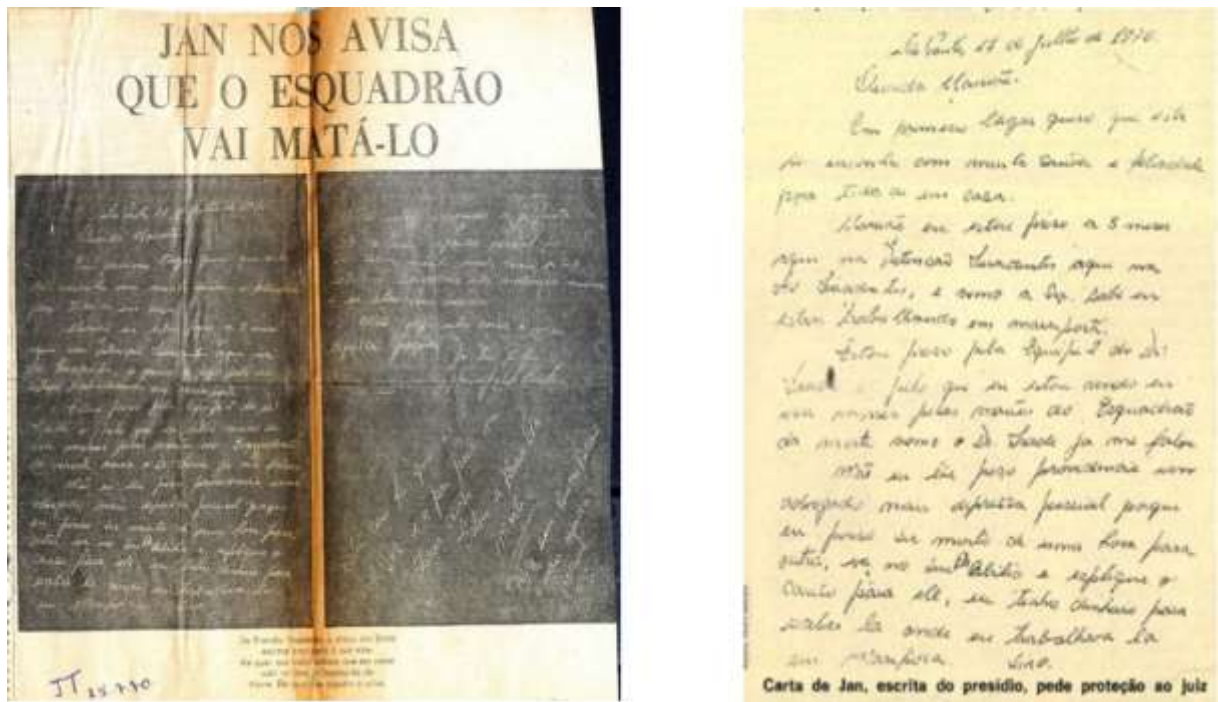
Nesta fase de publicações, o Esquadrão da Morte assume uma nova faceta, as preocupações não giram mais em torno somente das regiões de Rio de Janeiro e São Paulo, o *modus operandi* passou os limites desses estados e neste momento era possível observar a expansão em diversos territórios. *Veja* abandona totalmente a ideia de se tratar de uma pena de morte e coloca em xeque a fragilidade do Poder Público ao lidar com essa situação.²¹⁷

Após a milícia ser apresentada na capa de *Veja*, houve uma mobilização de combate em nível federal, foi o que demonstrou a edição n.100, de 5/08/1970. Até então *Veja* só tinha demonstrado ações pontuais, a reportagem “A trégua inicial” informou essa novidade foi anunciada diante de “aplausos por toda a imprensa brasileira e por importantes órgãos da imprensa estrangeira.”²¹⁸ Comentou, ainda, acerca do desafio de Hélio Bicudo em conseguir contabilizar e reunir todos os casos de mortes de indivíduos, tidos como marginais, atribuídos ao esquadrão e, ainda, reunir as denúncias de envolvimento de policiais nos casos. O juiz Nelson Fonseca recebeu cartas de dois presos, ambos recolhidos no presídio Tiradentes, Jan Josef Barta e José Acácio Onofre, nas quais informavam ameaças do EM. Excerto de uma das cartas foi reproduzido na matéria de *Veja*, enquanto o *Jornal da Tarde* publicou integralmente o documento, conforme pode-se constatar nas figuras 14 e 15.

²¹⁷ A reportagem do dia 20/09/1972, edição n.211, foi a primeira a noticiar em *Veja* a condenação de um integrante da milícia. Tem-se apenas uma coluna de texto que informou, finalmente, a condenação de um membro do EM paulista, José Alves da Silva (Zé da Guarda), recebeu a sentença de 19 anos de prisão e 11 de reclusão), o juiz teria investido de maneira incomum ao proferir a sentença: “monstro moral, homem tenebrosos, corrupto e corruptor, canalha e matador que custa acreditar tenha pertencido à gloriosa polícia paulista.”²¹⁷ A carga simbólica desse episódio foi grande “mais que um de seus integrantes, o ‘esquadrão’ inteiro parecia estar em julgamento”. Esquadrão. Primeiro condenado. *Veja*, n. 211, p. 34, 20 set. 1972.

²¹⁸ Esquadrão. A trégua inicial. *Veja*, n. 100, p. 26-28, 5 ago. 1970.

Figuras n. 15 Fragmentos de carta publicadas na imprensa.



A primeira imagem a esquerda é de um fragmento do *clipping*. Enquanto a segunda é proveniente de *Veja*.
 Fonte: Jan nos avisa que Esquadrão irá matá-lo. *Jornal da Tarde*. 24/07/1970. Recorte na pasta Execuções 1968-1970; Esquadrão. A trégua inicial. *Veja*, n. 100, p. 27, 5 ago. 1970.

O pronunciamento federal e as cartas de ameaças constante na edição n.100 não foi o bastante para que o Esquadrão da Morte abandonasse a sua áurea fantasmagórica. Em 06/01/1971 ainda existiam autoridades que afirmavam publicamente a não existência da milícia, foi o que demonstrou a edição de n.122. A matéria “O ser ou não ser” revelou as acirradas polêmicas travadas entre o procurador Hélio Bicudo e autoridades policiais e políticas.²¹⁹ O governador Roberto de Abreu Sodré, durante entrevista concedida para uma emissora de televisão de São Paulo, em 8 de dezembro de 1970, negou abertamente a existência do EM, objetivo das investigações iniciados por Bicudo e pelo juiz corregedor Nelson Fonseca.

O primeiro momento de mobilização contra o EM não representou de imediato a diminuição do número de casos, tampouco decresceu as consequências de se opor aos integrantes do bando, foi o que demonstrou *Veja*, em 16/01/1971, com a morte de Teresa Teixeira. Além de ser uma das poucas mulheres que comparecerem em matérias sobre o EM, também exemplificou, modo explícito, as consequências de denunciar a milícia. Ao testemunhar a morte de Pé Queimado (era seu companheiro antes de ser assassinado pelo grupo)

²¹⁹ Esquadrão. O ser ou não ser. *Veja*, n. 122, p.16, 06 jan. 1971.

tornou-se “a mulher que sabia demais sobre o ‘esquadrão da morte’”.²²⁰ Seu assassinato repercutiu em toda a imprensa porque o grupo cometeu um erro: Jorge Antunes Pereira, preso junto com Teresa, conseguiu fugir e depois se tornou testemunha da morte dela. Teresa, ao depor contra o grupo paramilitar, “havia adquirido, [...] a incomoda qualificação de ‘arquivo vivo’. Precisava ser queimada.”²²¹ O caso de Teresa recebeu atenção no *clipping*, conforme foi demonstrado no Capítulo 2.

A consagrada seção de *Páginas Amarelas* não deixou de tocar no assunto Esquadrão da Morte.²²² A primeira vez que o grupo figurou nesta parte da revista foi na edição n.108, de 30/09/1970, sob o título “A polícia precisa ser enérgica”.²²³ O entrevistado foi Astorige Correia de Paula (Correinha), então com 28 anos na carreira de investigador de polícia e que, naquele momento, cursava o primeiro ano de Direito. De aparência frágil, “com 1,68 m de altura, muito magro, cabelos prematuramente grisalhos, a arma que carrega na cintura parece ser um complemento inadequado para sua figura quase delicada”.²²⁴ O que parecia ser uma defesa de Correinha, diante de sua aparência física, tem uma reviravolta e, ao final da descrição, lê-se “resta saber se ele, como seus companheiros, não exagerou no cumprimento de suas obrigações, e, o que é mais grave, se não adotou os métodos e a moral de seus odiados inimigos.”

O entrevistador de *Veja* perguntou a Correinha se, para combater a violência, os policiais devem dar uma resposta violenta aos marginais. Para o acusado de pertencer ao EM, a resposta foi afirmativa, pois “não é justo que um policial sofra uma violência e fique, por fatores de leis, preso a uma não reação.”²²⁵ Correinha afirmou, durante toda a entrevista, que não pertencia ao grupo de extermínio.²²⁶ O entrevistador questionou se a milícia usava métodos de tortura naqueles que julgavam como marginais, como o “pau de arara” e “pau de estrada”, e se “seriam expedientes da psicologia policial”, entretanto, o entrevistado optou pelo silêncio.²²⁷ Se

²²⁰ O esquadrão, entre aspas. *Veja*, n. 145, p. 29-30, 16 jun. 1971.

²²¹ *Idem*.

²²² A seção que estreou em 4 de junho de 1969 e que era ocupada por quem quer que tivesse algo importante a dizer aos leitores do semanário. O amarelo das páginas originou-se da sugestão de ter uma cor diferenciada, o estoque de papel amarelo guardado na gráfica fez com que tal ideia se concretizasse facilmente. A primeira entrevista foi com o escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues. ALTMAN, Fábio; GAMA, Rinaldo. *Veja: A história é Amarela*, uma antologia de 50 entrevistas da mais prestigiosa seção da imprensa brasileira. São Paulo: Editora Abril, 2017.

²²³ A polícia precisa ser enérgica. *Veja*, n. 108, p.3-6, 30 set. 1970.

²²⁴ *Ibidem*, p. 3.

²²⁵ *Idem*.

²²⁶ É interessante destacar que a autobiografia de Astorige Corrêa de Paula traz no título “Líder do verdadeiro Esquadrão da Morte”. CORRÊA, Astorige de Paula. *Op. cit.*

²²⁷ *Veja* explica, logo após a pergunta, o significado de “pau de arara” e “pau de estrada”: “O primeiro é um método de interrogatório onde o preso fica pendurado pelos pés e mãos numa armação de madeira. ‘Paus-de-estrada’ são passeios organizados pelos policiais a lugares desertos. Levam o preso, ameaçam matá-lo, dão tiros para o ar. E, segundo algumas denúncias, às vezes matam mesmo. *Idem*.

Correinha era o profissional zeloso, como afirmou durante a entrevista, por que era apontado como membro do “esquadrão”? A resposta era que ele estaria pagando pela fama adquirida numa carreira árdua, pois “todo mundo que obtém um pouco de sucesso é sempre criticado.”

A publicidade em torno de Correinha foi muito grande, afinal, ele foi o único policial a figurar nas páginas amarelas e o único a possuir uma pasta do *clipping* que lhe era especialmente destinada. A recolha de recortes teve início a partir de março de 1970, ou seja, meses depois dessa entrevista. Esse fato sinaliza que *Veja* influenciava os assuntos escolhidos para comporem o *clipping*, não se atribui ao simples acaso Correinha ser o único membro a dar entrevista e ter uma pasta exclusiva no material do Dedoc.

Não há como deixar de evocar a figura do promotor Hélio Bicudo, quando se menciona acerca do combate ao EM e ainda na seção de páginas amarelas há uma entrevista com Bicudo (edição n. 424 de 20/10/1976).²²⁸ As páginas amarelas se costumavam apresentar entrevistas no estilo pingue-pongue, mas em “Uma voz contra o Esquadrão da Morte” a exposição foi apresentada em forma de reportagem. Apesar de a seção ter se consolidado pelo caráter de entrevista de perguntas e respostas. A reportagem tratou da publicação do livro *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* e do tempo que Bicudo consumiu nas investigações. A narrativa centrou-se em torno das experiências e descobertas do jurista e das dificuldades que o procurador encontrou para levar a cabo suas investigações. Esse livro continuaria aparecer nas páginas de *Veja* no *ranking* dos mais vendidos da semana entre 10/11/1976 e 06/07/1977, até o ápice em 1978, quando figurou na lista dos mais vendidos do ano.²²⁹ A obra continua a ser uma das mais importantes quando se trata de analisar a milícia.²³⁰

O jurista também recebeu uma capa em *Veja*, fato que não causa nenhuma surpresa. A edição n.152, 04/08/1971 destacou a sugestiva manchete: “A encruzilhada do Esquadrão da Morte”. Novamente o semanário usou a metáfora do fantasma do Esquadrão, que rondava e desafiava as instituições brasileiras. Ademais, a milícia, além de “envolver questões jurídicas e morais, é também um problema político.”²³¹ A questão veio à tona com o julgamento de pedido de *habeas corpus* do delegado Sérgio Paranhos Fleury pelo Supremo Tribunal Federal, votação na qual também estava em jogo a imagem de um dos responsáveis pela ordem política de São Paulo, o próprio Fleury.

²²⁸ Uma voz contra o Esquadrão da Morte. *Veja*, n. 424, p. 3-6, 20 out. 1976.

²²⁹ Os mais vendidos. *Veja*, n. 487, p. 82, 04 jan. 1978.

²³⁰ O relatório da Comissão da Verdade de SP utilizou o relato de Hélio Bicudo para as suas considerações. COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. *Op. cit.*

²³¹ “Esquadrão”, triste passado. *Veja*, n.152, p. 22-26, 4 ago. 1971.

A matéria insistiu no trabalho Bicudo, que não mediu esforços para combater a milícia, sem conseguir, entretanto, “grandes vitórias forenses”, como se pontuou na reportagem. As testemunhas de acusação eram “escassas e nem sempre recomendáveis”, e entre as seis denúncias apresentadas, somente as de Nego Sete não tinham antecedentes criminais.

O jurista, segundo *Veja*, teria se tornado um personagem famoso na imprensa, sua luta deu margem a “repetidas e apressadas manchetes sobre o fim do esquadrão da morte”. O trabalho de Bicudo foi descrito como solitário, pois contava com pouco apoio das forças da ordem, o que tornou sua investida um trabalho homérico, mas pouco triunfante diante do enraizamento da milícia em suas várias, e às vezes contraditórias, faces. A multiplicação de corpos abandonados em beiras de estradas só foi possível, segundo a reportagem, diante da extrema irresponsabilidade dos que toleravam que o policial matasse sempre que julgasse conveniente. Até aquele momento, o EM não tinha sido incorporado a “um triste passado”. A imagem do enterro do investigador Agostinho Gonçalves, com as promessas de vingança, já publicada na edição n. 99, foi retomada como forma de reafirmar que os policiais envolvidos nos homicídios ansiavam por vingança. Destaca-se que o promotor Hélio Bicudo foi exaustivamente citado no *clipping*, mais uma vez, percebe-se que os assuntos do material recolhido pela editora, se fazem presente em *Veja*.

Além de explorar o assunto pelo viés da pena de morte, demonstrar as execuções, entrevistar um integrante da milícia, dar espaço para Hélio Bicudo nas páginas amarelas e/ou destacar os passos de combate ao grupo, *Veja* também usou charges como ferramenta de publicizar o Esquadrão da Morte. Esse instrumento foi encontrado tanto na parte da revista destinada ao humor, como dentro das próprias matérias, como pode ser observado na Figura n. 16.

Figura n. 16 A crítica pelo humor



O humor, com um toque de acidez, não esteve ausente das páginas de *Veja*. Duas charges de Millôr Fernandes figuraram na seção de Humor. O anúncio “desclassificado” oferece um desconto especial no curso intensivo de desenhos ameaçadores para elementos do Esquadrão da Morte, ou a opção de permuta, com prestação de serviços. Fonte: FERNANDES, Millôr. Desenhe melhor seus símbolos fatais. *Veja*, n. 94, p. 16, 24 jun. 1970.

Na imagem lê-se: “É uma ordem do Secretário da Segurança: prendam os membros do Esquadrão! Depois os dois indivíduos saem com as mãos para cima em sinal de rendição.” Fonte: O esquadrão, entre aspas. *Veja*, n. 145, p. 29, 16 jun. 1971.

As reportagens de *Veja* evidenciaram que os nomes dos integrantes eram conhecidos, exemplar Correinha e Fleury citados até o momento, na edição n. 246 de 23/05/1973, “Castigo que tarda” diversos membros são citados. Antes de expor os algozes, a matéria criticou os advogados de defesa dos acusados de pertencer ao Esquadrão da Morte, tomando como exemplo o julgamento de Geraldo Georgino das Neves, ex-investigador policial, também conhecido como Geraldo do Assalto, o caso foi postergado após os defensores alegarem “gripe coletiva”.²³² O juiz deu mostras de que aceitava os adiamentos legais, mas não de modo que prejudicasse o andamento da Justiça, foi remarcado o júri e caso acontecesse outra ausência dos defensores, seria nomeado um advogado de ofício. Não foi raro o não comparecimento dos advogados em audiências, inclusive, foi uma estratégia amplamente utilizada em todos os julgamentos do EM.

²³² Esquadrão. Castigo que tarde. *Veja*, n. 246, p. 26, 23 maio 1973.

Esta edição valeu-se de uma imagem (Ver, Figura n. 17) para ilustrar os acusados de pertencer ao EM paulista. Os dados apresentados nesta imagem são coerentes aos constantes no material recolhido pela editora, pois os indivíduos com maior número de processos também se destacaram entre os mais citados nos recortes. Mais uma vez, tem-se a conexão de informações entre *Veja* e o *clipping*.

Figura n. 17 Acusados de pertencer ao Esquadrão da Morte-SP e suas vítimas em *Veja*

Os principais acusados e suas vítimas*		
Astorige Correa de Paula e Silva, "Correinha"	39	   
Sérgio Fernando Paranhos Fleury	22	  
Adhemar Augusto de Oliveira, "Fininho"	20	 
José Alves da Silva, "Zé Guarda"	20	 
João Carlos Tralli, "Trailer"	17	 
Walter Brasileiro Polim, "Brasileiro"	17	 
João Surreição Frade	16	 
Victor José de Almeida	13	 
Hélio Tavares	9	
José Campos Correa Filho	9	
Ormino Rodrigues Vidigal Netto	9	

* Estatísticas baseadas no número de mortes em que os policiais aparecem como implicados em processos que tramitam na Justiça de São Paulo

Astorige Correa de Paula e Silva "Correinha" lidera o *ranking* com 39 mortes implicadas em processo; seguido por Sérgio Fernando Paranhos Fleury com 22 mortes implicadas em processo. Estatísticas baseadas no número de mortes em que os policiais apareceram como implicados nos processos de tramitam na Justiça de São Paulo.

Fonte: Esquadrão. Castigo que tarde. *Veja*, n. 246, p. 26, 23 maio 1973.

A mesma edição dedicou, ainda, espaço para o caso de Olívio Wandermorum, com 71 anos, atropelado por Silvio Carneiro (Silvinho) enquanto estava a caminho da igreja Assembleia de Deus com uma bíblia debaixo do braço, acontecimento que também consta em um dos recortes do *clipping*.²³³ Esse tipo de morte praticada pelo EM, sem motivo aparente, fez com

²³³ A justiça julga o 'Esquadrão' do Rio. 20/06/1975. Recorte na pasta Julgamento.

que, aos poucos, os crimes da milícia fossem desvendados pela justiça que, lentamente, reestabelece o rigor da lei.

Apesar da diminuição do número de vítimas na beira de estradas, isso não significou o desaparecimento do EM. No ano 1973, o total de vítimas teria chegado, segundo fontes da imprensa, à casa dos mil homicídios, tema da reportagem “As mil mortes”, edição n. 268, de 24/10/1973. Antes do título, é possível ver a imagem do jornalista Percival de Souza lendo o *jornal* livro “Mil Mortes”, com a legenda “Souza: o porquê disso tudo”. As primeiras linhas da matéria foram dedicadas às mortes de Roncador, que não foi a primeira execução ocorrida na Baixada Fluminense,²³⁴ mas que foi mencionado tanto na primeira vez que *Veja* tratou do EM quanto na reportagem de Percival Souza. “Mil Mortes” foi resultado de um trabalho insistente e metódico do jornalista, a brochura, “pouco mais que uma reportagem”, segundo o autor, foi publicada pela editora Espaço Tempo, na coleção “Jornal livro” e detalhou, além dessa, centenas de outras mortes. Indagado sobre as razões que o levaram a fazer o trabalho, Souza, no momento um jovem jornalista de 29 anos, respondeu: “Cerca de mil homens encontrados, todos furados a bala, é motivo mais do que suficiente. Seria bem melhor tentar explicar o porquê disso tudo e não o porquê do livro.”²³⁵

Na década de 1970, alterou-se o conselho editorial de *Veja*, aspecto importante pois se tratava de responsável pela linha editorial, ao que se soma o contexto histórico mais amplo e a ação de sistemas de controle da informação, que também devem ser considerados quando se trabalha com material da imprensa periódica.²³⁶ No caso do semanário, a mudança de maior monta foi a saída de Mino Carta, ocasionada por exigência do governo,²³⁷ ao que se pode somar desacordos entre o jornalista e o dono da Abril, Victor Civita. Contudo, ao longo da pesquisa,

²³⁴ A morte de Roncador foi detalhada nas edições n11 e n13 de *Veja*, com explorado anteriormente, também configurou a primeira página do documento Mil Mortes

²³⁵ Esquadrão. As mil mortes. *Veja*, n. 268, p. 30, 24 out. 1973.

²³⁶ Sobre os desafios que a análise dos impressos periódicos coloca para os historiadores, ver: LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

²³⁷ O semanário relacionou-se de forma diversa com os sucessivos governos militares, visto que, até o final da década de 1970, a Abril dependia de grandes financiamentos, vínculos que se estreitaram na década seguinte em função do fornecimento de material didático para escolas. Não se pode esquecer que a editora, assim como outras empresas, beneficiou-se do crescimento do mercado consumidor durante o “milagre econômico”. Deste modo, é necessário ponderar acerca dos interesses dos veículos de imprensa, pois possuem seus próprios interesses institucionais, econômicos e políticos. A respeito ver: PÁDUA, Gesner Duarte. A revista *Veja* e o processo de redemocratização do Brasil: uma perspectiva histórica. *Encontro Nacional de História da Mídia*. UFOP, Ouro Preto-MG. 2013, p. 8. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-revista-veja-e-o-processo-de-redemocratizacao-do-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acesso em: 20 jul. 2019 e, ainda, CHINEM, R. *Imprensa Alternativa - Jornalismo de Oposição e Inovação*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

não foi possível detectar mudanças significativas fosse na quantidade de matérias que abordavam o EM, fosse na maneira de encarar a milícia.²³⁸

Cabe lembrar que a postura de Mino Carta sempre foi crítica ao regime, o que colocou *Veja* em linha de colisão com a censura, registrando-se, inclusive, a apreensão de algumas edições nas bancas, o que afetou os negócios da empresa. No momento da entrada de José Roberto Guzzo, substituto de Carta, o regime iniciava o processo de abertura, adjetivada de “lenta, gradual e segura”,²³⁹ com a tutela dos militares.²⁴⁰ Se começava a haver certo consenso de que o Brasil precisava avançar rumo à democracia,²⁴¹ insistia-se que, para tanto, era necessário transformar o sistema político sem grandes abalos.²⁴² É digno de nota que a eleição

²³⁸ A chefia de redação ficou a cargo de José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu, situação que se alterou entre 1977 e 1991, quando Guzzo tornou-se chefe da redação e Pompeu tornou-se diretor adjunto. Com Guzzo “a linha editorial de *Veja* mudou substancialmente, era considerado mais conservador” e, “A partir de 1976, *Veja* estabiliza-se definitivamente e passa a operar um número médio de 170 mil exemplares/semana. Dois anos mais tarde passa por uma reforma gráfica, introduzindo maciça e definitivamente o uso da cor em todas as suas imagens; sua circulação mantém uma média de 250 mil exemplares/semana, dos quais 200 mil fazem parte do mailing de assinantes. Em 1979, Élio Gaspari passa a trabalhar em sintonia com Guzzo e atribui-se à dupla o novo estilo de talento que se potencializou. Gaspari foi responsável pela redação dos principais textos desta fase: o Caso Baungartem, a doença, agonia e morte de Tancredo Neves, dentre outros. Nesse período José Roberto Guzzo trabalha diretamente na seção de Economia e Negócios. No começo da década de 80, a revista *Veja* alcança 400 mil exemplares/semana, com 340 mil assinantes. O parque gráfico da Editora Abril torna a ser modernizado com a aquisição de novas máquinas e com um reajuste na distribuição de suas publicações.” VILLALTA, Daniella. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: *XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2002, Salvador.

²³⁹ A transformação do regime militar tem início, ainda sob o governo de Ernesto Geisel que, em agosto de 1974, anunciou a política de modificação do regime. Para mais informações, ver: MACARINI, José Pedro. Governo Geisel: transição político-econômica? Um ensaio de revisão. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 30-61, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482011000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 ago. 2019.

²⁴⁰ A partir de então algumas medidas importantes foram tomadas como a demissão do Ministro do Exército, Sylvio Frota: “O general presidente Ernesto Geisel demite o ministro do Exército, Sylvio Frota, que se colocava como candidato à sua sucessão em nome das Forças Armadas. Frota tentou reagir, convocando os comandantes do Exército a Brasília para enfrentar o presidente, mas Geisel havia se antecipado à tentativa de golpe e convocara os mesmos generais para uma reunião no Palácio do Planalto. Isolado, Frota pediu passagem para a reserva e foi substituído no cargo pelo general Fernando Belfort Bethlem, em tese um de seus aliados. Com a demissão de Sylvio Frota, Geisel assumiu o controle de sua sucessão na área militar e abriu caminho para seu escolhido, o general João Baptista Figueiredo. Os aliados de Frota eram identificados como a “linha-dura” das Forças Armadas.” MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Geisel enquadra rivais no exército*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/geisel-enquadra-rivais-no-exercito>. Acesso em: 05 ago. 2019.

²⁴¹ Em 13 de outubro de 1978, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 11, cujo artigo 3º revogava “os Atos institucionais e complementares, no que contrariarem a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com bases neles, os quais estão excluídos de apreciação”. A emenda entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 1979. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978*. Altera dispositivos da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm. Acesso em: 2 jul. 2019.

²⁴² “A anistia de 1979 resultou de uma grande transação entre setores moderados do regime militar e da oposição, por iniciativa e sob o controle dos primeiros. Integrou a agenda de microtransformações, buscadas desde 1973 por lideranças militares e civis do governo: ampliação do leque de opções partidárias, abrandamento da legislação repressiva etc. Tratava-se de preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas, sem descartar a tutela militar.” A respeito

indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República marcou o fim do regime ditatorial,²⁴³ ainda que, em função da morte do eleito, o poder tenha passado a um líder notório da Arena, José Sarney.²⁴⁴

O decréscimo de reportagens em *Veja* não pode, portanto, ser atribuído à nova direção. De fato, a queda pode ser observada na imprensa em geral, como revela o *clipping*. Exemplar da manutenção da postura de *Veja* foi a publicação sobre a morte de Sérgio Paranhos Fleury, na qual não se deixou de destacar os elos entre as ações do delegado e o silêncio do poder público, uma vez que ele era alvo de múltiplas acusações. Fleury foi suspeito de haver comandado o EM em São Paulo e faleceu antes que fosse a julgamento. A matéria, intitulada “Um símbolo da década”, trouxe subtítulo intrigante: “o homem que encarnou a violência dos anos 70 morre no litoral de Ilhabela - e com isso se encerra inesperadamente a explosiva ‘questão Fleury’”.²⁴⁵ A reportagem tem seis páginas, as três primeiras dedicadas aos detalhes da morte do delegado em Ilhabela, litoral de São Paulo, às repercussões do acontecimento, que inclusive ocupou as páginas da mídia internacional (*La Repubblica*, *Le Monde*, *Le Matin*, *Liberation*).²⁴⁶

Em 1968, Fleury comandou uma equipe especial de ronda, junto com três guardas civis: João Carlos Tralli, José Campos Correa Filho (Campão) e Adhemar Augusto de Oliveira (Fininho). A violência de Fleury e seu grupo foi amplamente divulgada pela imprensa, todos acusados de pertencer ao EM. O assassinato do investigador paulista Davi Romero Paré por Carlos Eduardo Zampogna, o Saponga, forneceu ao grupo de policiais, incluso Fleury, “um

ver: LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 287-313, dez. 2002, p. 293. Disponível em: http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a12.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

²⁴³ “Tancredo foi eleito depois de 20 anos de autoritarismo militar em meio a uma das maiores crises econômicas e sociais da história do país, o tradicional político mineiro empunhou bandeiras da grande conciliação nacional e da redemocratização, personificando as esperanças de milhões de brasileiros que viam nele, tal como foi apresentado pelos seus partidários e pela mídia, uma espécie de salvados da pátria.” PÁDUA, Gesner Duarte. *O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete (1982-1985)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.9.

²⁴⁴ Para alguns historiadores, 1985 marca o fim da ditadura. Entretanto, esse cronônimo é revisto por alguns especialistas, que o estende para o governo de José Sarney (1985-1989), pois essa seria “a fase de transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático”. A respeito, ver: CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2019.

²⁴⁵ Um símbolo da década. *Veja*, n.557, p. 26-33, 9 maio 1979.

²⁴⁶ “[...] Com a abertura democrática se delineando no horizonte político, Fleury poderia vir a se constituir em uma fonte de problemas para a nova arquitetura de poder que estava sendo cuidadosamente tecida. Mas sua morte, sem dúvida alguma, impediu que viesse à tona uma série de fatos que pudessem comprometer várias personalidades de nossa sociedade.” COSTA, Márcia Regina da. *Op. cit.* p. 389.

pretexto sob medida para o início de uma maciça e sistemática campanha de extermínio de marginais”.²⁴⁷

Em *Veja*, as ações de Bicudo estiveram em pauta desde o começo dos anos de 1970, quando o procurador moveu intenso cerco judicial em busca da condenação de Fleury que, até sua morte, foi incriminado em oito processos, acusado de participar de execuções sumárias. Permaneceu intocado graças às proezas acumuladas a partir de agosto de 1969, quando foi recrutado pelo DEOPS. Em 1973, ao ter a prisão preventiva decretada por envolvimento em um assassinato promovido pelo EM, foi promulgado a famosa lei Fleury, o que possibilitou que aguardasse o julgamento em liberdade. Nas páginas seguintes da revista, destacava-se sua atuação enquanto policial. A questão Fleury se deu como encerrada com a morte do delegado, seu julgamento se arrastou perante anos, o que permitiu que ele usufrísse de liberdade até o fim de sua vida.

O Esquadrão da Morte fez parte do cotidiano das grandes cidades, aterrorizando as periferias, e a indústria cinematográfica não ignorou a milícia, prova disso é a capa da edição n. 496 de 08/03/1978 com os dizeres “‘Lúcio Flávio’ a vida real no cinema”. A matéria abordou o grande sucesso do longa-metragem, projetado nas telas de mais de cem salas de cinemas de São Paulo e em outros estados, “no mais maciço lançamento de um filme de que se tem notícia no país, que arrancaram das plateias manifestações de espanto, revolta e aplausos.” A história expôs a violência policial brasileira e evidenciou as interconexões entre polícia e bandido. O filme foi baseado na obra literária “O passageiro da agonia” de 1975, autoria de José Louzeiro.²⁴⁸

Temeu-se pela proibição do filme, tanto que algumas precauções foram tomadas pelo diretor: um extenso telegrama a Censura Federal, em Brasília, a resposta foi que o filme não poderia aparecer policiais fardados nem a bordo de viaturas oficiais e como um tratamento de proteção aos policiais, seus nomes deveriam ser fictícios. O material do *clipping* sobre o Esquadrão da Morte tem poucos recortes relativos a Lúcio Flávio, as menções são breves e nunca exploram a biografia da personagem. A explicação é simples, por ter se tornado célebre figura na imprensa pelos seus supostos feitos no crime, Lúcio Flávio recebeu uma pasta exclusiva no material do Dedoc na categoria “Criminoso”.

Mais informações sobre a vida de Lúcio Flávio Villar figuraram na edição n. 590, de 26/12/1979, na qual se mencionou que ele morreu assassinado por um detento em sua cela no Instituto Penal Hélio Gomes, no Rio de Janeiro, e houve todo um mistério envolvendo a sua

²⁴⁷ Ibidem, p. 28.

²⁴⁸ A realidade em cena. *Veja*, n. 496, p. 64-67, 8 mar. 1978.

figura, considerado o “bandido da década”, com mais de quinhentos processos, cem anos de condenação, dezoito fugas da cadeia e o protagonismo no filme de Héctor Babenco. O seu envolvimento com o EM deu-se quando declarou publicamente que seu bando foi exterminado porque ele recusara um convite do policial Mariel Mariscotte para formar uma sociedade.

Na última edição de 1979, a de n. 590, publicada em 26/12, *Veja* fez uma retrospectiva dos principais eventos da década e não poderia deixar de fora a milícia. Com o breve título “Esquadrão”, informou que houve pelo menos um cadáver para cada dia da década de 1970. A Baixada Fluminense, “tumor do Rio de Janeiro”, foi abrigo, por excelência, deste fenômeno de extrema violência, mais de “4000 corpos [foram] varados de balas [...]”. A milícia continuava a agir e contando com a conivência de pelo menos parte do sistema judiciário e da política. O mais obstinado dos adversários do EM foi o promotor Hélio Bicudo, que celebrizou-se não por seu sucesso, mas por dar publicidade ao próprio malogro.²⁴⁹

Figura n. 18. Hélio Bicudo na reportagem de *Veja*



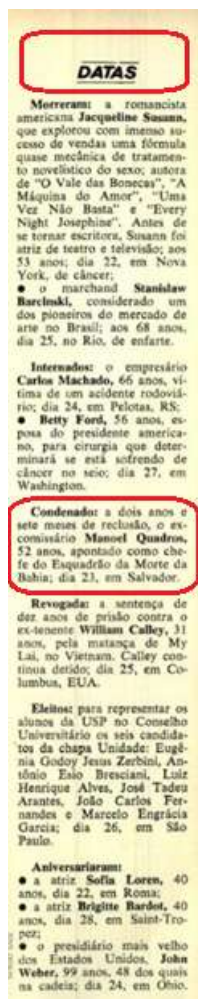
Na legenda imagem: Bicudo derrotado, como se fosse somente ele e não o sistema judiciário que falhou ao punir os membros do Esquadrão da Morte. Fonte: Esquadrão. *Veja*, n. 590, p. 34, 26 dez. 1979.

Veja sempre trouxe a seção *Datas*, dedicada a assinalar eventos importantes, fosse do passado ou da atualidade. Nela o EM compareceu desde 1974, assinalando-se condenações de seus membros ou feitos alcançados por quem combatia a milícia. O procurador Hélio Bicudo foi mencionado por receber a Medalha Sobral Pinto da Universidade Católica de Minas Gerais

²⁴⁹ Esquadrão. *Veja*, n. 590, p. 34, 26 dez. 1979.

pelo seu empenho em defesa dos direitos humanos,²⁵⁰ o *Correio Braziliense* pelo prêmio *Esso* de jornalismo, graças a um conjunto de reportagens do EM em Brasília e a morte de Mario Eugênio.²⁵¹ Cabe destacar que, no material do *clipping*, há onze recortes do *Correio Braziliense* em diferentes pastas, sem contudo se poder afirmar se foram essas que deram ao periódico o prêmio *Esso*.

Figura n. 19 Exemplo do material publicado na seção *Datas*



Com destaque na cor vermelha na parte superior direita a seção *Datas*, trata-se de registrar a condenação de Manoel Quadros, apontado como chefe do Esquadrão da Morte da Bahia.

Fonte: *Datas*. *Veja*, n. 317, p.75, 02 out. 1970.

A última matéria, no período estudado, foi publicada na edição n. 878, em 04/12/1985, na seção *Polícia*. Intitulada "Um caso encerrado", informava sobre a investigação em torno da morte do jornalista Mário Eugênio Rafael de Oliveira, editor de polícia do *Correio Braziliense*, assassinado com sete tiros na noite de 11 de novembro de 1984.²⁵² Participaram deste homicídio

²⁵⁰ *Datas*. *Veja*, n. 484, p. 99, 14 dez. 1977.

²⁵¹ *Datas*. *Veja*, n. 900, p. 135, 04 dez. 1985.

²⁵² Um caso encerrado. *Veja*, n. 878, p.26-27, 03 jul. 1985.

três policiais civis: Divino José de Matos, Iracildo José de Oliveira e Moacir de Assunção Lioila e três militares: sargento Antonio Nazareno Mortari Vieira e os cabos Aurelino Silvino de Oliveira e David Antônio do Couto. Mario Eugênio foi morto porque estava prestes a denunciar uma série de crimes cometidos pelo bando, uma quadrilha especializada em roubar carros em Brasília e Goiás para vendê-los na Bolívia.²⁵³ Os recortes do *clipping* também trataram do assunto para demonstrar que, ainda em 1985, a corrupção do sistema policial fazia suas vítimas, com menos intensidade, mas não obstante com os mesmos riscos: se contrapor a esse sistema sempre foi algo que poderia custar a vida.

O estudo dos exemplares de *Veja* revela que a publicação reservou considerável espaço para o tema EM, isso desde os seus primeiros números. O semanário sempre foi contrário à execução sumária e argumentou veementemente a favor da aplicação da lei e do respeito à constituição, que vedava a pena de morte. A revista argumentou, em várias oportunidades, contra essa forma de enfrentar a violência urbana, que em vez de diminuir, acabava por aumentar os índices que desejava combater. Recursos imagéticos foram utilizados em todas as matérias analisadas, o que evidencia o intento de não apenas de ilustrar, mas de contribuir para fundamentar a argumentação apresentada.

A crença na irrecuperabilidade da vítima só trouxe, ainda segundo se depreende da revista, mais violência, isso num regime ditatorial, no qual os mais pobres e jovens foram os mais prejudicados pela política econômica em vigor. Em *Veja*, observa-se a intenção de propor ao leitor uma interpretação do tema do EM fundada nos preceitos da legalidade, o que por certo não era suficiente para que a população em geral fosse contra a milícia, afinal não se pode perder de vista qual era o leitor médio da publicação, pelo menos aquele que a redação idealizava. Nesse sentido, a pesquisa de opinião é importante, pois os resultados demonstraram que a “grande imprensa”, sozinha, não conseguia fazer com que os indivíduos repudiassem as ações do Esquadrão.

Frente aos diferentes constrangimentos que a imprensa sofreu durante o regime militar, ora com maior, ora com menor liberdade para estampar as notícias e exprimir opiniões, é preciso sempre ter cautela diante de afirmações generalizantes. É difícil categorizar *Veja* como

²⁵³ O método utilizado era singular: “Primeiro, os policiais libertavam marginais presos na Delegacia de Furtos de Veículos para que roubassem carros. Em seguida, os automóveis eram levados até as dependências do PIC e ali recebiam chapas e documentos frios antes de atravessar a fronteira. Enfim, para prevenir delações, os ladrões utilizados eram eliminados e seus cadáveres apareciam boiando nos lagos da região. Pelo menos dezesseis assassinatos desse tipo teriam sido cometidos pelo bando nos últimos três anos.” Ibidem, p. 27.

mais ou menos conivente com as propostas do regime de exceção, sobretudo depois das mudanças em seu corpo editorial, mas é inegável que se colocou contra o esquadrão.²⁵⁴

As notícias reunidas no *clipping* e as publicadas em *Veja* dialogaram em diversas ocasiões, como se destacou em mais de uma oportunidade. É certo que, nas reportagens de *Veja*, não se encontram referências explícitas a esse conjunto documental, entretanto, é possível afirmar que os responsáveis pela fatura de *Veja* devem ter consultado essa importante fonte que tinham à disposição e que implicava em altos investimentos para a empresa. A revista pretendia fornecer aos seus leitores uma síntese semanal dos principais acontecimentos, razão pela qual o EM tornou-se, em várias ocasiões, um tema incontornável. Na década de 1980, contudo, foram pouquíssimas as notícias sobre a milícia em *Veja* e no *clipping*, mas isso não significou (e ainda não significa) que os abusos cometidos por autoridades policiais em relação à população pobre ou que grupos justiceiros tenham deixado de existir no Brasil contemporâneo.

²⁵⁴ “A imprensa nesse processo de abertura não sofria mais as represálias da censura política, mas isso não garantiu que acompanhasse esse processo final sem cautela, porque convivia: [...] com a censura econômica ou empresarial, ou seja, as pressões de liberação de empréstimos e importação de equipamentos por parte do governo indicavam os limites da liberdade para contrariar o pensamento de quem estava no poder. Por isto, ela vai definindo a sua maneira de pensar conforme a situação permite, ou seja, de acordo com os rumos dos acontecimentos ocorridos no governo e também na sociedade civil.” GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968- 1985)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSCar, 1998.

Conclusão

A Abril construiu seu império no mercado brasileiro de maneira avassaladora: dominou as bancas de jornais com suas publicações segmentadas e de entretenimento. O momento em que a editora decidiu ampliar seu leque de investimentos, com o lançamento de revistas de informação semanal, coincidiu com a implantação da ditadura civil militar. *Veja* nasceu num contexto de controle das informações e de represálias contra a imprensa e enfrentou dificuldades para se consolidar no mercado e propor uma fórmula atraente para o público. Ademais, teve que se adaptar a um sistema de liberdades limitadas.

Veja foi uma grande aposta da editora, que pretendia torná-la uma grande revista de informação semanal. Uma das estratégias envolveu a criação, no interior da empresa, de um setor destinado a coletar e organizar as notícias publicadas em periódicos nacionais e internacionais, de modo a constituir um acervo próprio, ou seja, um conjunto de dados muito amplo, capaz de subsidiar os repórteres e editores com informações de qualidade, o que deu origem ao *clipping*, inserido num departamento específico, o Dedoc. A medida, por certo custosa, era vista como necessária para fornecer, a cada semana, uma análise aprofundada do que ocorrera em todos os âmbitos (político, econômico, social, cultural, *faits-divers*, no Brasil ou no exterior), com vistas a ultrapassar o que o leitor já conhecia fosse por jornais diários ou noticiários do rádio e da televisão.

Dentre as notícias reunidas, o problema da criminalidade não poderia estar ausente, o que incluía tratar do Esquadrão da Morte. A milícia foi tema em centenas de fragmentos presentes no *clipping*, além de haver figurado, durante anos, nas páginas de *Veja*. A ação contínua da milícia só foi possível em função de o regime de exceção haver protegido os algozes e colaborado para a lentidão das investigações, com delongas dos julgamentos, o que garantiu que os membros do grupo paramilitar não sofressem represálias. Ademais, cabe lembrar que os centros urbanos presenciaram mudanças na sua estrutura demográfica e social e a lógica do extermínio foi tomada por setores das forças da ordem como saída para diminuir a sensação de insegurança vivenciada pelos moradores de grandes metrópoles.

Este trabalho teve por objetivo não apenas analisar o material presente no *clipping* sobre o EM como também verificar se o mesmo foi ou não utilizado em *Veja*, publicação que tematizou, em várias edições, as ações do grupo. Os dados apontaram coincidência no que tange à quantidade de notícias, ou seja, quando as menções cresciam no *clipping* elas também figuravam na revista, o que está em consonância com os objetivos da revista, ou seja, analisar o que ocorreu de mais importante na semana anterior à edição. Se o EM era um tema quente no noticiário de jornais, a revista não poderia deixar de tratar do mesmo, daí a coincidência em termos dos assuntos e sua frequência.

Tanto no *clipping* como em *Veja*, fica patente o intento de parcela das forças da ordem de deslegitimar a imprensa, afirmando tratar-se de meros conflitos entre quadrilhas ou esforçando-se para inocentar a corporação policial. *Veja* chegou mesmo a afirmar que o EM era um fantasma: sem contornos e sem informações sólidas, contudo com força para continuar agir sem temer por punições, o que evidenciava tratar-se de um fantasma bem real, invisível apenas para os que se negavam a vê-lo.

O tema do Esquadrão da Morte mereceu destaque na imprensa, mesmo diante da censura, tanto que as notas sobre cadáveres nas beiras de estradas foram temas frequentes de reportagens, como atestam as duas fontes, *Veja* e o material do *clipping*. O desenrolar da trama, que sempre apontava para a ação de agentes públicos ligados aos órgãos de segurança também foi claramente denunciado nas páginas dos periódicos, ainda que as investigações oficiais e julgamentos fossem uma exceção à regra, devidamente registrada. A imprensa identificou alguns dos integrantes e, na medida do possível, exigiu intervenções do poder público. Ressalte-se, porém, os limites desse discurso, que não ia além dos indivíduos, da má conduta de alguns policiais, raramente o que se tinha em mira era a perversa lógica do extermínio, alimentada pelo regime de exceção que não agia de modo diverso em relação aos que considerava seus inimigos.

Veja demonstrou, por meio de uma pesquisa de opinião encomendada especialmente pela revista,²⁵⁵ que as ações do EM contavam com apoio da população, principalmente em São Paulo, o que pode ser entendido como sintoma da insegurança e o apego a soluções fáceis, que respondiam a violência com mais violência e que não ultrapassavam os sintomas, sem chegar às efetivas causas do fenômeno. Mesmo diante do apoio de parte da população, *Veja* sempre se posicionou a favor dos direitos humanos e repudiou as ações do EM.

A pesquisa realizada no *clipping* e em *Veja* não deixa dúvidas quanto à origem social e econômica do indivíduo considerado bandido, ou seja, pobre e habitante das periferias. É importante notar que a própria imprensa não dava grande atenção à vítima: era raro que se fornecesse algum dado de quem era, o que fazia, onde morava, enfim, informações que restituíssem a individualidade e a dignidade do morto, o que acabava, por meios indiretos, a expressar a pouca importância dessa vida. Assim, a despeito de se declarar que pena de morte já existia de fato no Brasil, *Veja* não foi além dessa constatação e o que a revista publicava, aliás como era comum na imprensa em geral, acabava por apagar mais uma vez, agora no âmbito do discurso, vidas que pareciam pouco valer.

²⁵⁵ Justiça é feita. *Veja*, n. 99, p. 27-32, 29 jul. 1970.

As primeiras matérias do semanário sobre a milícia trataram da pena de morte e, com o decorrer da edições, a revista acabou por evidenciar que, contrariamente ao que desejavam fazer crer os donos do poder, as causas do fenómeno eram bem mais complexas e não poderiam ser resolvidas com o afastamento de um ou outro policial, pois o EM articulava-se com o aparelho de Estado e respondia, de forma canhestra, às mudanças sociais e demográficas das metrópoles brasileiras. Ao contrário do que aconteceu na maioria dos recortes do *clipping*, sempre de natureza fragmentária, apenas em *Veja* é possível perceber uma preocupação mais sistemática em discutir o fenómeno da violência urbana e associá-la (ou não) às causas económicas e sociais. O horizonte do material reunido pela Abril no seu *clipping* fornece uma perspectiva restrita às notas cotidianas sobre os assassinatos.

O encerramento da organização do *clipping* ocorreu em função das possibilidades abertas de consultas em sítios de busca, mais rápidos, eficiente e sem custo. Basta uma rápida pesquisa para se dar conta que a brutalidade do Esquadrão da Morte não ficou restrita às décadas aqui estudadas, o fantasma do EM continua a assombrar as periferias dos centros urbanos e os abusos e torturas em delegacias tampouco deixaram de ser praticados. A denominação Esquadrão da Morte pode ter deixado de existir, mas o sangue dos mais pobres continua a ser derramado, balas perdidas atingem crianças em casa e nas escolas, familiares continuam sem respostas, testemunhas ainda se calam e milicianos seguem exibindo seus fuzis reluzentes.

Referências bibliográficas

- AARÃO REIS, Daniel. Ditadura, Anistia e Reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 171-186, jan.-jun. 2010.
- ABREU, Alzira Alves de. Os anjos e os demônios da revista *Veja*. Um discurso contra a censura. IN: Menezes, Lena M. (org). *História e violência*. ANPUH– RJ. Rio de Janeiro: CCS-UERJ, 1996.
- ABREU, Alzira Alves de.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando, ROCHA, Dora (Orgs.). *Eles mudaram a imprensa :depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ADORNO, Sérgio. *O que todo cidadão precisa saber sobre constituição*. São Paulo: Global, 1985.
- ADORNO, Sérgio. Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 33, p. 145-156, 1991.
- AGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Sumus, 1995, p. 39-40.
- ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.
- ALTMAN, Fábio; GAMA, Rinaldo. *Veja: A história é Amarela*, uma antologia de 50 entrevistas da mais prestigiosa seção da imprensa brasileira. São Paulo: Editora Abril, 2017.
- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou manchete. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 243-264, 2001.
- ANDRADE, Jeferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- ANTONIO, Mariana Dias. *O sensacionalismo no jornal Última Hora - RJ: sinais e ícones do Esquadrão da Morte (1968-1969)*. Mestrado em História. Curitiba: UFPR, p.77.
- AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do Regime Militar Brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 286.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência (O Estado de S. Paulo e Movimento)*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 22.
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- AREND, Silvia Maria Fávero; GAMBA, Jéssica Cristina Back. Revista *Veja*: redemocratização, eleição presidencial e mitos políticos (1980-1985). In: AREND, Silvia Maria

FÁVERO (Org.). *Um país impresso: História do Tempo Presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980)*. Curitiba: Editora CRV, 2014, p.142.

ARENDTH, Hannah. *Da Violência*. Brasília: UnB, 1985.

ARRAES, Miguel. *O Brasil, o povo e o poder*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte: um mal necessário?* Rio de Janeiro: Mandarin, 1971, p. 56.

BARCELLOS, Caco. *ROTA 66: a história da polícia que mata*. São Paulo: Globo, 1997.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A cidadania ativa* (referendo, plebiscito e iniciativa popular). São Paulo: Ática, 1991.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização*. São Paulo: Lettera.doc, 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Dicionário de gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência, povo e polícia*. São Paulo: CEDEC/Brasiliense, 1983.

BICUDO, Hélio. A unificação das polícias no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 14, n. 40, set.-dez. 2000.

BICUDO, Hélio. *Direitos humanos e sua proteção*. São Paulo: FTD, 1997.

BICUDO, Hélio. *Direitos civis no Brasil, existem?* São Paulo: Brasiliense, 1982.

BICUDO, Hélio. *Direitos humanos e ordem constitucional no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987.

BICUDO, Hélio. *Do esquadrão da morte aos justiceiros*. São Paulo: Paulinas, 1988.

BICUDO, Hélio. *Lei de Segurança Nacional: Leitura Crítica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BICUDO, Hélio. *Minhas Memórias*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BICUDO, Hélio. *O direito e a justiça no Brasil: uma análise crítica de cem anos*. São Paulo: Símbolo, 1978.

BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou Submissão*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BICUDO, Hélio. *Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978*. Altera dispositivos da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm. Acesso em: 2 jul. 2019.

CAMPOS, Roberto. *Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p.713. Tal posição espelha a posição governamental e está longe de ser consenso entre os estudiosos.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. Os crimes de paixão e a profilaxia social. In: *Histórias de violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 2004.

CARDOSO, Irene de A. R. *Memória de 68: terror e interdição do passado*. *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 2, n. 2, p. 106, 2º sem. 1990. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84805> . Acesso em: 01 jul. 2017.

CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e a longa noite dos generais*. Rio de Janeiro: Record, 2015,.

CHINEM, R. *Imprensa Alternativa - Jornalismo de Oposição e Inovação*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CODATO, A. O golpe de 64 e o regime de 68. *História, Questões e Debates*, Curitiba, n.40, 2004.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2019.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. Repressão política: origens e consequências do Esquadrão da Morte. Relatório - Tomo I – Parte I. 2014.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORRÊA, Astorige. *Correinha o Caçador de Bandidos: Líder do Verdadeiro Esquadrão da Morte*. São Paulo: ARBO Graphic Design, 2005.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, Márcia Regina da. 1968: O Esquadrão da Morte em São Paulo. In: SILVA, Ana Amélia da; CHAIA, Miguel (org.). *Sociedade, Cultura e Política: Ensaio Críticos*. São Paulo: EDUC, 2004, p. 374.

COSTA, Márcia Regina da. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? São Paulo *Perspectiva*, 1999, v. 13, n. 4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a01.pdf>. Data de acesso: 27/05/2017.

COSTA, Márcia Regina da. *São Paulo e Rio de Janeiro: a Constituição do esquadrão da morte*. 1999. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/regiina.rtf> . Acesso em: 30 abr. 2014, p.20.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora: UNESP, 2007.

DAEMON, Flora; MENDONÇA, Kleber. Entre a Lei e a execução: uma genealogia dos grupos de extermínio na imprensa carioca. *XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Recife, set., 2011, p. 4. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1246-1.pdf> . Acesso em 24 set. 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, vol.14, n.28, p.123-143, jun/2010.

DINIZ, Luiz Antonio Garcia. Seja marginal, seja herói: a figura do herói e do anti-herói na obra de Hélio Oiticica. *SOLETRAS Online*. p.53-66, jan.-jun. 2012.

DREIFUSS, Rene. *1964: a conquista do Estado* (ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981.

FARO, J. S. *Revista Realidade* (1966-1968): tempo da reportagem na imprensa brasileira. Canoas, RS: Ed. da Ulbra : AGE Editora, 1999.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar, *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, pp. 251-286, jul-dez. 2002, p.253. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf> . Acesso em: 04 jun. 2018.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

FIGUEIREDO, Argelina. “Democracia e reformas: a conciliação frustrada” IN: TOLEDO, Caio. (org). *1964 Visões Críticas do Golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Unicamp; TOLEDO, Caio Navarro. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, n. 19, 2004, p.27-48. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo104critica19-A-toledo.pdf . Acesso em 25 maio 2018.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAZZOTTI, Juliana. A Revista *Veja* e o Obstáculo da Censura. *Revista Olhar*. Ano 03, p. 1-9, jan.-dez./2001, p. 2. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar5-6/artcensura.pdf> . Acesso em: 16 jul. 2018.

GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968- 1985)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSCar, 1998.
HUGGINS, Mattha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Otavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2001, p. 124-125.

KUSHNIR, Beatriz. The End: A censura de Estado e a trajetória dos dois últimos chefes da censura brasileira. *Projeto História*, São Paulo, tomo 1, p. 107-124, dez. 2004.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: IFICH/Unicamp, 2001.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 287-313, dez. 2002, p. 293. Disponível em: http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a12.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

LIBANIO, João Batista. *As lógicas da cidade*: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACARINI, José Pedro. Governo Geisel: transição político-econômica? Um ensaio de revisão. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 30-61, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482011000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 ago. 2019.

MANSO, Bruno Paes. Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010: Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). São Paulo: USP, 2012.

MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, José Hamilton. *Realidade*. A história e as melhores matérias da revista que marcou o jornalismo e influenciou mudanças no país. Santos, SP: Realejo Editora, 2010.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.

MATTOS, Vanessa de. *Esquadrões da morte no Brasil (1973 a 1979)*: repressão política, uso abusivo da legalidade e juridicidade manipulatória na autocracia burguesa bonapartista. Doutorado em História Social. São Paulo: PUC, 2016.

MATTOS, Vanessa de. *O Estado contra o povo: a atuação dos Esquadrões da Morte em São Paulo (1968 a 1972)*. Mestrado (História). São Paulo: PUC, 2011.

MEINEL, Valério. *Aézio um Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981.

MEINEL, Valério. *Porque Cláudia Lessin vai morrer*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1978.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Geisel enquadra rivais no exército*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/geisel-enquadra-rivais-no-exercito>. Acesso em: 05 ago. 2019.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. In: XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2001, p. 1. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1233.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas :a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água - FAPESP, 2001.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, n.79, p.15-38, 2010.

MORAES, Letícia Nunes. *Leituras da revista Realidade: 1966-1968*. São Paulo: Alameda, 2007, p.18.

NASCIMENTO, Gabriel dos Santos. Violência Fardada: A Polícia Militar do Estado de São Paulo na Ditadura Civil-Militar (1964-1982). *Historia 2.0: Conocimiento Histórico en clave Digital*, n.6 jan-jun. p. 130-143, 2013.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em Revistas no Brasil: Um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo: Annablume, 2002, p.23.

NETO, David Maciel de Mello. 'Esquadrão da morte': Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Dilemas*. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 10, nº 1, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7752> , Data de acesso: 03 jul. 2017.

OLIVEIRA, Luciano. Ditadura Militar, Tortura e História A “vitória simbólica” dos vencidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 26, nº 75, fev. 2011.

PÁDUA, Gesner Duarte. A revista *Veja* e o processo de redemocratização do Brasil: uma perspectiva histórica. *Encontro Nacional de História da Mídia*. UFOP, Ouro Preto-MG. 2013, p. 8. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-revista-veja-e-o-processo-de-redemocratizacao-do-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acesso em: 20 jul. 2019 .

PÁDUA, Gesner Duarte. *O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete (1982-1985)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PAOLI, Maria Célia. Conflitos sociais e ordem institucional. *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, São Paulo, n.53, p. 80-92, 1989.

PAOLI, Maria Célia. *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso*. 1ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1974.

PETRARCA, Fernanda Rios. *Jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PILAGALLO, Oscar. *História da Imprensa Paulista*. Jornalismo e Poder de D. Pedro a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Escritos Indignados, Polícia, Prisões e Política no Estado Autoritário*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O papel da polícia no regime democrático*. São Paulo: Mageart, 1996.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e Crise Política: o caso das polícias militares. In: PAOLI, Maria Célia; BENEVIDES, Maria Victoria; et al. *A violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *São Paulo sem medo, um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

PONTE JUNIOR, Osmar de Sá. *Dualidade de poderes: um mal estar na cultura política da esquerda*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar: 2000.

ROLIM, Rivail Carvalho. Repressão e violência de Estado contra os segmentos populares durante os governos militares. *Antíteses*, vol. 8, n. 15, nov., p. 272-293, 2015, p. 256. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/21023> . Acesso em: 18 ago. 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *64: Anatomia da crise*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981.

SAUL, Renato P. Comentário sobre violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 121.

SCARZANELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina: O grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 451.

SOUZA, César Martins de. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. *Revista Contemporânea*. Ano 4, nº5, p.1-19, 2014. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5_Ditadura_grandes_projetos_e_colonizacao_no_cotidiano_da_Transamazonica.pdf . Acesso em: 03 set 2018.

SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

SOUZA, Percival. *O Império da Violência*. São Paulo: Ícone, 1988.

SOUZA, Percival. *Eu, cabo Anselmo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1999.

SOUZA, Percival. *Society Cocaína*. São Paulo: Traço, 1982.

SOUZA, Percival. *Narcoditadura: o Caso Tim Lopes*. São Paulo: Labortexto, 2002.

TEIXEIRA, Alessandra. Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2012.

TELES, Janaina de Almeida. Ditadura e Repressão: Locais de Recordação e Memória Social na Cidade de São Paulo. *Lua Nova*, n.96, pp.191-220, 2015.

VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006&lng=en&nrm=iso . Acesso em 28 ago. 2018.

VERISSIMO, Fernando. Memória. *O Estado de S. Paulo*, 20 set. 2018, p. C10.

VILLALTA, Daniella. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: *XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2002, Salvador.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Editora da UNICAMP e Editora Escuta, 1994.

ZALUAR, Alba. *Da revolta ao crime s.a.* São Paulo: Moderna, 1996.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ZALUAR, Alba. *Violência, cultura, poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Anexos**1. Distribuição das matérias selecionadas de *Veja* sobre o Esquadrão da Morte**

Ano	<i>Veja</i>	<i>Clipping</i>
1968	2	27
1969	14	37
1970	29	149
1971	33	125
1972	21	74
1973	14	28
1974	14	32
1975	6	29
1976	13	34
1977	17	12
1978	8	11
1979	9	11
1980	7	8
1981	0	17
1982	0	7
1983	2	10
1984	1	17
1985	2	13
TOTAL	192	641

2. Pesquisa de opinião encomendada por *Veja*.

Contra e a favor					
	Geral	SP %		Rio %	
1) O Sr.(a) é a favor ou contra a existência do Esquadrão da Morte?					
A favor.	46%	60		33	
Contra.	54%	40		67	
2) Por que o Sr. (a) é a favor do Esquadrão da Morte?					
Os elementos eliminados são irrecuperáveis.		49		53	
Os meios da Justiça não bastam para impedir o crime.		38		33	
É eficiente no combate ao crime.		13		14	
3) Por que o Sr. (a) é a contra o Esquadrão da Morte?					
O julgamento pela Justiça é o meio indicado para isso.		64		60	
Não se deve fazer justiça com as próprias mãos.		25		22	
É bárbaro, anti-humano.		8		11	
Eles estão agindo por vingança.		3		7	
4) O Sr.(a) lê ou ouve as notícias sobre o chamando Esquadrão da Morte?					
Sempre.		35		30	
Às vezes.		39		42	
Raramente.		25		19	
Nunca.		1		9	
5) Na sua opinião, os noticiários sobre o Esquadrão da Morte são:					
Interessantes.		31		22	
Deprimentes.		31		52	
Sempre as mesmas coisas.		27		17	
Sensacionais.		11		9	
6) O que o Sr. (a) está disposto a fazer por esta sua opinião?		Favor	Contra	Favor	Contra
Nada.	68	57	66	67	
Discutir com pessoas de ideias opostas.	16	20	25	18	
Participar de uma campanha.	8	13	6	8	
Assinar um manifesto.	8	10	3	7	
7) O que o governo deve fazer em relação ao Esquadrão da Morte?					
Apoiá-lo.		37		16	
Impedir o seu prosseguimento punindo os integrantes.		23		40	
Apenas impedir seu prosseguimento.		23		29	
Nada.		17		15	

Fonte: Justiça é feita. *Veja*, n. 99, p. 30, 29 jul. 1970.